



**SUSANA PAULA
BARBOSA OLIVEIRA**

**O DECLÍNIO E A REVITALIZAÇÃO DA
AGRICULTURA: O CASO DE PENAFIEL**



**Universidade de
Aveiro**

Departamento de Ciências Sociais, Políticas
e do Território

**SUSANA PAULA
BARBOSA OLIVEIRA**

**O DECLÍNIO E A REVITALIZAÇÃO DA
AGRICULTURA: O CASO DE PENAFIEL**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Governação Competitividade e Políticas Públicas, realizada sob a orientação científica do Doutor André Azevedo Alves, Professor Auxiliar Convidado da Universidade Católica Portuguesa.

“A solução para a crise agrícola portuguesa não está fora do país: tem de ser achada dentro dele, enfrentando e superando factores que, dentro e fora do sector agrícola, bloqueiam o seu desenvolvimento”.

Blasco Hugo Fernandes
in “A Política agrícola Comum e a Agricultura Portuguesa”,
pág. 71

Lisboa: Editorial Estampa, 1983

o júri

presidente

Professor Doutor José Manuel Lopes da Silva Moreira
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

vogal – arguente principal

Professor Doutor José Tomaz Castello Branco
Professor Auxiliar Convidado da Universidade da Beira Interior

vogal - orientador

Doutor André Azevedo Alves
Professor Auxiliar Convidado da Universidade Católica Portuguesa

agradecimentos

Ao meu orientador, Doutor André Azevedo Alves, pela paciência que teve durante este processo e por ter acreditado que conseguiria finalizar o estudo ainda durante este ano letivo;

Ao Prof. Artur Cristóvão da UTAD pela preciosa ajuda em matéria de bibliografia específica da área e pela sua disponibilidade para ajudar;

Ao meu Presidente, Alberto Santos, pela compreensão e apoio manifestado para que pudesse aproveitar esta oportunidade para aprofundar os meus conhecimentos em matéria de governação e políticas públicas e assim poder dar um melhor contributo no desempenho da minha missão autárquica;

Aos meus colegas e amigos que me acompanharam no MPA e me incentivaram a ingressar neste Mestrado: são eles os culpados de ter chegado até aqui;

Ao Eng.º José Rocha da DRAPN e à Cooperativa Agrícola de Penafiel pelo excelente parceiro que se tornou neste mundo da agricultura e do desenvolvimento rural;

A todos aqueles que colaboraram na distribuição e recolha de inquéritos, bem como a todos os agricultores e ex-agricultores que partilharam connosco a sua experiência, tão importante para o desenvolvimento deste trabalho;

A todos os familiares e amigos que abdicaram da minha atenção e da minha companhia para que me pudesse dedicar a esta causa.

Ao meu marido Sérgio Sousa, pelo apoio incondicional em todas as minhas aventuras, sejam elas do foro académico, associativas ou profissionais.

O presente trabalho resulta da necessidade de perceber os processos de declínio que se tem verificado na agricultura portuguesa e conhecer algumas das dinâmicas que possam contribuir para inverter essa tendência de declínio e para a sua revitalização. Pretendeu-se, assim, numa primeira fase, fazer uma contextualização genérica do estado da arte nesta matéria, bem como caracterizar o território a que o estudo diz respeito. Para isso recorremos aos dados do Instituto Nacional de Estatística, através dos relatórios provenientes dos Censos e dos Recenseamentos Agrícolas.

O caso de estudo escolhido foi o Município de Penafiel, dado que é um concelho onde a temática do desenvolvimento rural e da agricultura está bem presente. Para podermos obter informações mais concretas sobre o panorama agrícola desse concelho, foram elaborados e distribuídos inquéritos por questionário a ex-agricultores, agricultores profissionais e novos e futuros agricultores. Importava, assim, perceber, respectivamente, os motivos que estiveram na base do afastamento da atividade agrícola; qual a situação e constrangimentos atuais; e os motivos que levam à procura da agricultura nos dias que correm. Analisados os resultados, podemos concluir que a população em geral tem aumentado, ao contrário do que tem acontecido na população agrícola. O número de produtores agrícolas e de área de produção tem vindo a diminuir consideravelmente e os produtores agrícolas existentes são, em grande parte, idosos e com baixos níveis de escolaridade. A ligação à terra é algo que caracteriza as três amostras e que justifica a ligação à agricultura. Depois de percebermos esta realidade, contextualizada a nível nacional e regional, apresentamos com pormenor as medidas de revitalização da agricultura que o Município de Penafiel tem vindo a implementar, com vista à promoção e desenvolvimento da atividade no concelho. Concluiu-se, assim, que as três principais medidas escolhidas agricultores inquiridos são aquelas que estão mais diretamente relacionadas com o escoamento dos produtos, sendo esta a principal preocupação dos agricultores, juntamente com a instabilidade financeira que daí decorre e os elevados preços dos fatores de produção. Denota-se ainda um número razoável de produtores que desconhecem qualquer medida implementada no Município, sinal da necessidade de melhorar a comunicação do próprio projeto junto dessa comunidade de agricultores locais.

keywords

Farming; Farmers; Rural Development; Revitalization; Land Bank; PRODER; Outflow;

This work results from the need to understand the processes of the decline that has been verified in the Portuguese agriculture and the need to know some of the dynamics that may have contributed to invert that decline and its revitalization. Therefore, in a first phase, it was made a generic contextualization of the state of art in this matter, as well as a characterization of the territory related to this study. For that, we resorted to the data of the National Statistical Institute, obtained from the reports of the Census and the Agricultural Surveys.

The case of study that was chosen was the Penafiel Municipality, considering that it is a city council where the theme of agriculture and rural development is present. In order to obtain concrete information about the agricultural panorama of this municipality, an inquiry was made through the elaboration and distribution of questionnaires to ex-farmers, professional farmers and new and future farmers. As a result, it was important to understand, respectively, the reasons which gave rise to the remoteness from agricultural activity; what is the present situation and constraints; and which are the motives that lead to the search of agriculture nowadays. After having analysed the results, we can conclude that the general population has been increasing, contrary to the agricultural population. The number of agricultural producers and of the production area has been decreasing considerably and the existing agricultural producers are, largely, elderly and with low educational levels. The attachment to the land is something that characterizes the three samplings, which justifies the attachment to agriculture. After having understood this reality, contextualised in a national and a regional level, we present, in detail, the measures that the Penafiel Municipality has been implementing to revitalize agriculture, in order to promote and develop this activity in the city council. Thus, it was concluded that the main three measures chosen by the enquired farmers are the ones directly related to the flowage of the products, being this one the main concern of the farmers, along with the financial instability that comes from it and the high prices of the production factors. It is also noted that there is a considerable number of farmers that don't know any measure implemented by the city council, which is a sign of the need to improve the communication of the project itself next to that community of local farmers.

Capítulo 1: Introdução Objectivos Metodologia.....	13
Capítulo 2: Enquadramento teórico e histórico	16
Capítulo 3: Caso de estudo: o Município de Penafiel	33
3.1. O Município de Penafiel	33
3.2. O panorama agrícola em Penafiel	36
3.3. Análise de inquéritos	39
Capítulo 4: Medidas de revitalização da agricultura: o caso de Penafiel	63
Capítulo 5: Reflexões Finais	89
Referências Bibliográficas	97
Anexos	100

ÍNDICE DE TABELAS

Pág.

Tabela 1 – Linhas de Orientação, em matéria de agricultura, apresentadas pelos Partidos Políticos com representação parlamentar nas eleições legislativas de 2011.....	21
Tabela 2 – Número de habitantes em 2001 e 2011	24
Tabela 3 – Evolução da população, por escalão etário, nos anos de 2001 e 2011, em Portugal e Região Norte	25
Tabela 4 – Evolução da população, por nível de escolaridade, nos anos de 2001 e 2011, em Portugal e Região Norte.....	26
Tabela 5 – Distribuição dos produtores agrícolas, por género, em Portugal e na Região Norte.....	26
Tabela 6 – Distribuição dos produtores agrícolas, por escalão etário, em Portugal e na Região Norte.....	27
Tabela 7 – Distribuição dos produtores agrícolas, por nível de escolaridade, em Portugal e na Região Norte.....	27
Tabela 8 – Distribuição dos produtores agrícolas, por percentagem de tempo dedicado à atividade agrícola, em Portugal e na Região Norte.....	28
Tabela 9 – Distribuição dos produtores agrícolas, pelas atividades onde empregam o restante tempo não dedicado à agricultura, em Portugal e na Região Norte.....	28
Tabela 10 – Evolução da população, por escalão etário, nos anos de 2001 e 2011, em Penafiel, em comparação com a evolução verificada em Portugal e Região Norte.....	34
Tabela 11 – Evolução da população, por nível de escolaridade, nos anos de 2001 e 2011, em Penafiel, em comparação com a evolução verificada em Portugal e Região Norte.....	35
Tabela 12 – Distribuição da população, em número e em percentagem, por agrupamentos etário e de nível de escolaridade, para Portugal, Região Norte e Penafiel, no ano de 2011.....	35
Tabela 13 – Distribuição dos produtores agrícolas, por género, na Região Norte e Penafiel	36
Tabela 14 – Distribuição dos produtores agrícolas, por escalão etário, na Região Norte e Penafiel.....	36
Tabela 15 – Distribuição dos produtores agrícolas, por nível de escolaridade, na Região Norte e Penafiel.....	37
Tabela 16 – Distribuição dos produtores agrícolas, por percentagem de tempo dedicado à agricultura, na Região Norte e Penafiel.....	37

Tabela 17 – Distribuição dos produtores agrícolas, pelas atividades onde empregam o restante tempo não dedicado à agricultura, na Região Norte e Penafiel.....	38
Tabela 18 – Evolução da superfície agrícola utilizada, em número de explorações e área (hectares), para Portugal (incluindo ilhas), Continente, Região Norte e Penafiel, nos anos de 1989, 1999 e 2009.....	38

ÍNDICE DE IMAGENS

	Pág.
Imagem 1 – Recorte do Jornal “Notícias de Penafiel”, de 3/2/2012 – Visita do Diretor Regional da Agricultura a Penafiel	63
Imagem 2 – Feira de produtos biológicos em Penafiel.....	66
Imagem 3 – Espaço Bio em Penafiel.....	67
Imagem 4 – Espaço Bio em Penafiel.....	67
Imagem 5 – Recorte do Jornal “Imediato”, de 17/3/2012 – Novo Espaço Bio em Penafiel.....	67
Imagem 6 – Recorte do Jornal “Imediato”, de 9/2/2011 – Horta na Escola nasce em Penafiel.....	68
Imagem 7 – Recorte do Jornal “Notícias de Penafiel”, de 2/3/2012 – Horta na Escola começa a dar frutos.....	69
Imagem 8 – Projeto “Horta na Escola”.....	70
Imagem 9 – Projeto “Horta na Escola”.....	70
Imagem 10 – Recorte do Jornal “Imediato”, de 6/7/2012 – Alunos colhem produtos produzidos.....	70
Imagem 11 – Recorte do Jornal “O Penafidelense”, de 10/5/2012 – Banco de Terras Municipal “oferece” terras para cultivo.....	71
Imagem 12 – Recorte do Jornal “Notícias de Penafiel”, de 11/5/2012 – Banco de Terras pretende promover auto-emprego.....	71
Imagem 13 – Recorte do Jornal “Notícias de Penafiel”, de 22/3/2012 – Marca “Da Nossa Terra” lança os frescos da região para o mercado local.....	72
Imagem 14 – Recorte do Jornal “TVS”, de 15/6/2012 – “Da Nossa Terra” com carrinha de distribuição para promover produtos locais.....	73
Imagem 15 – Loja “Da Nossa Terra”	74
Imagem 16 – Loja “Da Nossa Terra”	74
Imagem 17 – Produtos “Da Nossa Terra” nas mercearias.....	75

Imagem 18 – Recorte do Jornal “+ Penafiel”, de 25/7/2012 – “Da Nossa Terra” em marcha.....	76
Imagem 19 – Stand Agrival 2012 “Da Nossa Terra”	77

INDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1 – Evolução da população residente em Penafiel, de 2001 para 2011.....	33
Gráfico 2 – Distribuição da população residente em Penafiel, por escalão etário, em 2001 e 2011.....	33
Gráfico 3 – Distribuição da população residente em Penafiel, por nível de escolaridade, em 2001 e 2011.....	34
Gráfico 4 – Distribuição dos ex-agricultores de Penafiel, por género.....	40
Gráfico 5 – Distribuição dos ex-agricultores de Penafiel, por escalão etário.....	41
Gráfico 6 – Distribuição dos ex-agricultores de Penafiel, por nível de escolaridade.....	41
Gráfico 7 – Distribuição dos ex-agricultores de Penafiel pela situação profissional atual.....	41
Gráfico 8 – Propriedade da terra, outrora dedicada à agricultura.....	42
Gráfico 9 – Fatores que motivam o afastamento da atividade agrícola.....	42
Gráfico 10 – Modo de produção usado na altura em que se dedicava à agricultura.....	43
Gráfico 11 – Como escoava a produção na altura em que se dedicava à agricultura.....	43
Gráfico 12 – Sente saudades de trabalhar na agricultura.....	44
Gráfico 13 – Onde compra atualmente os produtos hortofrutícolas.....	44
Gráfico 14 – Grau de importância atribuído às características dos hortofrutícolas.....	45
Gráfico 15 – Distribuição da amostra de agricultores profissionais por género.....	46
Gráfico 16 – Distribuição da amostra de agricultores profissionais por escalão etário.....	46
Gráfico 17 – Distribuição da amostra de agricultores profissionais por nível de escolaridade.....	47
Gráfico 18 – Rendimentos obtidos da Segurança Social.....	47
Gráfico 19 – Nível de experiência na agricultura	48
Gráfico 20 – Tempo que demora a chegar à exploração	48
Gráfico 21 – Equipamentos existentes perto da exploração agrícola.....	49
Gráfico 22 – Fontes de rendimento nas produções.....	49
Gráfico 23 – Apoios à produção	50
Gráfico 24 – Atividades não agrícolas na exploração	50
Gráfico 25 – Modo de produção praticado na exploração.....	51
Gráfico 26 – Meio de escoamento da produção	51

Gráfico 27 – Questões Diversas (parte 1).....	52
Gráfico 28 – Questões Diversas (parte 2).....	53
Gráfico 29 – Áreas em que tiveram mais problemas/dificuldades	54
Gráfico 30 – Bloco de Afirmções – grau de concordância (parte 1).....	55
Gráfico 31 – Bloco de Afirmções – grau de concordância (parte 2).....	55
Gráfico 32 – Distribuição dos novos e futuros agricultores por género.....	56
Gráfico 33 – Distribuição dos novos e futuros agricultores por escalão etário.....	56
Gráfico 34 – Distribuição dos novos e futuros agricultores por nível de escolaridade.....	57
Gráfico 35 – Distribuição dos novos e futuros agricultores pela situação profissional atual.....	57
Gráfico 36 – Nível de experiência na agricultura	58
Gráfico 37 – Condições garantidas na exploração.....	58
Gráfico 38 – Áreas em que tiveram mais problemas/dificuldades	59
Gráfico 39 – Percentagem de rendimento que pretendem obter da agricultura	59
Gráfico 40 – Percentagem de rendimento que obtém neste momento da agricultura	60
Gráfico 41 – Modo de produção usado na exploração	60
Gráfico 42 – Ex-agricultores: ordem de importância dada a três das medidas de revitalização da agricultura levadas a cabo pelo Município de Penafiel	78
Gráfico 43 – Agricultores profissionais: ordem de importância dada a três das medidas de revitalização da agricultura levadas a cabo pelo Município de Penafiel	79
Gráfico 44 – Novos e futuros agricultores: ordem de importância dada a três das medidas de revitalização da agricultura levadas a cabo pelo Município de Penafiel	80
Gráfico 45 – Ex-agricultores: meios pelos quais tiveram conhecimento das medidas de revitalização da agricultura	81
Gráfico 46 – Agricultores profissionais: meios pelos quais tiveram conhecimento das medidas de revitalização da agricultura	81
Gráfico 47 – Novos e futuros agricultores: meios pelos quais tiveram conhecimento das medidas de revitalização da agricultura	82

SIGLAS UTILIZADAS

INE – Instituto Nacional de Estatística

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

PSD – Partido Social Democrata

PS – Partido Socialista

BE – Bloco de Esquerda

CDU – Coligação Democrática Unitária

PAC – Política Agrícola Comum

UE – União Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CMP – Câmara Municipal de Penafiel

DRAPN – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

PARCA – Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO | OBJECTIVOS | METODOLOGIA

Todos os dias chega até nós a mensagem de que é preciso dar nova importância à agricultura e ao relançamento da produção nacional para, assim, equilibrar a balança comercial; que é preciso aumentar as exportações e diminuir as importações; que é preciso gerar riqueza no país; que é, no fundo, preciso produzir mais e melhor.

Há, de forma global, uma consciência de que a agricultura está a passar por uma fase negativa e que é preciso enfrentar o problema.

É, por isso, compreensível a preocupação alargada a todos os níveis sobre as dificuldades que a agricultura nacional atravessa. Uma preocupação que se traduz de diferentes formas: a necessidade de fazer o relançamento da produção agrícola para equilibrar a balança comercial nacional; a redução da pegada ecológica e o fomento de uma paisagem rural digna e viva, que seja capaz de atrair e fixar gente, evitando a desertificação do mundo rural.

Foi precisamente o assimilar dessas preocupações tão diversas que despertou o interesse em aprofundar os conhecimentos na matéria.

A vontade e a curiosidade de saber mais e perceber afinal o que está a montante e a jusante deste sector, aliadas à necessidade atual diretamente relacionada com as funções atualmente desempenhadas a nível municipal, tendo responsabilidades diretas na definição de políticas públicas ao nível local em matéria de desenvolvimento rural, foram factores que me despertaram para o desenvolvimento do estudo que aqui é apresentado.

Procurar-se-á, por isso, neste estudo abordar a questão do afastamento da terra e da atividade agrícola e as suas implicações no desenvolvimento rural, focando, para o efeito, a nossa atenção no caso do Município de Penafiel.

Pretende-se, afinal, face ao panorama atual da agricultura em Penafiel, abordar que tipo de políticas municipais de desenvolvimento rural e de revitalização da agricultura têm vindo a ser levadas a cabo e se as mesmas têm ou não impacto no problema.

A questão de investigação inicialmente formulada e que legitimou toda a reflexão pode agora ser dividida em duas:

1. Tendo em consideração os factores que serão abordados na parte inicial deste estudo, qual o panorama atual da agricultura em Penafiel?;
2. Que tipo de políticas municipais de desenvolvimento rural poderão (ou não) contribuir para que a agricultura seja potenciada nesse contexto?

Procuraremos, assim, conhecer o cenário agrícola de Penafiel em termos de superfície agrícola utilizada (SAU) e comparar os dados de há uns anos atrás com os de hoje, percebendo a sua evolução. Pretende-se ainda, já numa fase final do estudo, perceber em que medida e que políticas municipais de desenvolvimento rural têm sido aplicadas em Penafiel e se as mesmas poderão ou não ajudar a combater os problemas/dificuldades detectados.

Para tal, a metodologia de trabalho a seguir será a seguinte:

1. análise de dados do recenseamento agrícola relativos ao concelho de Penafiel para traçarmos a situação atual e perceber a evolução de um para outro recenseamento, sempre que haja dados disponíveis para tal;
2. elaboração e aplicação de inquéritos por questionário (modelos em anexo) e entrevistas livres a entidades locais diretamente ligadas à área da agricultura e que conheçam bem a realidade do concelho de Penafiel, para abordarmos aquilo que tem vindo, ou não, a ser feito pela agricultura. Nessas entidades estarão incluídos os que já foram agricultores, os que hoje são agricultores (profissionais ou domésticos) e os novos agricultores ou potenciais interessados em enveredar pela agricultura.
3. Análise dos resultados obtidos e apresentação de conclusões.

Este estudo está, assim, organizado em capítulos, sendo o primeiro dedicado a uma breve nota introdutória sobre o cenário atual da agricultura em Portugal que justificou, no fundo, todo o estudo, e onde serão também apresentados os objectivos do trabalho, bem como a metodologia a seguir.

No segundo capítulo faremos um enquadramento teórico e histórico. Para nos orientar nesta viagem pela história da agricultura em Portugal socorremo-nos da tese de doutoramento de Ambra C. Sedlmayr, intitulada *“Agricultural Marginalisation in Portugal: threats and opportunities for sustainable livelihoods”* (Fevereiro, 2011).

Chegando aos dias de hoje da atividade agrícola, tivemos por base os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística que foram também de extrema importância para podermos perceber a evolução que houve até ao momento, seja ao nível da população em geral, seja ao nível da população agrícola.

Será apresentada uma caracterização breve, bem como a evolução da população de Portugal e da Região Norte, de acordo com os Censos de 2001 e 2011.

Da mesma forma, será feita uma caracterização dos produtores agrícolas, tendo por base o último Recenseamento Agrícola de 2009, publicado em 2011, tendo em conta o género, o escalão etário, o nível de escolaridade e o tempo que dedicam à agricultura.

Ainda neste capítulo serão abordados alguns conceitos que são fulcrais para a compreensão do estudo, nomeadamente os conceitos de “abandono” e “desenvolvimento rural”.

O terceiro capítulo levar-nos-á até à parte mais concreta do trabalho, apresentando um caso de estudo real – o caso do Município de Penafiel.

O capítulo estará dividido em três subcapítulos, sendo que no primeiro será feita uma caracterização do concelho de Penafiel e da sua população, tendo por base os Censos de 2001 e de 2011.

No segundo subcapítulo procuraremos apresentar a distribuição dos produtores agrícolas de Penafiel de acordo com o género, escalão etário, nível de escolaridade e tempo que dedicam à agricultura.

Com base nos dados dos últimos três recenseamentos agrícolas, nomeadamente de 1989, 1999 e 2009, será possível ver qual a evolução da SAU (Superfície Agrícola Utilizada) para Portugal, Portugal Continental, Região Norte e Penafiel.

Finalmente, no terceiro subcapítulo, serão apresentados os dados estatísticos obtidos a partir da distribuição e recolha de inquéritos por questionário aos agricultores profissionais, novos e futuros agricultores e ex-agricultores.

O capítulo 4 é dedicado às medidas de revitalização da agricultura que o Município de Penafiel tem vindo a implementar através do Pelouro do Desenvolvimento Rural.

Juntaremos a este capítulo um resumo das entrevistas realizadas, apresentar uma seleção das partes que consideramos mais relevantes, devido ao limite de espaço disponível.

No capítulo 5 serão partilhadas algumas reflexões finais, procurando articular toda a matéria abordada com os dados obtidos dos inquéritos e com as medidas de revitalização já implementadas. Pretender-se-á refletir sobre o potencial impacto do método no desenvolvimento rural, em geral e, em particular, na atividade agrícola do concelho de Penafiel, procurando também extrair ensinamentos em termos de possível melhoramento e/ou implementação.

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E HISTÓRICO

O que herdámos da história...

Para compreender a situação atual, importa, antes de mais, refletir sobre a sucessão de acontecimentos que levaram a que a terra e a atividade agrícola passassem a ser menos valorizadas. Desde logo, importa fazer uma análise à agricultura na Europa e referir que foi notório o declínio da agricultura após a Revolução Industrial, já que as grandes explorações e com maior capacidade de se modernizar e industrializar aproveitaram a evolução para se tornarem mais produtivas e com menor uso de trabalho intensivo, inviabilizando em larga medida as pequenas explorações que, sem se poderem modernizar, ficaram incapazes de competir com os grandes produtores. Uma tendência que se mantém gradualmente até aos dias de hoje.

De acordo com Sedlmayr (2011, p. 21), nos últimos 10 anos, a população agrícola na Europa diminuiu cerca de 25%, o que corresponderia a uma diminuição de 3,7 milhões de pessoas. Atualmente, apenas 4,7% da população ativa da União Europeia trabalha na agricultura, representando assim uma redução de 2% face aos dados de 2010. Sedlmayr (2011, p. 21) assinala ainda a drástica redução dos níveis de rendimento por unidade de trabalho, atingindo os 11,6% desde o ano 2009, o que desincentiva a prática desta atividade. No que a Portugal diz respeito, e de acordo com os estudos efectuados por Sedlmayr (2011, p. 22), o uso da terra podia ser considerado como intenso até aos inícios do séc. XX. Esse uso intenso, excessivo e desmedido contribuiu para a degradação da qualidade dos solos, provocando a sua erosão, e acabando por tornar a atividade agrícola menos produtiva e menos apelativa, sobretudo na zona sul do país quando, em 1929, surgiu a campanha do trigo, como aliás também é referida por J.A. Santos Varela, em “A agricultura portuguesa na PAC”. Em 1937 surgiu a lei do povoamento florestal que, como o próprio nome indica, incentivou a plantação de árvores, levando a uma redução significativa da agricultura de subsistência nas zonas mais montanhosas. Seguiu-se um forte êxodo rural e mais tarde elevados níveis de emigração, por volta dos anos 60. Só a título de exemplo, a população rural/agrícola, que em 1950 representava cerca de 50% da população total, em 1974 era apenas 28%. Esta emigração foi assumida pelos grupos que estavam diretamente ligados à agricultura e que, em parte, por força da florestação, foram obrigados a procurar alternativas.

Eram eles os “sem-terra”, os jornaleiros, os pastores e os pequenos inquilinos, seguidos pelos arrendatários e pelos pequenos agricultores. Esta situação, apesar de tudo, teve algo de menos negativo do ponto de vista agrícola: o descanso dos solos e o aumento da sua fertilidade.

Embora tratando-se de um país de reduzida dimensão, podem constatar-se, neste período, em Portugal, dois cenários diferentes no que concerne à evolução da atividade agrícola: no sul, por força da dita campanha do trigo, assistiu-se à modernização da agricultura; no norte, a florestação acabou por marginalizar a agricultura, nomeadamente as pequenas explorações, em vez de as potenciar e modernizar. Mais tarde, em 1946, é criada a lei dos melhoramentos na agricultura que veio beneficiar as explorações de grande escala e as mais modernizadas, ajudando-as na aquisição de maquinaria e na condução dos seus investimentos, novamente em detrimento das pequenas explorações. No seguimento deste impulso, e ao mesmo tempo que as grandes explorações se tornam mais mecanizadas, surge o problema da dispensa do trabalho intensivo até agora necessário para a produção. O desenvolvimento a que se assistia no sector industrial não era o suficiente para ser capaz de absorver toda a mão-de-obra disponível e, mais uma vez, a solução para escapar à pobreza foi a emigração. Sedlmayr (2011, p. 26) refere ainda que o ano de 1962 foi o ano em que as políticas portuguesas sofreram maior alteração, pois não visavam mais que o país fosse auto-suficiente em termos alimentares. O Estado, até 1973, passou a intervir menos no controlo de preços e na concessão de subsídios e apoios em infra-estruturas, o que provocou uma redução drástica da produção agrícola e o aumento direto das importações. Apenas depois da grave crise do azeite em 1973, que criou uma forte dependência de outros países, factores como a recessão, a emigração, a revolução de 1974 e a independência das colónias, que afectaram o afluxo de capital, fez com que os governantes portugueses iniciassem um período de políticas nacionais mais interventivas na agricultura, que se mantiveram até à entrada de Portugal na União Europeia, em 1986. Como realça Sedlmayr (2011, p. 27), até aos anos 80, as famílias rurais portuguesas dividiam a sua força de trabalho na agricultura e no trabalho temporário assalariado. A agricultura portuguesa era considerada tradicional e pouco moderna, obtendo assim baixos níveis de produção e obrigando-nos a ser um país importador de bens alimentares.

Por altura da sua entrada para a União Europeia, Portugal negociou aquele que foi “*o maior prazo de tempo sempre dado pela Comunidade a qualquer país candidato à adesão*” (Varela, 2007, p. 96), considerando a especificidade da sua agricultura.

Na altura da adesão de Portugal à UE, *“o facto era que na Comunidade os anos fastos da PAC (Política Agrícola Comum) estavam a acabar. Iam começar, para eles, os apertos de cinto, e, para nós, uma série de limitações e de delongas daí derivadas”* (Varela, 2007, p. 58).

Portugal teve, assim, de adoptar medidas que visavam o limite da produção agrícola. Ora, sendo Portugal, como já foi referido, um país importador de bens alimentares, ao adoptar a PAC passa a estar abrangido pelo critério da preferência comunitária e, embora não estivesse proibido de importar de países de fora da UE, a verdade é que as taxas a pagar para a entrada desses produtos eram tão elevadas que acabavam por desencorajar essa importação e levavam a apostar nos bens produzidos pelos restantes Estados Membros. Arlindo Cunha, em *“A política agrícola comum na era da globalização”*, escreve que Portugal revelou também uma *“total inexperiência em matéria de concorrência, interna e externa”* (Cunha, 2004, p. 61) ao apresentar *“preços consideravelmente superiores aos praticados na UE – mais 70% no trigo mole, 58% no milho, 28% no leite fresco e 90% no leite em pó”* (Cunha, 2004, p. 61), tendo assumido, mais tarde, a harmonização de preços que se verificava dentro da UE.

Para além disto, há ainda a referir que chegou a haver concorrência desleal dentro dos países da então chamada CEE, como sublinhou Blasco Hugo Fernandes na sua obra intitulada *«A Política Agrícola Comum e a Agricultura Portuguesa»*: *“a Comissão de Agricultura chegou mesmo em 1982 a recomendar aos governos de Portugal e Espanha que desencorajassem os agricultores de produzir frutas, legumes, milho e azeite, estimulando-os a produzir as culturas deficitárias de outros países da CEE”*. (Fernandes, 1983, pp. 59).

Da mesma forma, J.A. Santos Varela escreve que o *“Governo Francês, por seu lado, tinha receio da concorrência espanhola, principalmente no campo dos produtos mediterrânicos. (...) E nós, embora com nula (ou quase) capacidade de concorrer nas mesmas áreas, fomos, pura e simplesmente, levados nesta onda de contenção financeira.”* (Varela, 2007, p. 64). O autor refere que *“aliás, foi um azar permanente para nós, o facto de a Espanha ser também candidata à adesão na mesma altura, (...), não conseguindo evitar a “sombra” da Espanha”* (Varela, 2007, p.64). Pode ler-se ainda em Varela que *“nós éramos um pequeno país (...) a PAC ao sub-apoiar os países mediterrânicos relativamente às produções típicas da zona temperada Norte (cereais, bovinicultura, leite, etc), fortemente apoiadas pelo FEOGA, iria desfavorecer a agricultura portuguesa, cujas vocações principais estavam na sua vertente mediterrânica”* (Varela, 2007, p. 77).

Ora, se a UE colocava entraves e reservas à produção de determinados produtos para os quais estava vocacionado Portugal e se não havia possibilidade de expansão naqueles que já eram excedentários, que margem deixaria, afinal, a UE para a agricultura portuguesa e para os seus produtores?

Blasco Hugo Fernandes também resume o grande problema da PAC. Segundo o autor, *“a PAC concentrou-se nos agricultores economicamente mais fortes e favoreceu os países e agricultores centrais da Europa, criando e acentuando desigualdades”* (Fernandes, 1983, p. 25).

Este foi o grande defeito da PAC: esqueceu a agricultura de reduzida escala, os pequenos agricultores e as pequenas explorações, importantes para a manutenção da paisagem rural e da qualidade ambiental; definiu critérios de atribuição de apoios financeiros, cujos requisitos só poderiam ser preenchidos pelos grandes produtores, limitando, desde logo, o acesso por parte dos mais pequenos e desfavorecidos. Aliás, como se pode ler no artigo de José António Girão, sobre a agricultura portuguesa, *“em contraponto com a generalidade dos países da Comunidade Europeia, e em particular com os do Mediterrâneo, Portugal não logrou dotar-se, na sua primeira década de participação comunitária, de uma agricultura assente em vantagens competitivas que lhe assegurem dinamismo e vitalidade, ou sequer numa eficácia produtiva que lhe permita satisfazer as necessidades acrescidas de consumo interno, sem ser por recurso a importações, com agravamento do défice comercial externo”*.¹

Tal situação remete-nos de imediato para as questões abordadas por André Alves e José Moreira, em torno das maiorias e minorias, bem como do poder e do papel que os grupos de pressão, neste caso dos grandes agricultores, de uma forma geral, e o *logrolling*, em particular, têm em matéria de definição da agenda política.

Como se pode ler em *A Teoria da Escolha Pública*, *“a troca de votos (logrolling) pode ser a única forma de uma minoria fazer passar as suas propostas, negociando a sua passagem em troca do apoio a propostas de outros grupos”* (Alves e Moreira, 2004, p. 74).

Pode ler-se ainda que *“a troca de votos pode permitir aprovar projetos ineficientes, mas que são benéficos para uma determinada região ou para um grupo específico (porque os benefícios se concentram aí, enquanto que os custos se repartem por todos os contribuintes)”*. (Alves e Moreira, 2004, p. 74).

Ora, se atentarmos ao caso concreto do suposto favorecimento dos grandes agricultores em prol dos pequenos agricultores, facilmente se compreende a aplicação da teoria referida pelos seus

¹ Artigo disponível em <http://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=A+Agricultura+Portuguesa:+Em+Passeio+Aleatório+ou+em+Regime+Estacionário%3F&ie=UTF-8&oe=UTF-8>. Consultado em 29/9/2012.

autores e em como um grupo com poder de influência na decisão a vários níveis pode fazer com que as políticas definidas sejam aquelas que mais os beneficiam.

Compreendemos melhor agora o porquê do cenário atual em Portugal relativamente à agricultura e é exatamente sobre esse cenário que nos vamos deter nas próximas páginas.

A agricultura de hoje...

Mais enraizados na história passada desta atividade económica tão importante como é a agricultura, estamos, agora, em condições de entrar no cenário mais recente.

Vejamos, a título de exemplo, de que forma foi esta problemática abordada e incluída nos programas eleitorais² dos principais partidos políticos nas últimas legislativas em 2011. Na tabela 1 estão resumidas as principais linhas de orientação propostas pelos respectivos partidos.

PARTIDO POLÍTICO	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	PRINCIPAIS LINHAS DE ORIENTAÇÃO/SOLUÇÃO
PSD	<ul style="list-style-type: none">• Abandono das zonas rurais• Elevado índice de área ardida anualmente• Ineficiência das cooperativas agrícolas• Falta de coesão social e territorial;• Fraca produção nacional;• Baixos rendimentos dos agricultores;• Elevado défice da balança agro-alimentar;	<ul style="list-style-type: none">• Potenciar o investimento na agricultura;• Procurar criar emprego e riqueza através da agricultura;• Definir medidas de planeamento, financiamento, acompanhamento, fiscalização e reestruturação dos serviços administrativos de apoio à agricultura;• Concentrar os serviços de apoio ao agricultor num só local, criando as Lojas do Agricultor;• Apoiar o rendimento dos agricultores, efectuando o pagamento a tempo e horas;• Certificar o procedimento de fiscalização de ajudas para evitar penalizações e devoluções de verbas à UE;• Criar de uma bolsa de terras;• Conceder aos agricultores, através de protocolos, as infra-estruturas e terras que não estão a ser aproveitados pelo Estado;• Estabelecer maior ligação entre as Universidades, os Institutos Politécnicos e de Investigação e as Associações de Agricultores, contribuindo para uma melhoria do conhecimento e das qualificações técnico-profissionais de técnicos e agricultores, reforçando a inovação e o dinamismo na agricultura;

² Disponíveis em <http://odivelas.com/2011/05/18/eleicoes-legislativas-2011-programas-manifestos-e-compromissos-eleitorais/>. Consultado em 4/1/2012.

PARTIDO POLÍTICO	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	PRINCIPAIS LINHAS DE ORIENTAÇÃO/SOLUÇÃO
CDS-PP		<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a comparticipação nacional do PRODER; • A agricultura como prioridade nacional; • Desenvolver e aumentar a produção agrícola e dinamizar o mundo rural; • Sensibilizar a população para o consumir português; • Atingir a auto-suficiência alimentar possível; • Tornar o PRODER mais rápido, simples e amigo do agricultor; • Preparar uma boa renegociação da PAC; • Reinventar e promover a marca “Portugal”.
PS		<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a produção nacional reduzindo a dependência do exterior; • Incrementar as exportações do sector agro-alimentar; • Continuar a apoiar a criação de estruturas organizativas com dimensão, orientadas para o mercado externo; • Aprovar da Lei de Reestruturação Fundiária que institui o Banco de Terras, que combate a desertificação e contraria a fragmentação da propriedade;
BE	<ul style="list-style-type: none"> • Elevado défice da balança agro-alimentar, que custa 3,5 mil milhões em endividamento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Defender a Agricultura como solução para o endividamento do país: reduzir a dívida e recuperar a soberania alimentar; • Criar um Banco Público de Terras, conferindo prioridade a quem já trabalha esses terrenos, aos jovens agricultores ou a quem se quer dedicar à atividade agrícola como principal fonte de rendimento; • Regionalizar o Regime de Pagamento Único (RPU), por forma a existir maior justiça na repartição das ajudas directas na negociação da nova Política Agrícola Comum; • Garantir preços justos no produtor; • Promover a qualidade e os mercados locais, favorecendo mercados de proximidade e garantindo o escoamento dos produtos agrícolas em circuitos alternativos.
CDU	<ul style="list-style-type: none"> • Desertificação e o envelhecimento do espaço rural; 	<ul style="list-style-type: none"> • Defender a racionalização fundiária pelo livre associativismo; • Garantir o condicionamento legal do acesso à terra pelo capital estrangeiro; • Combater a especulação imobiliária turística; • Definir uma estratégia agro-produtiva orientada para mais produtividade e produção; • Renegociar a agricultura na Organização Mundial do Comércio.

TABELA 1 – Linhas de orientação, em matéria de agricultura, apresentadas pelos Partidos Políticos com representação parlamentar nas eleições legislativas de 2011.

Uma conclusão preliminar pode ser retirada: a agricultura precisa de ser repensada, de modo a resolver alguns dos problemas que o país atravessa e que foram referidos de forma direta nos programas eleitorais do PSD, do BE e da CDU, nomeadamente, o elevado défice da balança agro-alimentar, a fraca produção nacional, os baixos rendimentos dos agricultores e a desertificação das zonas rurais.

Para combater estas fraquezas, os partidos políticos incluíram nos seus programas eleitorais várias propostas que entendem ser capazes de resolver ou pelo menos dar um contributo importante e válido para a revalorização da agricultura.

Desde logo, a criação de um banco ou bolsa de terras, proposta apontada por mais que um dos partidos políticos; a criação do conceito da “Loja do Agricultor”, onde este possa obter o apoio técnico, consultivo e administrativo e que viria colmatar o isolamento e falta de apoio que o agricultor sempre sentiu no exercício da sua atividade; a reforma da PAC, de modo a que esta tenha em conta as diferentes características e nível de desenvolvimento agrícola de cada país membro; a simplificação e desburocratização dos processos de financiamento via União Europeia, de modo a que os promotores recebam o seu dinheiro nos momentos certos depois de já terem feito o esforço de investir na agricultura; a necessidade de garantir preços justos no produtor, que tendem a ser explorados pelos intermediários no negócio de compra e venda de produtos agrícolas; entre outras. Estas são algumas das medidas que visam promover o renascimento da agricultura, ajudar os agricultores e aumentar a produção nacional.

Um dos caminhos a seguir deverá ser, segundo a proposta do BE, a promoção da qualidade dos produtos e dos mercados locais, favorecendo os mercados de proximidade, garantindo o escoamento dos produtos agrícolas, preocupação, aliás também manifestada pelo CDS-PP, e algo que também tem sido referido diversas vezes por políticos com responsabilidades governativas.

Refira-se, a título de exemplo, as declarações que Pedro Passos Coelho deixou ao visitar a Feira Nacional de Agricultura em Santarém, a 14/6/2010:

o sector agrícola é, de todos, aquele que tem sido descurado há mais anos e que, portanto, pode ter uma importância redobrada, não apenas na maneira como nós podemos ocupar o nosso território, que se tem vindo a desertificar a uma velocidade muito grande nos últimos anos, mas é também um refúgio importante para pessoas que têm capacidade produtiva, que estão com capacidade ativa, (...) que têm hoje menos oportunidade noutros sectores, poderem encontrar na atividade agrícola, uma atividade

*de valor acrescentado para o país e que nos ajude a diminuir a nossa dependência externa.*³

Enquanto líder do PSD, em Abril de 2011, numa visita à Quinta da Azinhaga em Nariz (Aveiro), assumiu que *“o investimento na área agrícola é estratégico para o país, decisivo para o emprego, mas também para ajudar à exportação e à criação de valor em Portugal, (...)”*.⁴

Já como Primeiro-Ministro regressou a Santarém, à mesma Feira da Agricultura, e partilhou com os meios de comunicação social a sua visão de que *“a agricultura é uma das apostas para a recuperação económica do país”* e reconheceu o esforço que todos os interessados têm vindo a fazer no sentido de inverter a tendência de declínio que o sector agrícola enfrenta.⁵

O próprio Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, consciente do problema, reuniu em Maio de 2011, no Palácio de Belém, com um conjunto de 30 jovens agricultores e abordou o tema no seu discurso de 10 de Junho, afirmando que *“há que dar uma especial atenção ao mundo rural. Ninguém pense que Portugal pode ser um país auto-suficiente do ponto de vista agro-alimentar. Aliás, nunca o foi ao longo da sua História.”*⁶

Na sua intervenção, Cavaco Silva lançou ainda o desafio aos portugueses de que *“temos, pois, que produzir mais e melhor, mas sobretudo que produzir diferente, tirando partido das condições favoráveis do nosso clima”*.

O Presidente da República disse ainda que *“Portugal importa hoje cerca de 6 mil milhões de euros de bens agrícolas para consumo, sendo que as nossas exportações chegam apenas aos 3 mil milhões de euros”*.

Já num artigo de opinião que escreveu para o jornal Expresso, o Presidente da República salientou o envelhecimento do sector que se agravou entre 1999 e 2009, como poderemos confirmar adiante pelas respectivas estatísticas obtidas a partir do recenseamento agrícola, e referiu que *“Portugal é o país agricolamente mais envelhecido da União Europeia (...), tem a percentagem mais baixa de jovens agricultores (...) e a mais elevada de agricultores acima dos 65 anos.”*⁷

Ainda no mesmo artigo, o Presidente da República sublinhou que *“alguma coisa estará, portanto, a impedir o sucesso das políticas públicas nesta matéria e a merecer uma atenção aprofundada, de modo a que possamos rapidamente inverter a tendência e melhorar a situação”*.

³ Vídeo disponível em <http://videos.sapo.pt/l6Vc3DLot1YD8T3sS54G>. Consultado em 4/1/2012.

⁴ Vídeo disponível em <http://videos.sapo.pt/TSjIZSrVDI1zk3gRd0fz>. Consultado em 4/1/2012.

⁵ Vídeo disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=wMUUnJyXvK0>, consultado em 4/1/2012.

⁶ Vídeo e texto disponíveis em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=54669>. Consultado em 4/1/2012.

⁷ Artigo disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=45&idi=54671>. Consultado em 4/1/2012.

Cavaco Silva enunciou nessa sua mensagem algumas das eventuais causas para termos atualmente este cenário no que concerne à produção agrícola portuguesa: *“o carácter depressivo que há anos acompanha o sector agrícola português, as dificuldades naturais da profissão, o apego à terra dos mais idosos, a má imagem pública desta profissão, dificuldades de acesso à terra e ao financiamento, burocracia, falta de apoio técnico (...) e o afastamento acentuado dos rendimentos agrícolas relativamente ao rendimento de atividades não agrícolas”*.

Por último, vindo ao encontro desta última referência do Presidente da República, importa referir o artigo publicado no jornal Correio da Manhã on-line, em 20 de Dezembro de 2011, que alerta para os dados publicados pelo Eurostat, e que dá nota de uma das eventuais causas do desligamento da atividade agrícola: os baixos rendimentos.

O jornal refere que *“os salários dos agricultores europeus subiram uma média de 6,7 por cento em 2011, com Portugal a contrariar a tendência com uma descida de 10,7 por cento.”*⁸

As preocupações manifestam-se a todos os níveis e sob vários pontos de vista.

Da mesma forma, o economista Ricardo Arroja, quando abordado sobre a crise económico-financeira que se vive em Portugal, referiu em entrevista ao Jornal i o seguinte:

*as exportações devem ser uma prioridade, mas mais importante é substituir importações. A ênfase não deve estar nas exportações, mas sim nas transacionáveis, o que é diferente. É fazer coisas, produzir coisas. Nós deixámos de fazer coisas. Isso é desde a agricultura à indústria. Compare os níveis de produção da nossa agricultura e indústria de há 20 anos atrás com aquilo que é hoje. Por exemplo, o trigo. Não faz sentido que o volume de produção de trigo seja hoje 30% daquilo que era em 1986. Não faz sentido que o efetivo de vacas leiteiras seja metade daquilo que era em 1986. Nas pescas não faz sentido que Portugal importe 60% do peixe que consome.*⁹

Mais uma vez, e desta pela voz de um economista, se enaltece a necessidade de que Portugal tem de voltar a produzir “coisas”, evitando ter de as comprar ao exterior.

⁸ Artigo disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/ultima-hora/agricultores-portugueses-recebem-menos-107>. Consultado em 4/1/2012.

⁹ Artigo disponível em <http://www.ionline.pt/dinheiro/ricardo-arroja-mais-impostos-apanas-agravam-recessao-dificultam-recuperacao>. Publicado a 26/9/2012. Consultado em 27/9/2012.

Para melhor compreender o contexto e o território onde estamos inseridos, apresenta-se, de seguida, alguns números que caracterizam o país e a zona Norte.

	2001	2011
Portugal	10 356 117	10 561 614
Zona Norte	3 687 293	3 689 609
Penafiel	71 800	72 265

TABELA 2 - Nº de habitantes em 2001 e 2011. (Fonte: Censos do INE)

De uma forma geral, a população aumentou em Portugal, na zona Norte e também em Penafiel, mas esse aumento foi insignificante, não tendo alcançado os 2%.

Apesar disso, surgem manifestações de preocupação face ao crescimento demográfico por força do aumento da esperança média de vida e da consequente maior procura de bens para alimentar as pessoas a nível mundial.

Na tabela 3 apresenta-se a evolução da população, de acordo com o escalão etário.

	PORTUGAL			NORTE		
Escalão Etário	2001	2011	EVOLUÇÃO	2001	2011	EVOLUÇÃO
0-14 anos	1.656.602	1.572.546	↓	644.948	557.299	↓
15-24 anos	1.479.587	1.145.770	↓	558.278	425.465	↓
25-64 nos	5.526.435	5.820.794	↑	1.969.309	2.072.089	↑
65 anos ou mais	1.693.493	2.022.504	↑	514.758	634.756	↑
TOTAL	10.356.117	10.561.614		3.687.293	3.689.609	

TABELA 3 - Evolução da população, por escalão etário, nos anos de 2001 e 2011, em Portugal e Região Norte.

É relevante neste quadro notar que a tendência do país se reflete na zona Norte: diminui a população jovem (há menos crianças a nascer) e aumenta a população mais idosa, dado que têm uma esperança média de vida mais elevada. Como referiu Cavaco Silva, Portugal *“tem a percentagem mais baixa de jovens agricultores e a mais alta de agricultores acima dos 65 anos”*.¹⁰ Ora, e como veremos num outro quadro adiante, é facilmente compreensível esta afirmação: havendo menos jovens, a probabilidade de se dedicarem à produção agrícola é menor; e se há mais idosos, trazendo consigo o passado em que a atividade agrícola proliferava nas suas famílias, também se compreende que a maior taxa de agricultores se encontre nessa faixa etária.

¹⁰ Artigo disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=45&idi=54671>. Consultado em 4/1/2012.

Outro problema que podemos, desde já, levantar é a dificuldade em rejuvenescer a agricultura, ou melhor dizendo, os agricultores. Dado que grande parte deles tem mais de 65 anos, não havendo substituição por outros mais jovens, a agricultura terá tendência para desaparecer.

Importa, para o caso, ter também um retrato dos níveis de escolaridade da população residente em Portugal e na zona Norte.

	PORTUGAL			NORTE		
Nível de Habilitações	2001	2011	EVOLUÇÃO	2001	2011	EVOLUÇÃO
Nenhum	1.475.812	2.023.094	↑	515.079	693.407	↑
1º ciclo	3.638.725	2.680.333	↓	1.386.766	1.017.423	↓
2º ciclo	1.300.150	1.403.249	↑	557.752	561.614	↑
3º ciclo	1.126.989	1.687.085	↑	395.422	571.328	↑
Ensino Secundário	1.620.816	1.362.660	↓	480.825	425.577	↓
Médio	80.173	142.744	↑	21.970	39.451	↑
Ensino Superior	1.113.452	1.262.449	↑	329.479	380.809	↑
TOTAL	10.356.117	10.561.614		3.687.293	3.689.609	

TABELA 4 - Evolução da população, por nível de escolaridade, nos anos de 2001 e 2011, em Portugal e Região Norte.

O nível de habilitações e as tendências verificadas são as mesmas no país e no Norte do país. Apenas cerca de 13% da população residente em Portugal possui nível igual ou superior ao médio. O mesmo acontece na zona Norte, onde apenas cerca de 11% das pessoas possui nível de habilitações igual ou superior ao médio. Entremos agora mais diretamente nos números relacionados com o universo de produtores agrícolas em Portugal e na zona Norte do país, números que remontam a 2009, altura em que o Recenseamento Agrícola foi elaborado, tendo sido, mais tarde, publicado em 2011.

Começemos por analisar a distribuição dos produtores agrícolas de acordo com o seu género.

Género	Portugal	Norte
Masculino	186.194	67.188
Feminino	84.313	41.724
TOTAL	270.507	108.912

TABELA 5 - Distribuição dos produtores agrícolas, por género, em Portugal e na Região Norte (Fonte: INE | Recenseamento Agrícola 2009)

A agricultura é, em Portugal, claramente, uma atividade de homens. Registem-se os 31% das mulheres que se dedicavam a esta atividade agrícola em Portugal, em 2009, bem como os 38% de mulheres da região Norte. As mulheres ficariam mais por casa, tratando da vida doméstica e do campo, enquanto os maridos poderiam ter um trabalho assalariado complementar ao rendimento proveniente da agricultura. Note-se que a região Norte representa 40% dos produtores agrícolas a nível nacional. Analisemos de seguida a distribuição dos produtores agrícolas por escalão etário.

Escalão Etário	Portugal	Norte
Menos de 25 anos	400	174
Entre 25 e 50 anos	43.869	20.690
Entre 50 a 75 anos	171.677	68.940
Mais de 75 anos	54.561	19.108
TOTAL	270.507	108.912

TABELA 6 - Distribuição dos produtores agrícolas, por escalão etário, em Portugal e na Região Norte (Fonte: INE | Recenseamento Agrícola 2009)

Não é difícil olhar para a tabela 6 e ver que a maior fatia se encontra entre os 50 e 75 anos, quer a nível nacional, quer na zona Norte. 63% dos agricultores, a nível nacional, têm entre 50 a 75 anos de idade e a percentagem repete-se na zona Norte do país. Ora, estes dados são, no mínimo, preocupantes, pois se juntarmos esse escalão etário com o de mais de 75 anos, teremos uma percentagem de 84% dos agricultores a terem uma idade que caminha para o estado avançado. Na zona Norte, essa percentagem fica também nos 80%.

Portanto, a fatia de jovens agricultores é reduzida e, perante este cenário, torna-se urgente estimular os agricultores do futuro, aqueles que serão os guardiões do mundo rural. Outro aspecto importante a ter em conta na análise da situação da agricultura é o próprio nível de escolaridade dos agricultores. Verifiquemos os dados que se seguem na tabela 7.

Nível de escolaridade	Portugal	Norte
Não sabe ler nem escrever	25.456	10.387
Apenas sabe ler e escrever	34.584	15.458
1º ciclo ou 4º ano	142.218	55.789
2º ciclo ou 6º ano	25.281	11.194
3º ciclo ou 9º ano	19.269	6.772
Secundário Agrícola/Florestal	816	247
Secundário Não agrícola/Não florestal	10.545	3.894
Superior Agrícola/Florestal	2.006	590
Superior Não agrícola/Não florestal	10.332	4.581
TOTAL	270.507	108.912

TABELA 7 - Distribuição dos produtores agrícolas, por nível de escolaridade, em Portugal e na Região Norte (Fonte: INE | Recenseamento Agrícola 2009)

Em 2009, entre 9 e 10% dos agricultores não sabiam ler nem escrever.

O nível de escolaridade é, claramente, muito baixo: a maior fatia (65%) está nos escalões “sabe ler e escrever” e “1º ciclo ou 4º ano”, quer a nível nacional, quer na zona Norte do país.

Os agricultores com ensino secundário ou superior representam apenas 9% dos agricultores nacionais, o que demonstra bem a falta de qualificações dos produtores agrícolas.

Outro dado interessante a ter em conta neste estudo é o tempo que os agricultores dedicam à agricultura e que permite, assim, saber se sobrevivem apenas da atividade agrícola ou não.

Como podemos ver na tabela 8, cerca de 22% dos agricultores dedicam todo o seu tempo à agricultura, trabalhando nela todo o ano, todos os dias.

Mais preocupante é juntarmos os escalões de dedicação de tempo “até 25%” e “entre 25% e 50%” que, no caso de Portugal, atinge os 50%, e na zona Norte os 43%.

Praticamente metade dos agricultores, em 2009, dedicava até metade do seu tempo à agricultura, logo a produtividade e, consequentemente, os rendimentos a obter, nunca poderiam atingir níveis muito elevados.

Tempo que dedicam à atividade agrícola	Portugal	Norte
Até 25% do seu tempo	80.577	26.150
Entre 25% e 50%	54.864	20.265
Entre 50% e 75%	35.180	14.463
Entre 75% e 100%	41.421	18.303
Tempo completo (225 dias ou 1800h/ano)	58.465	29.731
TOTAL	270.507	108.912

TABELA 8 - Distribuição dos produtores agrícolas, por percentagem do tempo dedicado à atividade agrícola, em Portugal e na Região Norte (Fonte: INE | Recenseamento Agrícola 2009)

A tabela 9 mostra os dados relativos à ocupação dos agricultores com outras atividades, principais ou secundárias, para além do tempo que dedicam à atividade agrícola.

Número de agricultores que ocupam o restante tempo que não dedicam à agricultura		Portugal	Norte
Outras atividades lucrativas principais	Não agrícolas da exploração	1070	370
	Não diretamente relacionadas c/ exploração	63.443	23.391
TOTAL		64.513	23.761
Outras atividades lucrativas secundárias	Não agrícolas da exploração	10.462	1.820
	Não diretamente relacionadas c/ exploração	3.949	1.857
TOTAL		14.411	3.677

TABELA 9 - Distribuição dos produtores agrícolas, pelas atividades onde empregam o restante tempo não dedicado à agricultura, em Portugal e na Região Norte (Fonte: INE | Recenseamento Agrícola 2009)

Há mais agricultores a dedicarem-se a atividades lucrativas, consideradas como principais fontes de rendimento, deixando a agricultura como complementar ao rendimento familiar.

Apresentada esta breve contextualização geral, julgamos estar em condições de sublinhar alguns aspectos/factores que consideramos fulcrais reter e relembrar:

- O elevado nível de envelhecimento dos agricultores e a reduzida percentagem de jovens agricultores;
- 40% dos agricultores estão no Norte do país;
- 63% dos agricultores têm entre 50 a 75 anos;
- 75% dos agricultores têm o 1.º ciclo do ensino básico ou menos;
- Metade dos agricultores não se dedica a tempo inteiro à agricultura;
- Dificuldades em aceder a terras disponíveis para cultivar;
- Baixos rendimentos da agricultura, obrigando os agricultores a procurar atividades complementares;
- Redução da população ativa na UE que trabalha na agricultura;
- O abandono das zonas rurais é crescente;
- A deterioração da paisagem rural é, igualmente, preocupante.

Estes aspectos decorrem, quer da reflexão introdutória que foi feita, tendo por base a bibliografia consultada, quer dos dados estatísticos obtidos a partir da análise dos Censos e dos Recenseamentos Agrícolas.

Antes de avançar, porém, é necessário esclarecer conceitos que já foram ou serão ainda aqui referidos, como sejam os de abandono, desenvolvimento rural e o carácter de multifuncionalidade deste e da atividade agrícola.

Começemos por aquele que acaba por ser, de forma direta ou indireta, a razão desta reflexão: o abandono. Da terra? O abandono da atividade agrícola? Quererão dizer a mesma coisa? Para apresentar uma tentativa de definição de abandono, socorremo-nos do estudo de Teresa Pinto Correia, intitulado *“Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da Ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural - Tipologia de Áreas Rurais”*.

Segundo Correia (2006, p. 16), há alguma falta de clareza na utilização destes termos, pois quando utilizamos o termo “abandono” podemos estar a referir-nos ao abandono da terra, ao abandono da atividade agrícola ou ainda ao abandono das comunidades locais e aldeias.

Teresa Pinto Correia defende que o abandono deverá ser visto como um estado e não como um processo, ou seja, *“um espaço, um objecto, uma atividade, está abandonado ou não está”*. (Correia, 2006, p. 16)

A atividade agrícola pode ser abandonada pelos proprietários, mas a terra em si pode ser usada de outras formas, nomeadamente para caça, floresta, como espaço de lazer ou então ocupada por cidadãos e prédios urbanos.

Assim sendo, e de acordo com a tese da autora, abandono pode ser uma expressão radical, dado que haverá sempre uma grande dificuldade em perceber qual o grau de abandono: o ideal será então optar por registar tendências de declínio e de despovoamento, mas não abandono absoluto de uma área/território/atividade. O abandono completo pode ser já a fase final de um processo de despovoamento progressivo.

Teresa Pinto Correia defende que o mais correto é, então, usar termos como dinâmicas de ocupação, dinâmica do sector agrícola e a dinâmica socioeconómica da comunidade ao invés de usar a palavra “abandono”. Daí a nossa preocupação em adoptar este critério no título dado a este trabalho.

Esta questão das dinâmicas de ocupação, da atividade agrícola e dinâmica social e económica leva-nos ao conceito da multifuncionalidade. Hoje, cada vez mais, é urgente apostar na multifuncionalidade do território, da paisagem rural e, claro está, da agricultura. Neste sentido, a agricultura deixará de ser valorizada apenas pela sua função produtiva, mas passará a ser vista como algo mais global e abrangente, mais multifuncional.

A paisagem rural, por sua vez, muito construída com a atividade agrícola, passa então a ser valorizada como espaço de recreio e relaxamento, sendo um importante factor para a conservação da natureza, para a preservação ambiental e do património que a envolve.

O mundo chamado de rural não tem de ter apenas a função de produção de alimentos, nem tem que ter como atividade dominante a agricultura. Para além disso, é identificado como local de refúgio/segurança em épocas de crise para as populações citadinas, e ainda de fornecedor de mão-de-obra desqualificada e barata para as atividades das cidades.

Opõe-se, por isso, ao mundo urbano, no que concerne às funções, atividades, grupos sociais e paisagens distintos. Esse último tem maior facilidade de expansão de infra-estruturas e equipamentos de

apoio à qualidade de vida e as cidades são encaradas como pólos de prestação de serviços pessoais e sociais. (Ferrão, 2000, p. 46)

De qualquer forma, nos dias de hoje, e de acordo com o artigo *“Rethinking the changing structures of rural local government”*, publicado no Journal of Rural Studies, *“a divisão entre rural e urbano está fora de moda, mas a sua separação continua a ser alvo da atenção na mudança política e institucional”* (Pemberton, 2000, pp. 272-283).

É importante, por isso, pensar na multifuncionalidade do território, pensar como e porque é que os territórios rurais passaram de lugares de produção a lugares de consumo e analisar as consequências daí decorrentes, mas também as novas potencialidades e verificar que tipo de agricultura faz sentido e se tem condições para se manter ou desenvolver.

É evidente a necessidade de preservar aquilo que alguns estudiosos da área apelidam de *“mosaico agro-florestal”* e isso implica que sejam definidas políticas também ao nível administrativo, para evitar que a paisagem rural se torne numa *“manta de retalhos”*, fruto da transição do património entre gerações.

Urge então encontrar sistemas de cooperação que permitam a manutenção da atividade agrícola e florestal, independentemente dessa transição patrimonial. Atualmente, é muito fácil acontecer que nas partilhas de uma propriedade, se acabe por retalhar uma grande exploração em pequenos bocados, muitas vezes inferiores a um hectare, quebrando a possibilidade de escala de produção agrícola.

Sobre esta matéria de cooperação, refira-se, a título de exemplo, um artigo de opinião publicado no nº 83 da revista *“Espaço Rural”*, uma edição da CONFAGRI, de Set./Out. de 2011, e que versou exatamente sobre esta questão do mosaico agro-florestal.

A construção destas paisagens tem a palavra cooperação na sua génese: o Homem teve de cooperar com a topografia para encontrar uma forma de vencer o declive acentuado; teve de cooperar com os factores edafoclimáticos na busca de formas de exploração da terra sustentáveis; o agricultor teve de cooperar com o seu vizinho no sentido de desenvolver formas racionais de uso da água; teve de cooperar com o pastor e com o proprietário florestal no sentido de colmatar as suas necessidades específicas em diferentes alturas do ano.

Se a cooperação foi a razão do sucesso desta paisagem, não há razões para não utilizar a mesma receita. (Heitor, 2011, p. 18)

Finalmente, todos estes tópicos abordados levam-nos a um conceito complexo, mas que está também no centro desta reflexão que é o desenvolvimento rural.

De acordo com uma reflexão partilhada por Vítor João Pereira Martinho, o conceito de desenvolvimento rural

tem subjacente um conjunto de processos de desenvolvimento (...), e poderá ser definido como a melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica.¹¹

Ora, estando nós a estudar a dinâmica de uma atividade económica como a agricultura, é óbvio que as ilações que daqui se retiram terão certamente reflexo no desenvolvimento rural que a acolhe. Importa, por isso, ter este pano de fundo ao longo da reflexão para que também as políticas de desenvolvimento rural a serem apresentadas possam ter enquadramento.

Seguidamente, através da análise do caso do Município de Penafiel, propomos acrescentar algo a esta reflexão por meio da abordagem a um exemplo concreto de políticas locais em matéria de promoção da agricultura.

¹¹ Disponível em http://www.ipv.pt/millennium/19_spec10.htm. Consultado em 2/1/2012.

CAPÍTULO 3

CASO DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE PENAFIEL

3.1. O Município de Penafiel

Penafiel integra a Comunidade Intermunicipal do Sousa e Tâmega, na NUT III Tâmega, e ocupa uma área de cerca de 212,2 Km², ao longo das suas 38 freguesias, somando um total de cerca de 72 mil habitantes.

As unidades de pequena indústria extrativa, construção civil, comércio e serviços empregam uma grande parte dos trabalhadores.

A agricultura continua a ser uma atividade com importância, como poderemos ver, mas que, à semelhança de outros municípios no país, tem vindo a perder impacto no seu território.

Os gráficos seguintes apresentam alguns dados obtidos a partir dos Censos de 2001 e 2011 e que nos permitem fazer uma avaliação da evolução demográfica dos residentes em Penafiel nos respectivos anos.

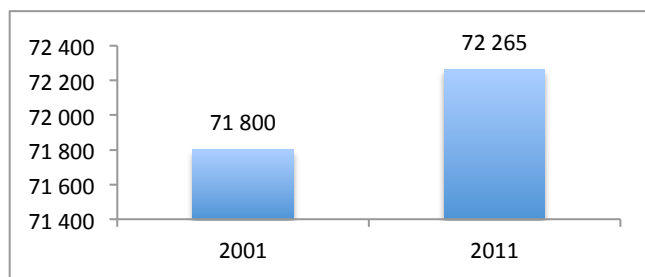


GRÁFICO 1 - Evolução da população residente em Penafiel, de 2001 para 2011 (Fonte: INE – Censos 2001 e 2011)

É possível verificar no gráfico a evolução ligeiramente crescente da população residente de Penafiel, o que não foge do cenário já para o país e para a região Norte. Segue-se o gráfico 2 com a distribuição da população de Penafiel de acordo com o seu escalão etário.

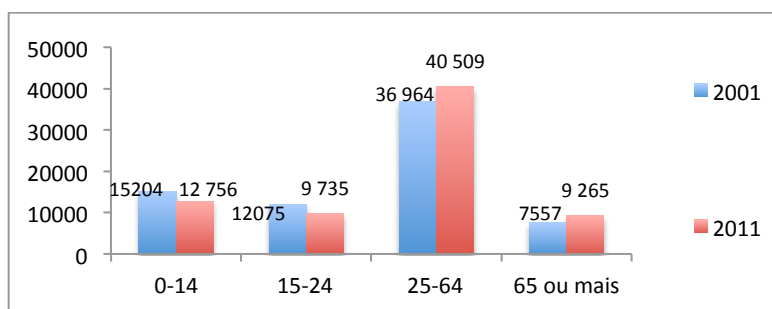


GRÁFICO 2 - Distribuição da população residente em Penafiel, por escalão etário, em 2001 e 2011 (Fonte: INE – Censos 2001 e 2011)

Relativamente à distribuição etária da população penafidense, é de salientar a redução do número de jovens de 2001 para 2011 e o aumento do número de pessoas entre os 25 e os 64 anos, mas também a população mais idosa, com 65 anos ou mais de idade.

Na tabela 10 podemos ver comparativamente a evolução da distribuição etária para Portugal, região Norte e concelho de Penafiel e verificar se o padrão se mantém ou não.

	PORTUGAL	NORTE	PENAFIEL		
Escalão Etário	Evolução	Evolução	2001	2011	Evolução
0-14 anos	↓	↓	15.204	12.756	↓
15-24 anos	↓	↓	12.075	9.735	↓
25-64 anos	↑	↑	36.964	40.509	↑
65 anos ou mais	↑	↑	7.557	9.265	↑

TABELA 10 - Evolução da população, por escalão etário, nos anos de 2001 e 2011, em Penafiel, em comparação com a evolução verificada em Portugal e Região Norte.

Os padrões de evolução mantêm-se: a tendência para a diminuição da população jovem e aumento da população idosa é transversal a Portugal, região Norte e Penafiel.

No gráfico 3 está representada a distribuição da população penafidense de acordo com o seu nível de habilitações literárias. Registam-se os aumentos dos níveis mais altos, nomeadamente a partir do 3º ciclo, inclusive. Note-se também que, em 2001, 41% da população do concelho de Penafiel possuía apenas o 1º ciclo do ensino básico, tendo reduzido para os 28,87% em 2011, significando um decréscimo de cerca de 13%.

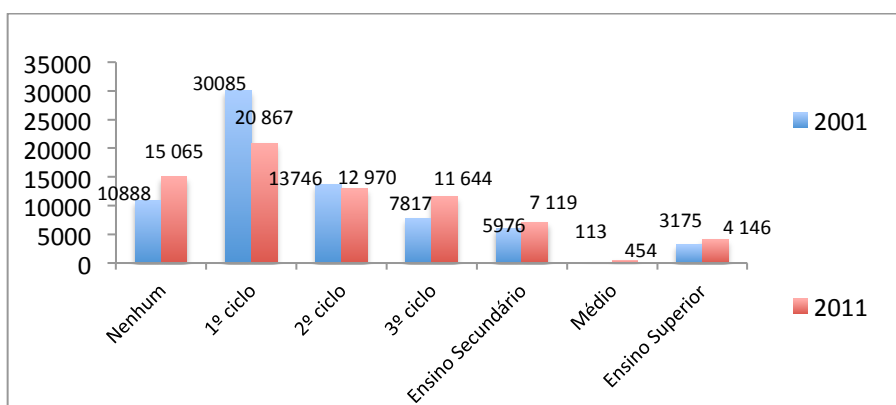


GRÁFICO 3 - Distribuição da população residente em Penafiel, por nível de escolaridade, de 2001 para 2011
(Fonte: INE – Censos 2001 e 2011)

Saliente-se ainda que os níveis de escolaridade superiores, nomeadamente a partir do 3º ciclo, tiveram um ligeiro aumento. À semelhança do que apresentámos para a distribuição etária da população, avalie-se o padrão de distribuição do nível de escolaridade em Portugal, região Norte e concelho de Penafiel.

	PORTUGAL	NORTE	PENAFIEL		
Escalão Etário	Evolução	Evolução	2001	2011	Evolução
Nenhum	↑	↑	10.888	15.065	↑
1º ciclo	↓	↓	30.085	20.867	↓
2º ciclo	↑	↑	13.746	12.970	↓
3º ciclo	↑	↑	7.817	11.644	↑
Ensino Secundário	↓	↓	5.976	7.119	↑
Médio	↑	↑	113	454	↑
Ensino Superior	↑	↑	3.175	4.146	↑

TABELA 11 - Evolução da população, por nível de escolaridade, nos anos de 2001 e 2011, em Penafiel, em comparação com a evolução verificada em Portugal e Região Norte.

A tendência de crescimento observada em Penafiel é considerável: de 2001 para 2011, verifica-se um aumento significativo do número de pessoas com o 3º ciclo e com escolaridade superior.

De qualquer forma, a partir da tabela 12 poderemos tirar algumas conclusões. Os dados apresentados reportam-se ao ano de 2011.

	Portugal		Norte		Penafiel	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
População até aos 24 anos	2.718.316	26%	982.764	27%	22.491	31%
População com mais de 25 anos	7.843.298	74%	2.706.845	73%	49.774	69%
População com nível abaixo do ensino secundário	7.793.761	74%	2.843.772	77%	60.546	84%
População com ensino secundário ou nível mais alto	2.767.853	26%	845.837	23%	11.719	16%

TABELA 12 - Distribuição da população, em número e em percentagem, por agrupamento etário e de nível de escolaridade, para Portugal, Região Norte e Penafiel, no ano de 2011.

À semelhança do que acontece em Portugal e na Região Norte, Penafiel apresenta uma baixa taxa de população jovem até aos 24 anos de idade.

Apresenta também uma elevada taxa de população com um nível de escolaridade baixo, nomeadamente inferior ao ensino secundário (84%).

Passemos agora à análise dos dados que dizem respeito ao panorama agrícola no concelho de Penafiel à data do último recenseamento agrícola.

3.2. Panorama agrícola em Penafiel

Depois desta apresentação do concelho de Penafiel, em comparação com a região Norte e com o panorama nacional, estamos em condições de entrar naquele que é o cenário agrícola em Penafiel. Começamos pela análise de dados retirados do último Recenseamento Agrícola. Estes dados permitir-nos-ão obter uma fotografia global da situação atual no concelho de Penafiel, bem como sustentar e contextualizar as estratégias que estejam a ser adoptadas pelo Município em estudo e que pretendem potenciar a agricultura local. As tabelas a seguir têm por base o último Recenseamento Agrícola, elaborado em 2009 e publicado em 2011. Serão sempre apresentados os dados da região Norte a par do concelho de Penafiel, para melhor podermos perceber se há um padrão comum ou se, ao invés, se verifica algum desvio.

Género	Norte	Penafiel
Masculino	67.188	918
Feminino	41.724	540
TOTAL	108.912	1.458

TABELA 13 - Distribuição dos produtores agrícolas, por género, na Região Norte e Penafiel. (Fonte: INE | Recenseamento Agrícola 2009)

Partindo do pressuposto de que em 2011 estavam registados 108 912 agricultores na região Norte, Penafiel apresenta-se com 1 458 agricultores, representando cerca de 1,3% desse total, ou seja, um valor realmente baixo, tendo em consideração o número total de população penafidelense. Relativamente à população total de Penafiel, a fatia dos produtores agrícolas representa apenas 2%, sendo, portanto, uma percentagem muito baixa. A tabela 14 mostra a distribuição dos agricultores pelos respectivos escalões etários.

Escalão Etário	Norte	Penafiel
<25	174	0
25 a < 50	20.690	264
50 a < 75	68.940	923
>=75	19.108	271
TOTAL	108.912	1.458

TABELA 14 - Distribuição dos produtores agrícolas, por escalão etário, na Região Norte e Penafiel. (Fonte: INE | Recenseamento Agrícola 2009)

A tabela 14 permite-nos obter um dado muito interessante: cerca de 82% dos agricultores de Penafiel têm 50 ou mais anos de idade, o que nos permite concluir, para já, que a atividade agrícola não atrai a camada mais jovem da população. Aliás, não havia sequer, em 2009, um único agricultor com idade inferior a 25 anos em Penafiel e os que existem em toda a região Norte representam menos de 1% do total dos agricultores. Saliente-se ainda que, em Penafiel, agricultores com idade inferior a 50 anos de idade representam apenas cerca de 18% do total de agricultores do concelho.

Passemos à tabela 15, que apresenta o nível de escolaridade dos agricultores de Penafiel.

Nível de Habilitações	Norte	Penafiel
Não sabe ler nem escrever	10.387	147
Sabe ler e escrever	15.458	454
1º ciclo ou 4º ano	55.789	559
2º ciclo ou 6º ano	11.194	81
3º ciclo ou 9º ano	6.772	75
Secundário Agrícola/Florestal	247	2
Secundário Não agrícola/Não florestal	3.894	47
Superior Agrícola/Florestal	590	14
Superior Não agrícola/Não florestal	4.581	79
TOTAL	108.912	1.458

TABELA 15 - Distribuição dos produtores agrícolas, por nível de escolaridade, na Região Norte e Penafiel. (Fonte: INE | Recenseamento Agrícola 2009)

Se adoptarmos o mesmo critério de agrupamento que usámos para a população residente, veremos que em Penafiel apenas 9,7% dos agricultores têm um nível de escolaridade igual ou superior ao ensino secundário, o que quer dizer que os restantes 90,3% apresentam baixos níveis de escolaridade. É possível, assim, estabelecer aqui uma ligação ao facto da maior parte dos agricultores terem 50 anos ou mais de idade e os baixos níveis de escolaridade.

Passemos à tabela 16 que mostra o tempo que os agricultores dedicam à atividade agrícola.

Tempo que dedicam à atividade agrícola	Norte	Penafiel
Até 25% do seu tempo	26.150	299
Entre 25% e 50%	20.265	194
Entre 50% e 75%	14.463	81
Entre 75% e 100%	18.303	538
Tempo completo (225 dias ou 1800h/ano)	29.731	346
TOTAL	108.912	1.458

TABELA 16 - Distribuição dos produtores agrícolas, por percentagem de tempo dedicado à agricultura, na Região Norte e Penafiel. (Fonte: INE | Recenseamento Agrícola 2009)

Facilmente se pode constatar que apenas cerca de 28% se dedicam a tempo inteiro a esta atividade; cerca de 34% não dedica metade do seu tempo à agricultura, sobrando assim os restantes 38% para aqueles que dedicam entre 50 e 100% do seu tempo à atividade agrícola.

A tabela 17 mostra onde é que os agricultores ocupam o tempo não dedicado à atividade agrícola.

Número de agricultores que ocupam o restante tempo que não dedicam à agricultura		Norte	Penafiel
Outras atividades lucrativas principais	Não agrícolas da exploração	370	0
	Não diretamente relacionadas c/ exploração	23.391	236
TOTAL		23.761	236
Outras atividades lucrativas secundárias	Não agrícolas da exploração	1.820	2
	Não diretamente relacionadas c/ exploração	1.857	96
TOTAL		3.677	98

TABELA 17 - Distribuição dos produtores agrícolas, pelas atividades onde empregam o restante tempo não dedicado à agricultura, na Região Norte e Penafiel (Fonte: INE | Recenseamento Agrícola 2009)

Saliente-se os 236 agricultores que dedicam parte do seu tempo a outras atividades lucrativas e que não estão diretamente relacionadas com a exploração. É aqui que, quer a nível concelhio, quer a nível regional, a maior parte dos agricultores a tempo parcial investem o seu tempo.

A tabela 18 oferece-nos uma visão da evolução da área agrícola utilizada, tendo por base os dados dos últimos três recenseamentos agrícolas.

Unidade Geográfica	Anos	Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	
		N.º Expl.	Área (hectares)
País (inclui ilhas)	1989	594 418	4 005 573,45
	1999	412 612	3 863 093,84
	2009	303 867	3 668 145,07
Continente	1989	546 658	3 879 578,58
	1999	378 880	3 736 140,15
	2009	276 776	3 542 305,14
Região Norte	1989	191 641	778 756,74
	1999	137 192	673 555,45
	2009	110 578	644 027,39
Penafiel	1989	3 228	6 231,14
	1999	1 900	3 920,49
	2009	1 489	3 283,26

TABELA 18 – Evolução da superfície agrícola utilizada, em número de explorações e em área (hectares), para Portugal (ilhas incluídas), Continente, Região Norte e Penafiel (Fonte: INE | Recenseamento Agrícola 1989, 1999 e 2009)

O cenário não é dos mais positivos: desde, pelo menos 1989, que o número de explorações agrícolas e a respectiva área utilizada têm vindo a diminuir consideravelmente. Fixemo-nos nos dados relativos a Penafiel: em 20 anos vimos reduzir o número de explorações em mais de metade das existentes em 1989, e o mesmo se diz em relação à área agrícola utilizada.

A análise que se segue, feita através dos dados recolhidos a partir dos inquéritos por questionário, virá acrescentar algo mais a esta reflexão introdutória no caso de Penafiel.

3.3. Análise de inquéritos

Passando agora à análise dos resultados dos inquéritos por questionário que foram distribuídos, importa dizer que os mesmos foram aplicados aos três grupos anteriormente mencionados e tiveram como objectivo ajudar-nos a chegar a algumas explicações para esta redução que se prolonga ao longo dos anos e de modo a podermos ter informação de suporte para melhor avaliar as estratégias que têm vindo a ser implementadas e saber se as mesmas vão ajudar a inverter ou não esta tendência de declínio da agricultura no concelho, na região e no país.

É importante referir que a obtenção de dados através dos inquéritos por questionário não foi tarefa fácil, tendo-nos deparado com algumas dificuldades.

No que concerne aos agricultores profissionais, grupo onde foi possível obter sessenta inquéritos respondidos, constituindo assim a amostra agora apresentada, foi bastante difícil encontrá-los em momentos que estivessem com disponibilidade para responder às questões colocadas. Os inquéritos foram distribuídos na época em que há mais trabalho no campo, pois é quando todas as produções começam a brotar em quantidade e variedade. Também importa referir que não houve propriamente um critério de seleção da amostra, ou seja, como foi pedido o apoio dos Presidentes de Junta para indicarem nomes e contactos dos respectivos produtores, os inquéritos foram distribuídos aos elementos que se foram mostrando mais disponíveis para responder, não tendo sido possível recolher informação de todas as listas de nomes apresentadas por cada Presidente de Junta das 38 freguesias do concelho.

Relativamente aos novos e futuros agricultores, solicitámos ajuda dos serviços da Câmara Municipal de Penafiel para nos dar indicação dos interessados que têm procurado apoio para iniciar projetos na área agrícola e, por isso, a amostra é constituída por 17 agricultores ou potenciais agricultores.

Por fim, no que respeita aos ex-agricultores, deparámo-nos com a dificuldade de obter informação sobre a sua identificação, localização e contactos. A amostra é constituída por 8 ex-agricultores.

A verdade é que se desconhece por completo qual o número de pessoas que abandonam a atividade agrícola: a DRAPN não dispõe desta informação e a Cooperativa Agrícola de Penafiel, que nos indicou estes 8 ex-agricultores, fê-lo porque conhece as pessoas e sabia desse afastamento da agricultura. De qualquer forma, o que se ouvia, quer por parte da DRAPN, quer por parte da Cooperativa, é que “*agricultor uma vez, agricultor toda a vida*”, e que não há, assim, propriamente um desvincular formal da atividade que permita ter acesso a esses dados. Por norma, o que acontece é que as pessoas deixam de produzir para venda e passam a produzir apenas para consumo de casa. Ora, continuam a cultivar a terra, não havendo propriamente um afastamento, mas a agricultura deixa de ser a sua profissão, da qual obtêm um rendimento para sobreviver.

EX-AGRICULTORES

Comecemos então por fazer uma leitura das questões mais importantes para este estudo relativamente àqueles que já foram agricultores e que, por algum motivo, deixaram de o ser.

Como se disse anteriormente, a amostra é de 8 ex-agricultores, não se podendo considerar uma amostra representativa, mas de acordo com o tempo e informação disponíveis foi o melhor possível.

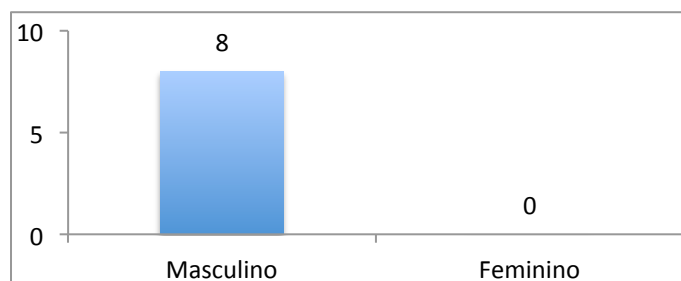


GRÁFICO 4 – Distribuição dos ex-agricultores de Penafiel por género

Apesar da tendência verificada em Portugal e região Norte, onde a maior percentagem de agricultores é do género masculino, no caso do Município de Penafiel opta-se por não tecer qualquer tipo de comentário, dada a reduzida amostra e as condições em que a mesma foi conseguida. Contudo, julga-se que seria sempre mais fácil ser o homem a abandonar a atividade agrícola para se dedicar a um outro trabalho que, porventura, lhe permitisse obter maiores rendimentos, e a mulher, por sua vez, continuasse mais dedicada à casa, à família e ao trabalhar da terra, quanto mais não fosse, para auto-consumo.

O gráfico 5 mostra a distribuição da amostra pelos vários escalões etários.

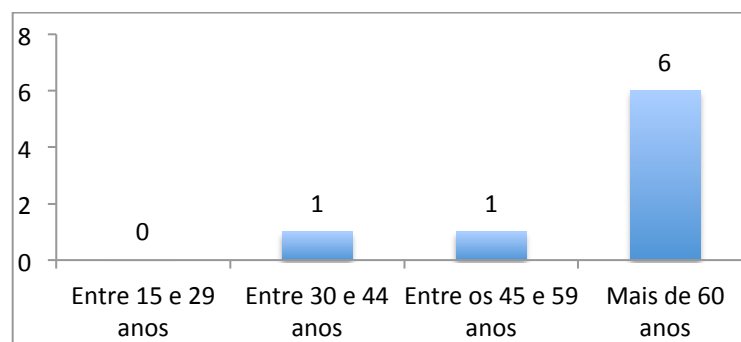


GRÁFICO 5 – Distribuição dos ex-agricultores de Penafiel por escalão etário

Ainda que numa amostra, possivelmente, não representativa, podemos ver claramente que seis dos oito ex-agricultores têm mais de 60 anos.

Tal como foi possível verificar na tabela 14, onde cerca de 63% dos produtores agrícolas de Penafiel têm idades entre os 50 e os 75 anos, também os ex-agricultores são maioritariamente idosos.

Como tal, e como se pode verificar no gráfico 6, também o nível de escolaridade da amostra é baixo, tendo a maior parte apenas a 4ª classe feita, o que também vai ao encontro do que pudemos ver na tabela 15, onde praticamente 40% dos produtores de Penafiel têm apenas esse nível de escolaridade.

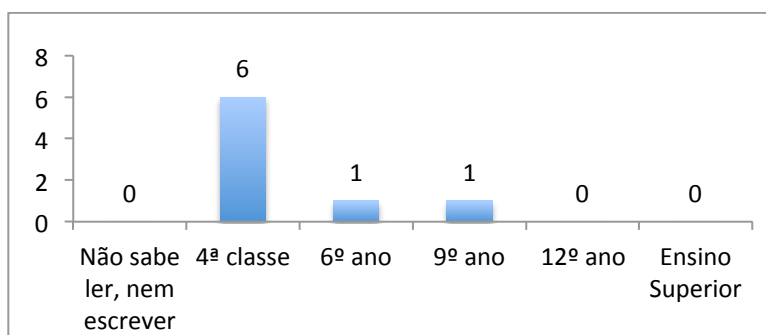


GRÁFICO 6 – Distribuição dos ex-agricultores de Penafiel por nível de escolaridade

O gráfico 7 dá nota da situação profissional atual dos ex-agricultores.

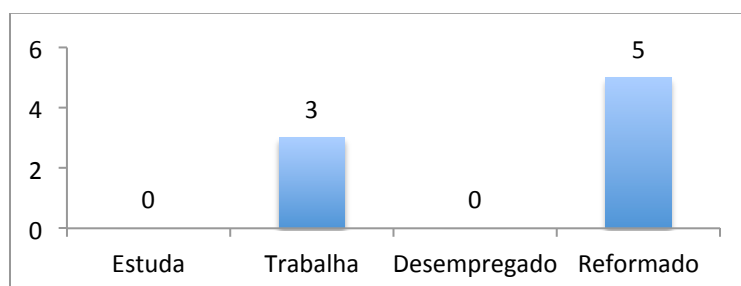


GRÁFICO 7 – Distribuição dos ex-agricultores de Penafiel pela situação profissional atual

Seis pessoas com mais de 60 anos, seis pessoas com a 4ª classe e das quais 5 são reformadas, um cenário natural. O gráfico 8 permite-nos perceber se as terras, outrora afectas à agricultura, ainda continuam na posse dos agora ex-agricultores, ou não.

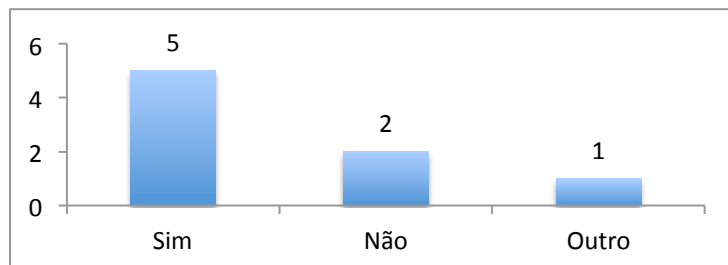


GRÁFICO 8 – Propriedade da terra, outrora dedicada à agricultura.

Na maior parte dos casos, a terra continua a pertencer aos ex-agricultores, contudo, importa dar nota de observações que os mesmos deixaram aquando do preenchimento do respectivo questionário: possuem a terra, mas na maior parte dos casos, devido a situações de partilha de heranças, em menor área do que tinham há uns anos atrás. Muitas vezes, este “retalhar” das propriedades agrícolas pode, por si só, ser um motivo para as pessoas se desligarem da agricultura, já que, perdendo área de terreno agrícola, deixam de ter a escala necessária para competir no mercado e a atividade deixar, assim, de ser rentável.

No gráfico 9 é possível ter uma noção dos motivos que podem ter estado na base desse “afastamento” da agricultura.

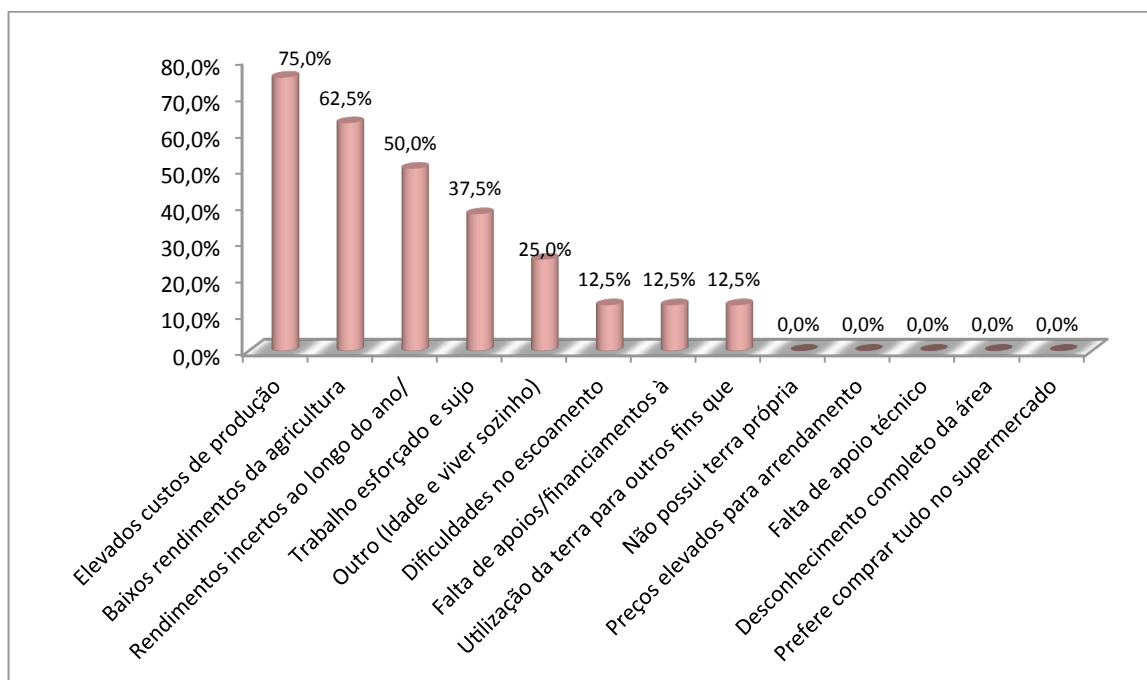


GRÁFICO 9 – Factores que motivaram o afastamento da atividade agrícola.

É possível perceber que os elevados custos da produção, associados aos baixos rendimentos e à instabilidade financeira ao longo do ano são as principais razões que levam a que a atividade agrícola seja preterida em função de outras. Não terá sido o caso da maioria desta amostra de ex-agricultores, dada a sua longa idade e o facto de estarem reformados. De qualquer forma, parece óbvio que estes sejam, de facto, os principais factores que impedem um melhor sucesso da atividade agrícola. O gráfico 10 mostra o modo de produção usado na altura em que estes ex-agricultores se dedicavam à atividade agrícola.

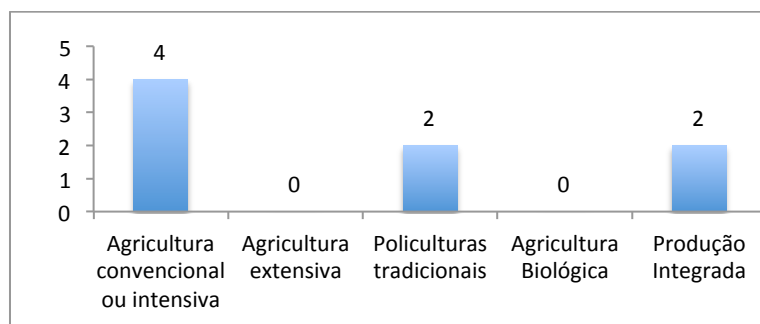


GRÁFICO 10 – Modo de produção usado na altura em que se dedicavam à agricultura

Apenas dois dos ex-agricultores se dedicavam à produção integrada e nenhum se dedicava à produção em modo biológico coisa que, como iremos ver adiante, não acontece no caso dos novos e futuros agricultores.

Predominava, por assim dizer, uma agricultura convencional e intensiva, produções próprias de uma geração de agricultores com baixas qualificações, com idade avançada e sem grandes rendimentos para poderem investir na formação.

No gráfico 11 podemos ver como é que a produção era escoada pelos ex-agricultores, na altura em que estavam em pleno exercício da sua atividade agrícola.

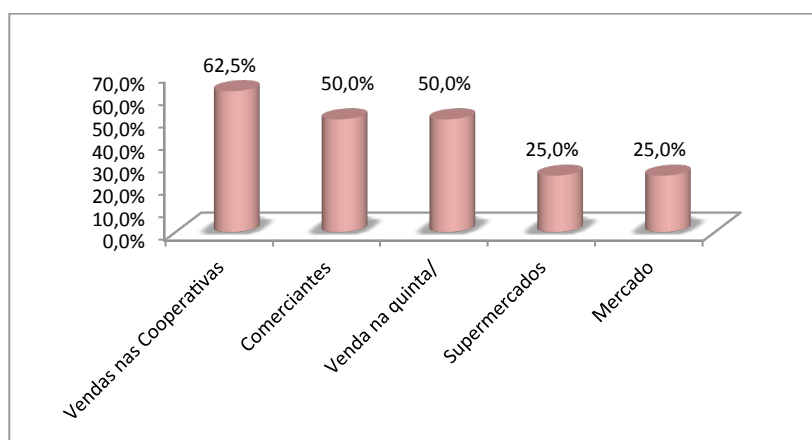


GRÁFICO 11 – Como escoava a produção na altura em que se dedicava à agricultura.

Lideravam as vendas nas adegas e cooperativas agrícolas, seguindo-se-lhes os comerciantes e as vendas diretas na própria exploração/quinta.

Os mercados e supermercados ou grandes superfícies não eram os meios preferidos para o escoamento dos hortofrutícolas, possivelmente pelo preço que propunham ao produtor.

É muito complicado para um produtor de pequena ou média dimensão competir com as grandes superfícies em matéria de frescos, dado que colocam frequentemente à venda produtos importados a preços impossíveis de praticar.

Quando questionados sobre a saudade que têm de trabalhar a terra e se têm vontade de voltar ao campo, são-nos devolvidos os resultados apresentados no gráfico 12:

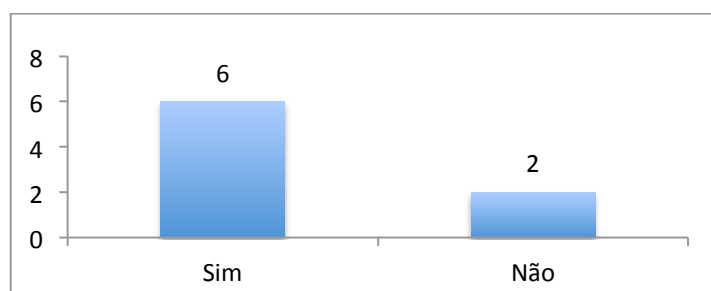


GRÁFICO 12 – Se sentem saudades de trabalhar a terra.

A maior parte sente, de facto, saudades de trabalhar a terra, pois lá passaram grande parte das suas vidas, estando habituados a um ritmo que agora a idade já não lhes permite.

Deixando de lado o passado e voltando ao presente, fomos tentar perceber onde estes ex-agricultores compram agora os seus hortofrutícolas. O gráfico 13 apresenta esses mesmos dados.

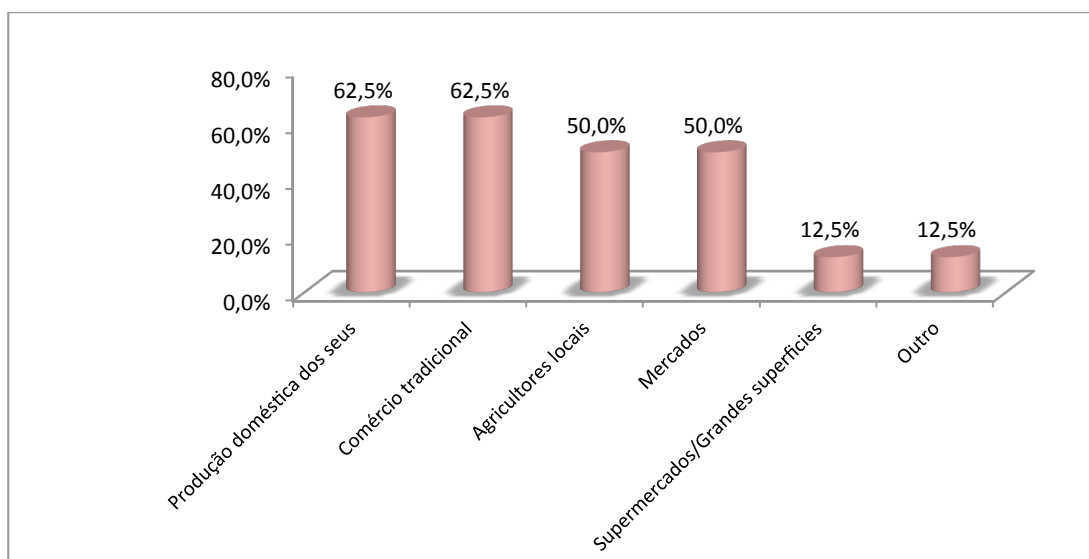


GRÁFICO 13 – Onde compra atualmente os produtos hortofrutícolas.

Antes de mais, importa explicar que a fatia “Outros”, representando 12,5% da amostra, diz respeito aos ex-agricultores que ainda cultivam uma pequena parcela de terra para autoconsumo. De resto, a grande parte deles adquire os produtos frescos a familiares que continuam a dedicar-se à agricultura, seguindo-se como alternativas de escolha o comércio tradicional.

De seguida, podemos verificar qual o grau de importância dado a determinadas características dos hortofrutícolas.

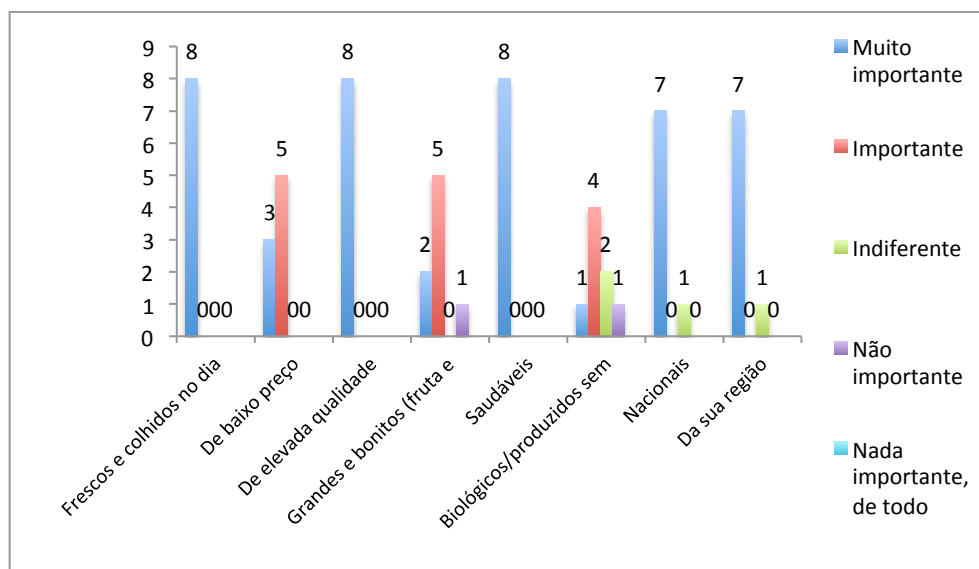


GRÁFICO 14 – Grau de importância atribuído às características dos hortofrutícolas.

Destacam-se três como sendo aspectos unanimemente muito importantes: frescos e colhidos no dia; de elevada qualidade e saudáveis. Seguem-se ainda como muito importantes o facto de serem nacionais e da região.

Depreende-se, assim, que tudo o que possa ter implicações na saúde é mais valorizado, seguindo-se depois o factor local.

AGRICULTORES PROFISSIONAIS

No que diz respeito aos agricultores profissionais, a amostra é constituída por 60 agricultores, provenientes de 20 freguesias do concelho de Penafiel. Como já se referiu no início deste subcapítulo, não houve um critério definido para a constituição da amostra. Pedidas as listas de nomes e contactos dos agricultores das 38 freguesias aos senhores Presidentes da Junta, os inquéritos foram distribuídos aleatoriamente àqueles agricultores que se mostravam mais disponíveis para colaborar e responder ao questionário.

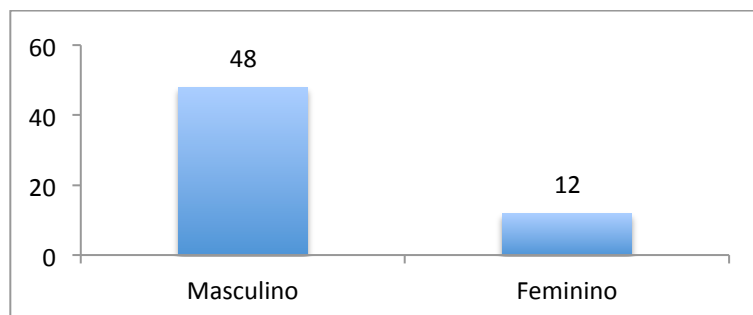


GRÁFICO 15 – Distribuição da amostra de agricultores profissionais por género

Como também tivemos oportunidade de referir anteriormente, não podemos retirar conclusões fidedignas no que concerne à distribuição da amostra por género, dado que a constituição da amostra foi aleatória, correndo o risco de tecer conclusões que não correspondem à realidade.

De qualquer forma, será possível que a tendência verificada em Portugal, região Norte e Penafiel se mantenha aplicável a esta amostra.

No gráfico 16 podemos ver qual a distribuição da amostra pelos diversos escalões etários.

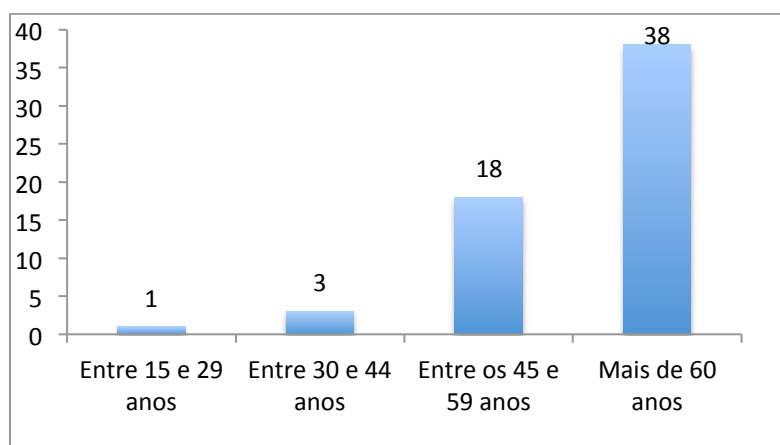


GRÁFICO 16 – Distribuição da amostra de agricultores profissionais por escalão etário

É facilmente constatável que cerca de 64% dos produtores se encontram já numa idade avançada. Aliás, se olharmos para os escalões até aos 44 anos de idade, poderemos ver que são apenas 4 os agricultores que se inserem nesses escalões, o que realmente denota uma geração de agricultores envelhecidos e que em breve acabarão por se “afastar” da atividade: não necessariamente por ser pouco rentável, mas sim pela idade e eventuais problemas de saúde que surgem e os impedirão de continuar a exercer a atividade.

No gráfico 17 podemos ver a distribuição dos agricultores de acordo com os respectivos níveis de escolaridade.

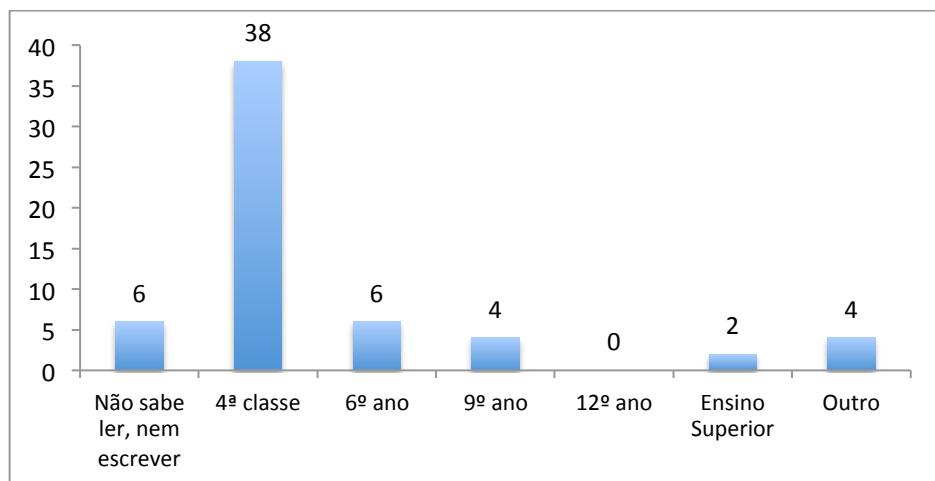


GRÁFICO 17 – Distribuição da amostra de agricultores profissionais por nível de escolaridade

Os mesmos 64% que têm mais de 60 anos, têm apenas a 4ª classe. É tendencialmente normal que as pessoas que hoje têm já uma idade avançada, possuam níveis baixos de escolaridade, pelos diversos motivos que os impediram, na sua juventude, de prosseguir os estudos.

Analisemos o gráfico 18 que mostra os rendimentos obtidos da Segurança Social.

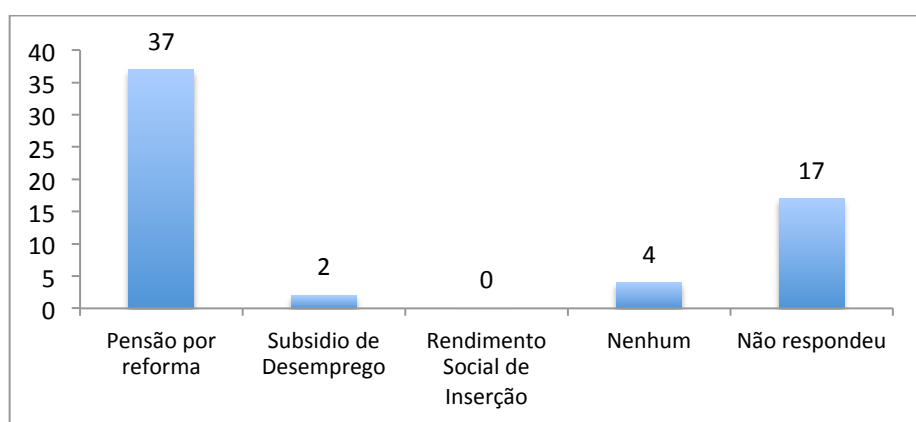


GRÁFICO 18 – Rendimentos obtidos da Segurança Social

E no seguimento daquilo que foi dito relativamente aos gráficos anteriores, também este gráfico corresponde ao cenário descrito: 38 agricultores com mais de 60 anos, dos quais 37 recebem pensão por reforma.

Entrando agora nos dados mais diretamente relacionados com a atividade agrícola, abaixo poderemos ver o nível de experiência de cada um dos agricultores da amostra na agricultura.

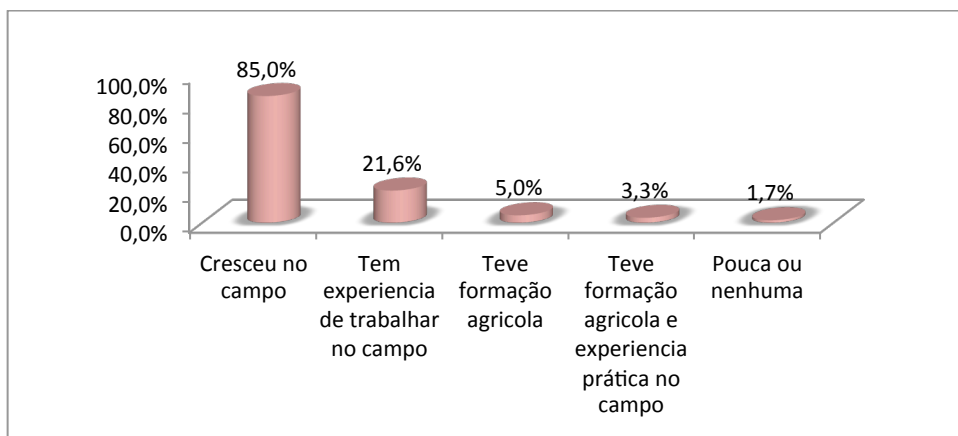


GRÁFICO 19 – Nível de experiência na agricultura.

É claramente visível que 85% dos agricultores cresceu no campo e portanto a agricultura foi algo com que sempre mantiveram o contacto. Muito provavelmente trata-se de uma actividade que decorre em terras de família e foi passando de geração em geração.

E porque há sempre uma grande tendência para imaginar a vida no campo de uma forma triste, isolada e distante de tudo e de todos e sem qualquer equipamento por perto, fomos questionar a amostra sobre quanto demoram desde sua casa até à respetiva exploração e que equipamentos existem por perto. Vejamos, por isso, os gráficos 20 e 21 que se seguem.

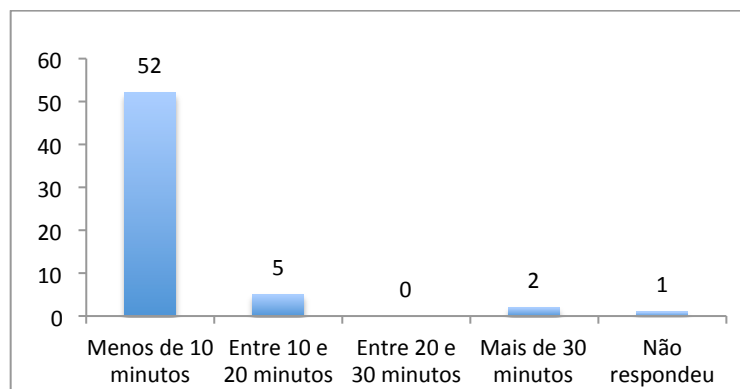


GRÁFICO 20 – Tempo que demora a chegar à exploração.

Cerca de 87% dos agricultores estão a menos de 10 minutos da exploração. Por norma, as terras pertencem aos agricultores e encontram-se nos arredores da habitação e, portanto, o tempo que demoram a percorrer o caminho até à exploração é reduzido, não havendo um gasto significativo dos recursos tempo e combustível.

O gráfico 21 mostra os equipamentos que existem perto das explorações.

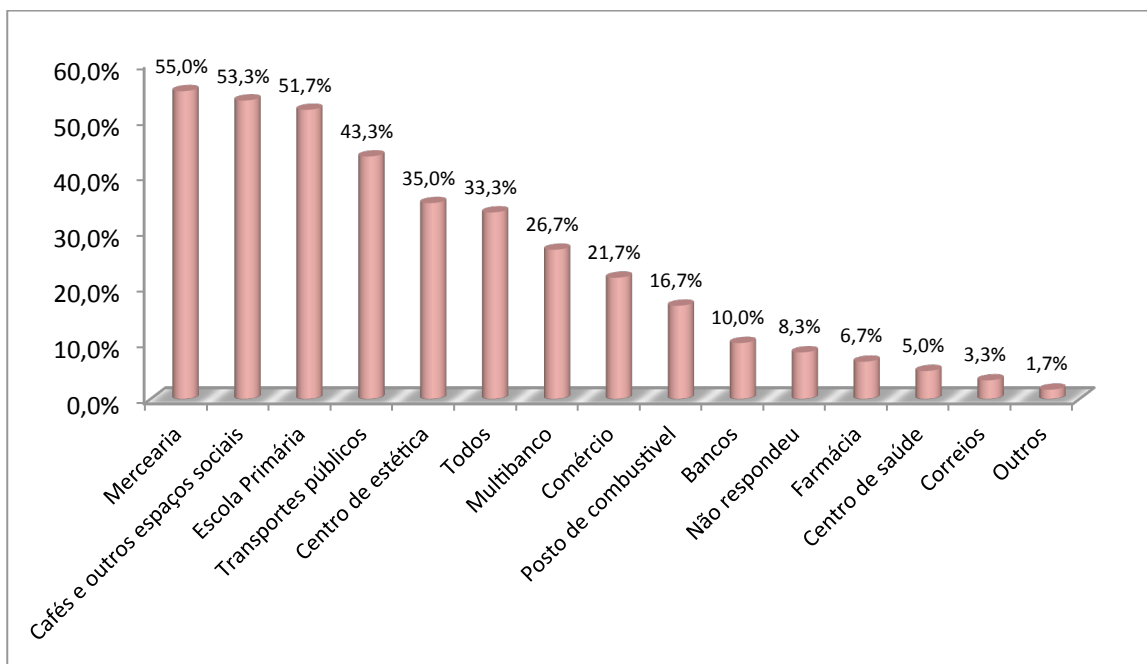


GRÁFICO 21 – Equipamentos existentes perto da exploração agrícola

Como podemos verificar, cerca de metade das explorações estão perto de mercearias, escolas primárias e cafés ou outros espaços sociais.

Também devemos sublinhar que em 43% das explorações passam transportes públicos, estando assim garantida uma boa acessibilidade.

No gráfico 22 é possível perceber as principais fontes de rendimento nas explorações dos agricultores da amostra.

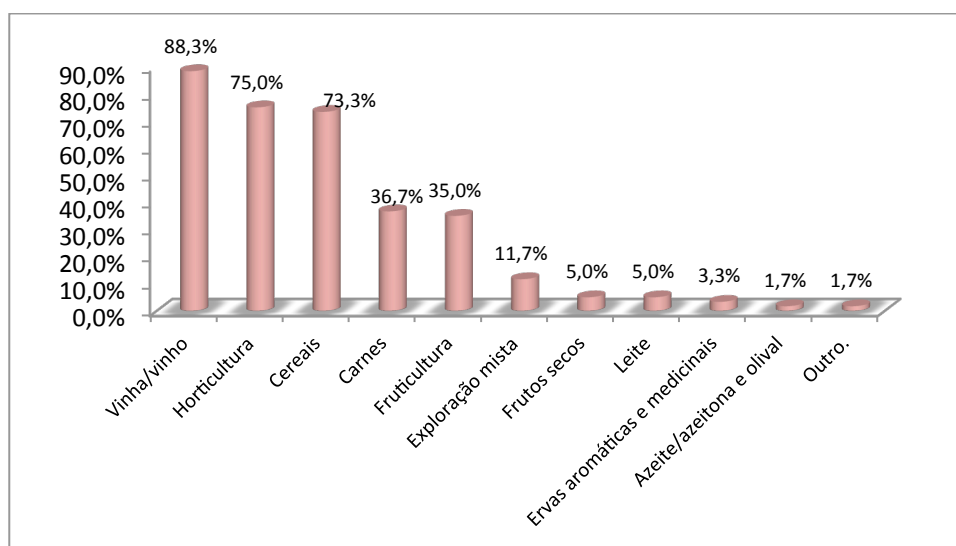


GRÁFICO 22 – Fontes de rendimento nas produções.

Pelos dados apresentados é possível perceber que o vinho e a vinha são a principal fonte de rendimento, correspondendo a cerca de 88% das explorações.

Penafiel insere-se numa região privilegiada dos vinhos verdes e, por isso, é natural que esta produção vinícola assuma uma especial importância na exploração. Seguem-se a horticultura e os cereais, nomeadamente, o milho e o centeio utilizado na confecção da tão característica broa de milho da região.

No gráfico 23 apresentam-se os apoios à produção recebidos pelos agricultores da amostra.

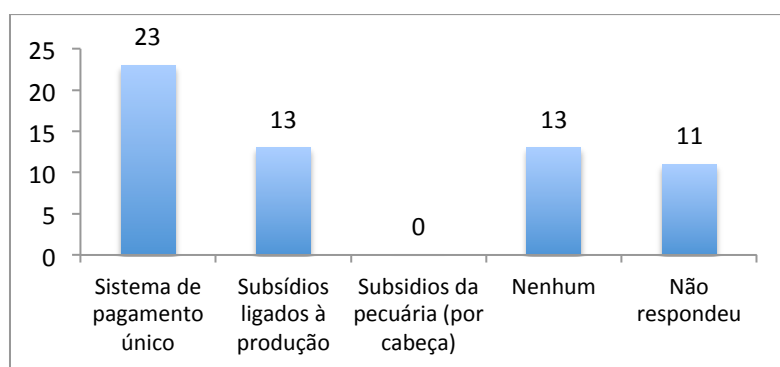


GRÁFICO 23 – Apoios à produção.

Lidera o sistema de pagamento único. Consultou-se o site oficial da União Europeia e apresentamos a definição oficial deste sistema de apoio: *“o pagamento único é uma ajuda atribuída aos agricultores independentemente da sua produção. Este regime de apoio foi instaurado para assegurar aos agricultores a estabilidade dos rendimentos e melhorar a competitividade e a sustentabilidade da agricultura europeia”*.¹²

No gráfico 24 podemos ver outras actividades levadas a cabo na exploração, para além da agrícola.

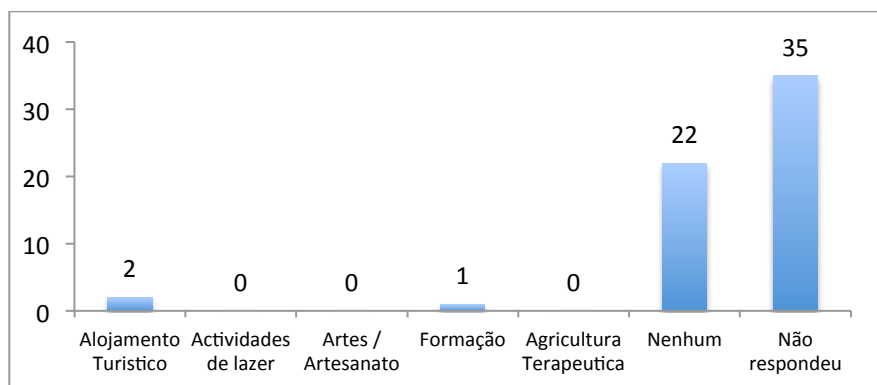


GRÁFICO 24 – Atividades não agrícolas na exploração.

¹² Definição disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/other/l11089_pt.htm. Consultado em 8/9/2012.

Cerca de 95% dos agricultores não utiliza a exploração para outras atividades que não a agricultura ou simplesmente não responderam à questão.

De salientar que apenas dois dos agricultores tiram partido da exploração para alojamento turístico. Vejamos qual o modo de produção usado nas explorações dos agricultores da amostra.

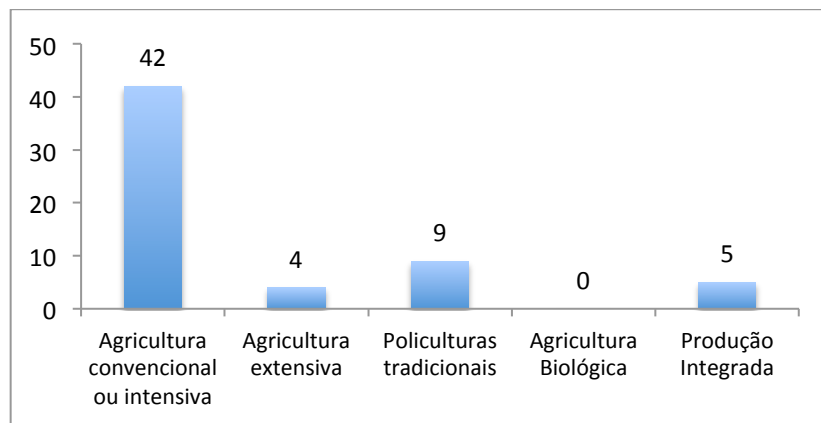


GRÁFICO 25 – Modo de produção praticado na exploração.

É possível agora verificar que dos sessenta agricultores, nenhum se dedica à agricultura em modo biológico. O modo de produção convencional é, sem dúvida, o preferido dos agricultores da amostra. Serão, com certeza, os métodos herdados dos seus familiares e dada a idade avançada e os baixos níveis de escolaridade, é compreensível que se mantenham leais a esses modos de produção e tenham, talvez, receio de apostar em modos de produção alternativos.

Vejamos agora como é que os agricultores escoam a sua produção através do gráfico 26.

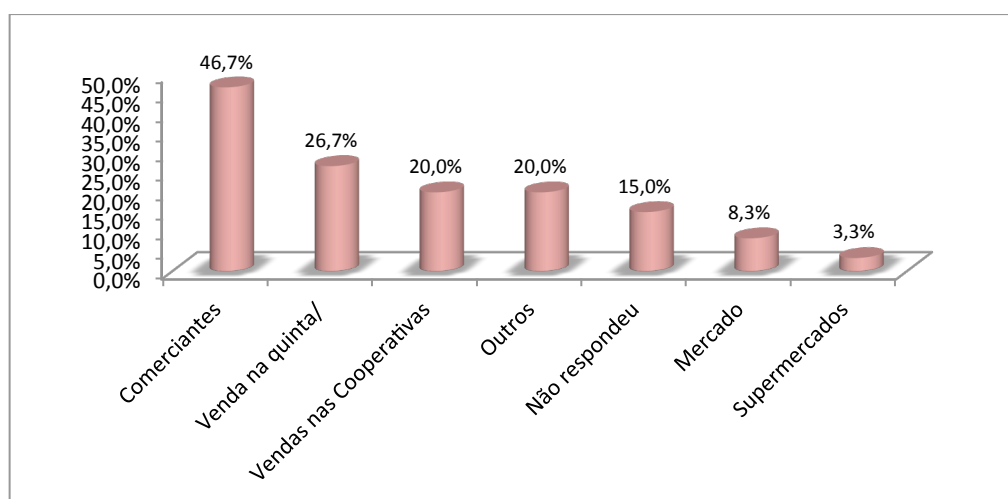


GRÁFICO 26 – Meio de escoamento da produção.

Quase 50% dos agricultores escoia a sua produção através dos comerciantes e cerca de 30% vendem também na sua exploração, diretamente aos consumidores.

Saliente-se o valor quase nulo dos 3,3% dos agricultores que vendem aos supermercados. Já havíamos referido que os agricultores de pequena e média escala não conseguem ter capacidade para vender às grandes superfícies a preços que lhes sejam rentáveis, por isso, verifica-se aquilo de que tanto se fala: as grandes superfícies, enquanto intermediários, tendem a “esmagar” os preços aos agricultores e, portanto, estes, regra geral, só lhes vendem os produtos se não tiverem acesso a canais alternativos de distribuição.

Os gráficos 27 e 28 apresentam uma série de respostas a questões diversas que foram colocadas aos agricultores.

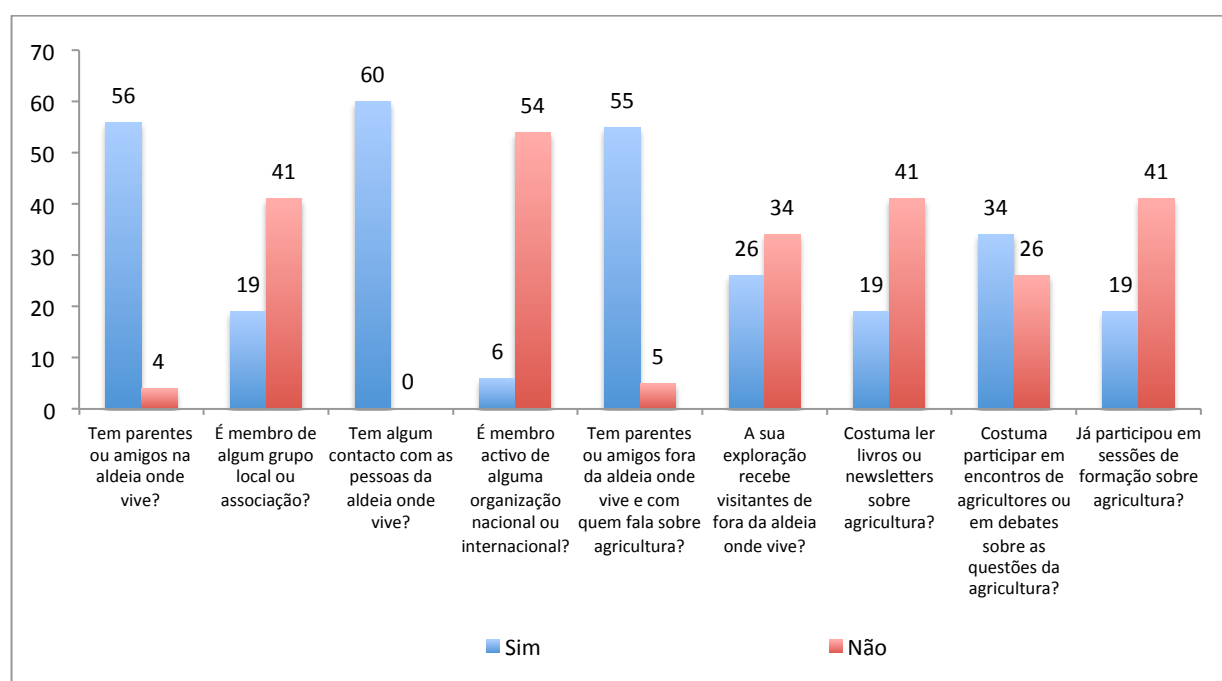


GRÁFICO 27 – Questões diversas (parte 1)

Estas questões, tão variadas, permitem-nos ficar a conhecer melhor a amostra e perceber qual a relação do agricultor com a sua exploração e a atividade agrícola, mas também a sua relação com o meio envolvente e com a comunidade que o acolhe.

Das várias questões, salientaríamos o facto dos agricultores viverem próximos dos seus familiares e manterem também um contacto próximo com a comunidade onde estão inseridos, embora não no meio associativo, muito provavelmente pela idade dos agricultores da amostra, mas também, possivelmente, pela falta de tempo livre para se envolverem nessas iniciativas.

Destacariamos depois a segunda metade do gráfico, onde podemos ver que não há uma grande abertura da exploração a visitantes vindos de fora da aldeia e a pouca receptividade em ler ou a participar em encontros de debate e reflexão sobre as questões da agricultura.

Segue-se o segundo bloco de questões.

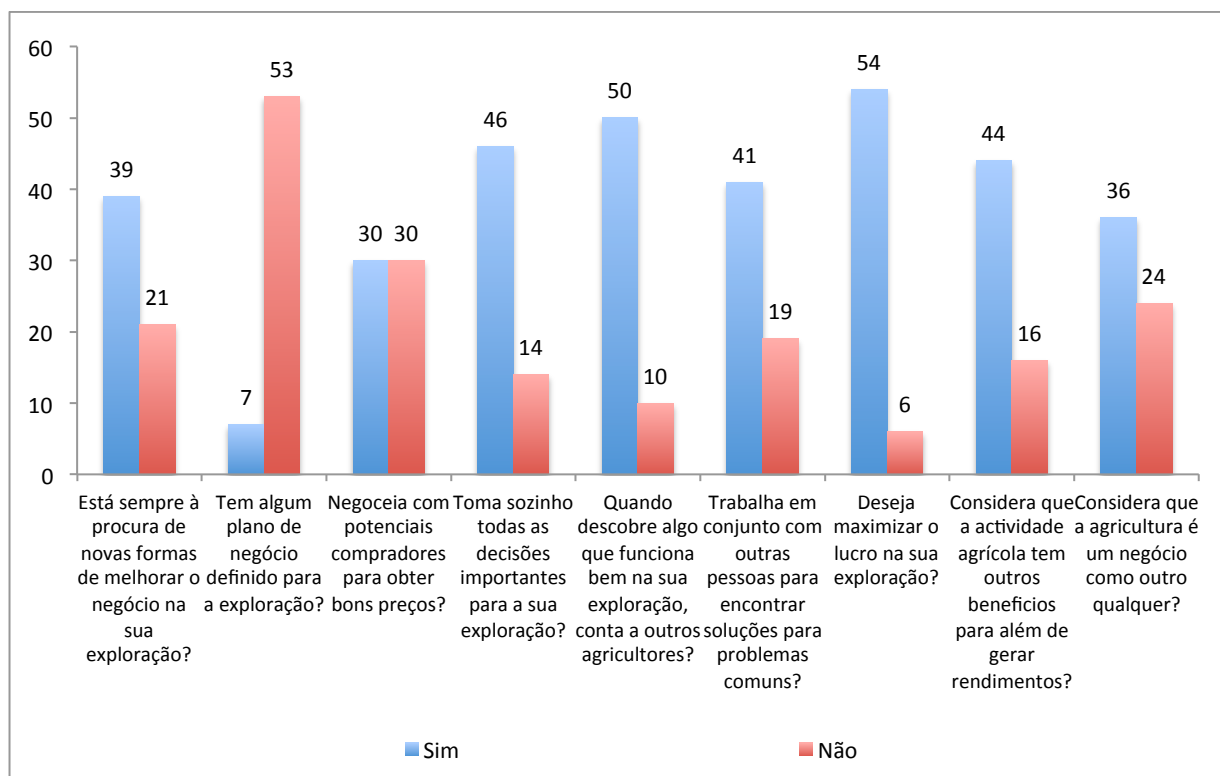


GRÁFICO 28 – Questões diversas (parte 2)

Este segundo bloco de questões está mais diretamente ligado à exploração e destacaria o facto de 53 dos 60 agricultores não terem um plano de negócio para a exploração, podendo, numa primeira leitura, dizer que será consequência da falta de estratégia para o futuro da exploração, muito possivelmente provocada pelo baixo nível de escolaridade e falta de formação.

De qualquer forma, e não disponibilizando de informação suficiente que nos permita retirar essa conclusão, poderemos também sublinhar que apenas pelo facto de não terem um plano de negócio não quer dizer que as suas explorações corram mal ou sejam menos produtivas e rentáveis do que aquelas que têm, no papel, um plano definido. Fica aqui essa nota.

Chamariamos ainda a atenção para o facto de que 50% dos agricultores negoceia o preço dos produtos, de modo a obter preços mais satisfatórios, e outros 50% simplesmente não negoceia.

A falta de visão e preparação para a gestão da exploração como um negócio é um dos pontos fracos a apontar aos agricultores penafidelenses, que deve também verificar-se em muitos outros casos do país.

No gráfico 29 são apresentadas as áreas onde os agricultores da amostra tiveram mais dificuldades.

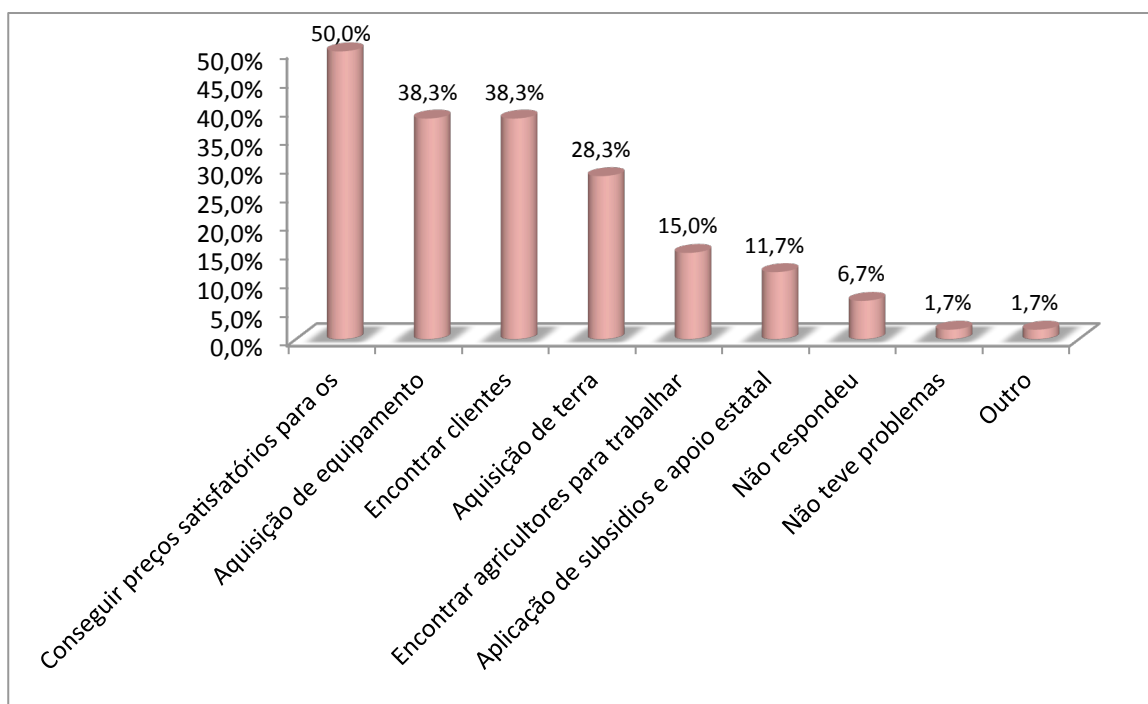


GRÁFICO 29 – Áreas em que tiveram mais problemas/dificuldades.

Por ordem decrescente, as áreas onde mais agricultores tiveram dificuldades foi em conseguir preços satisfatórios para os produtos (50%); na aquisição de equipamento (38,3%) e em encontrar clientes (38,3%).

São então essas as áreas que mais preocupam aos produtores: equipamento para poderem produzir e encontrar clientes que comprem a preços satisfatórios para ambas as partes.

Seguem-se mais dois blocos de afirmações, para as quais se pediu o grau de concordância aos agricultores da amostra. Dividiram-se as afirmações em dois gráficos para ser mais fácil a leitura dos dados.

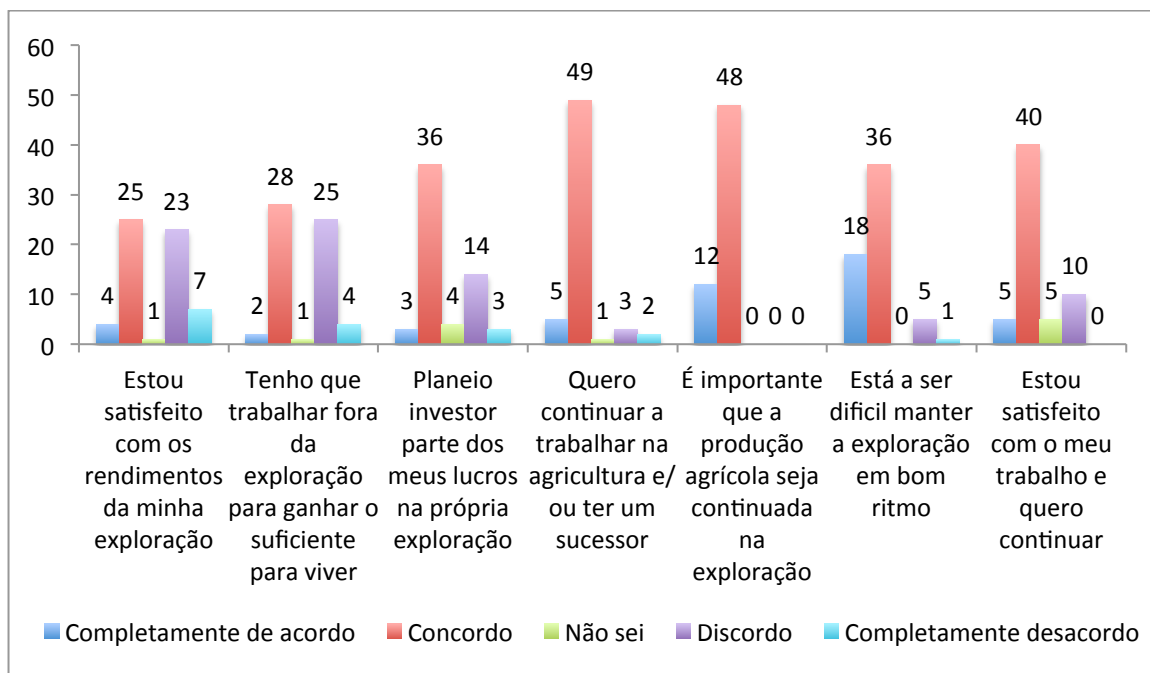


GRÁFICO 30 – Bloco de afirmações – grau de concordância (parte 1)

No gráfico 30 é de destacar o facto de cerca de 82% dos agricultores mostrarem vontade de continuar a trabalhar na agricultura ou de, pelo menos, assegurar a continuidade da atividade por um sucessor. Segue-se o segundo bloco.

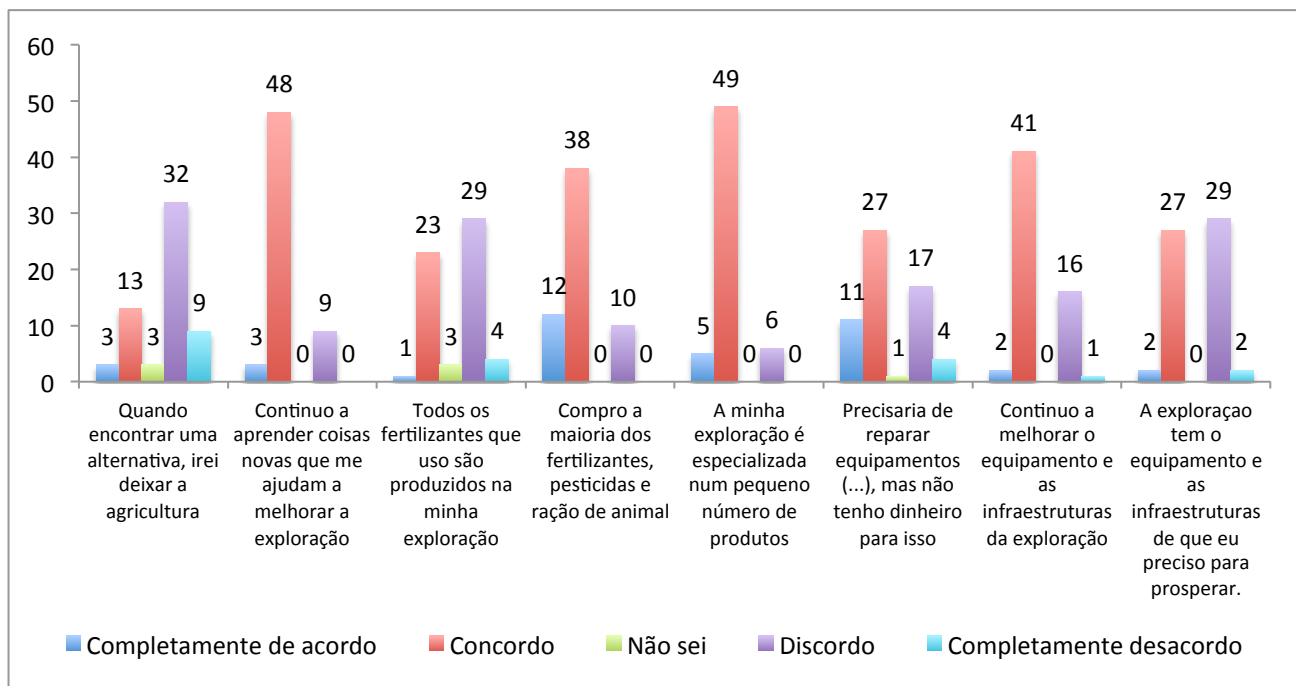


GRÁFICO 31 – Bloco de afirmações – grau de concordância (parte 2)

No gráfico 31 é de salientar, desde logo, os dois primeiros resultados: a vontade demonstrada por uma boa parte dos agricultores em não deixar a atividade agrícola, mesmo que surja uma alternativa, bem como a vontade de continuar a aprender coisas novas que os ajudem a melhorar a exploração. Outro factor a salientar, mas pelo seu lado menos positivo, é o facto de mais de metade dos agricultores da amostra comprarem os fertilizantes, pesticidas e rações fora, ou seja, não há uma preocupação de tirar proveito dos recursos da exploração, de modo a tornar a mesma mais sustentável e amiga do ambiente. Existem técnicas alternativas que permitem ao produtor tirar o máximo de partido dos recursos existentes na exploração, mas crê-se que as mesmas não estejam a ser utilizadas.

NOVOS E FUTUROS AGRICULTORES

Esta amostra é constituída por agricultores que iniciaram recentemente a sua atividade agrícola e por alguns que estão prestes a iniciar a produção. Na maioria dos casos, como já foi referido, foram pessoas interessadas na agricultura que contactaram diretamente a Câmara Municipal de Penafiel para pedir apoio para o arranque na atividade.

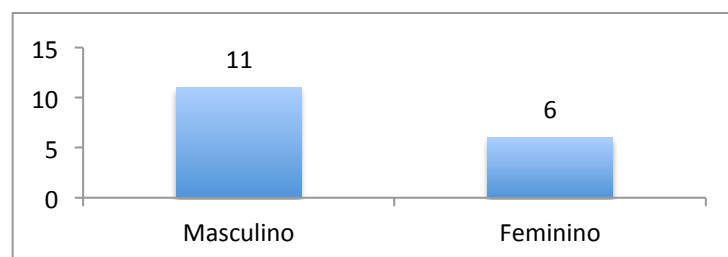


GRÁFICO 32 – Distribuição dos novos e futuros agricultores por género

Embora predomine o género masculino, as mulheres marcam também a presença na atividade agrícola. Também nesta amostra não nos é possível retirar ilações destes dados, uma vez que a amostra é muito reduzida e não permite admitir uma representação fidedigna.

No gráfico 33 apresentamos a distribuição da amostra de acordo com o seu escalão etário.

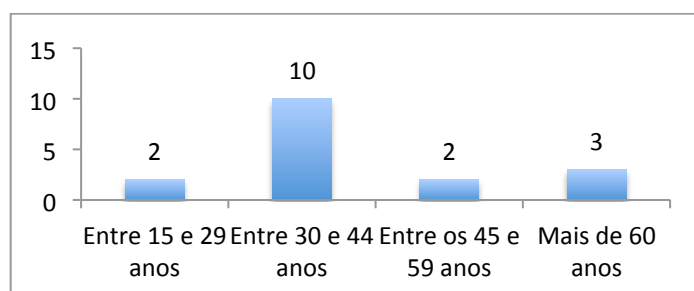


GRÁFICO 33 – Distribuição dos novos e futuros agricultores por escalão etário

Contrariamente àquilo que temos visto nos vários cenários e grupos apresentados, esta amostra é constituída em cerca de 70% por agricultores com idades abaixo dos 44 anos, sendo portanto um grupo de pessoas jovens que enveredaram ou vão enveredar pela atividade agrícola.

Analisemos de seguida o gráfico 34 com a distribuição da amostra de acordo com o nível de escolaridade.

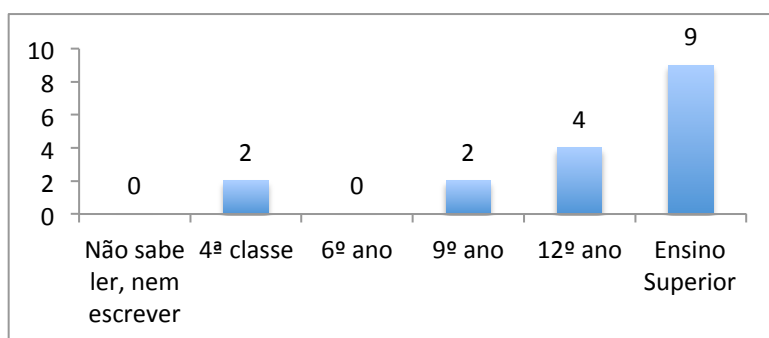


GRÁFICO 34 – Distribuição dos novos e futuros agricultores por nível de escolaridade

Cerca de 53% da amostra possui o ensino superior e 24% possui o ensino secundário completo. Temos, portanto, e contrariamente àquilo que se verificou nos grupos anteriores, uma amostra em que cerca de 77% dos agricultores têm o 12º ano ou superior. Estamos, assim, perante uma amostra com um nível elevado de formação. Veremos se este factor terá ou não influência na visão e estratégia delineadas para a exploração.

O gráfico 35 mostra a distribuição da amostra de acordo com a situação profissional dos agricultores.

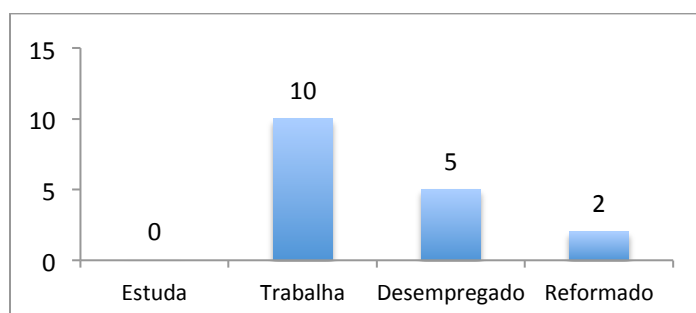


GRÁFICO 35 – Distribuição dos novos e futuros agricultores pela situação profissional atual

A amostra é, como podemos ver, constituída por uma população ativa, onde cerca de 59% dos agricultores trabalha, tendo portanto uma profissão. A agricultura será, para já, uma atividade complementar.

No gráfico 36 é apresentado o nível de experiência na agricultura.

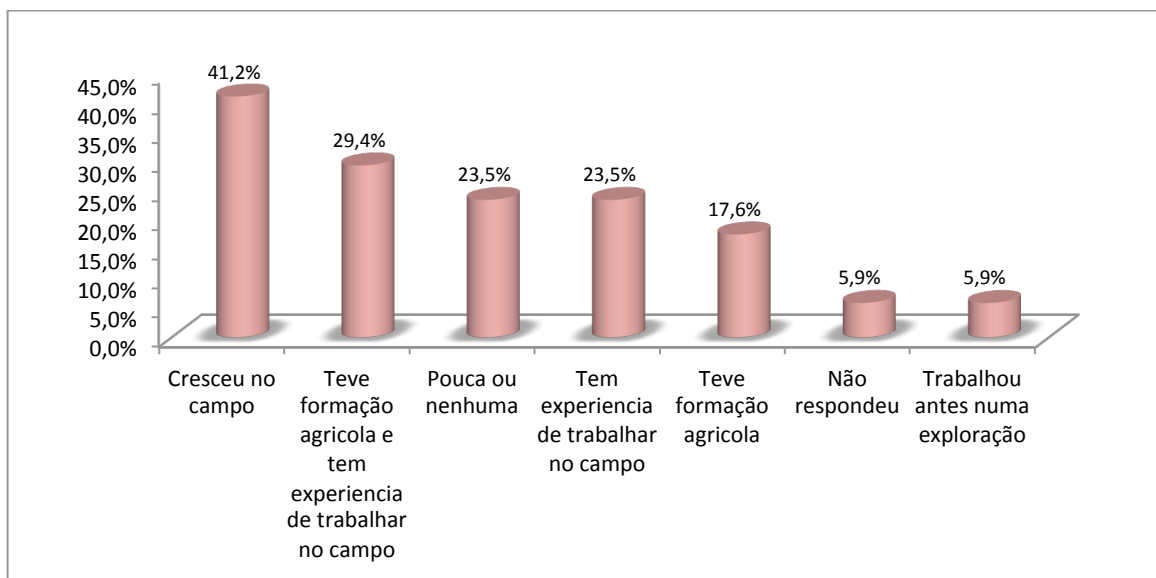


GRÁFICO 36 – Nível de experiência na agricultura.

Como se pode verificar, a maior parte dos agricultores da amostra assume uma ligação à terra e ao mundo rural, dado terem crescido no campo. Apesar de terem um nível de escolaridade superior, de terem uma profissão e de serem ainda jovens, esta decisão de apostar na agricultura, mais não é do que um regressar às suas origens e muito provavelmente para dar continuidade a uma atividade de família. No gráfico 37 podemos ficar a conhecer o ponto de situação atual.

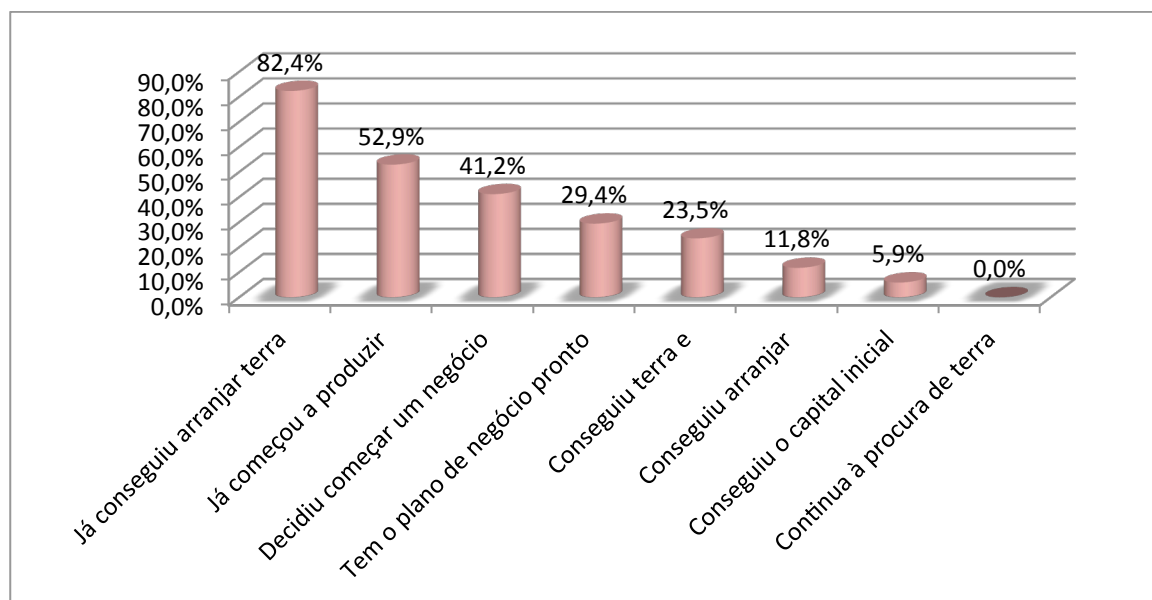


GRÁFICO 37 – Condições garantidas na exploração.

Podemos verificar que praticamente 83% dos produtores conseguiu já a terra para poder trabalhar e que pelo menos metade iniciou a sua produção.

No gráfico abaixo é possível saber quais as áreas onde os agricultores da amostra tiveram ou têm mais dificuldades.

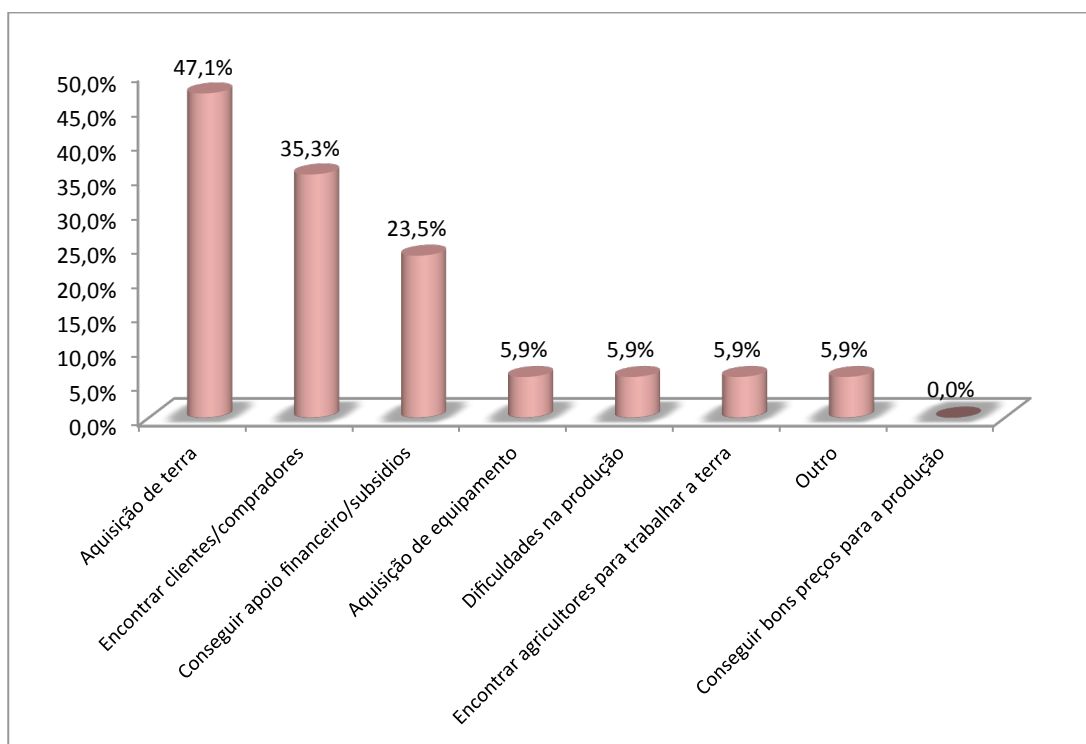


GRÁFICO 38 – Áreas em que teve mais dificuldades/problemas.

Claramente, as principais preocupações dos agricultores, neste caso, jovens agricultores, são em encontrar terra para trabalhar e clientes ou compradores que lhes assegure o escoamento da produção.

Vejamos no gráfico 39 qual a percentagem de rendimento que esperam obter da sua exploração agrícola.

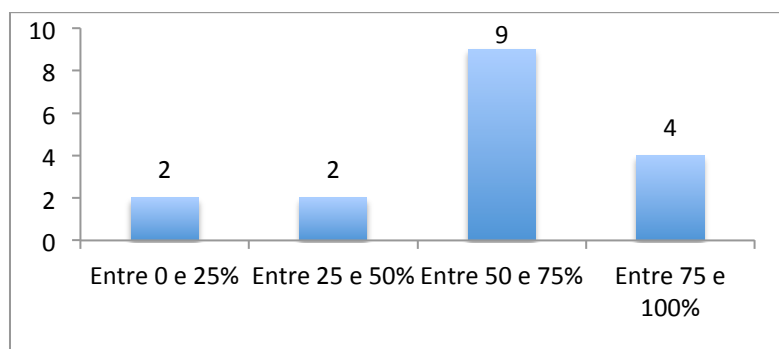


GRÁFICO 39 – Percentagem de rendimento que pretendem obter da agricultura

Cerca de 76% da amostra espera obter entre 50 e 100% do seu rendimento a partir da exploração agrícola que se propõem trabalhar.

No gráfico 40 podemos ver qual a percentagem de rendimento que a amostra obtém, neste momento.

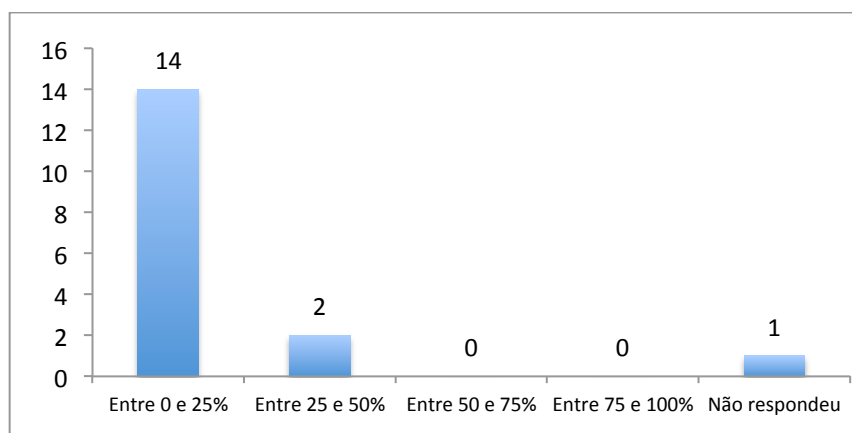


GRÁFICO 40 – Percentagem de rendimento que obtém neste momento da agricultura

É notável o baixo nível de rendimento obtido da exploração, dado estarem no arranque da mesma. Cerca de 82% obtém apenas até 25% do seu rendimento, acabando por ser a agricultura uma atividade complementar à atividade profissional que exercem no momento. O facto de não estarem dedicados a tempo inteiro à produção também impede que o nível de produtividade aumente, bem como os níveis de rendimento.

No gráfico 41 apresenta-se o modo de produção usado nas respetivas explorações.

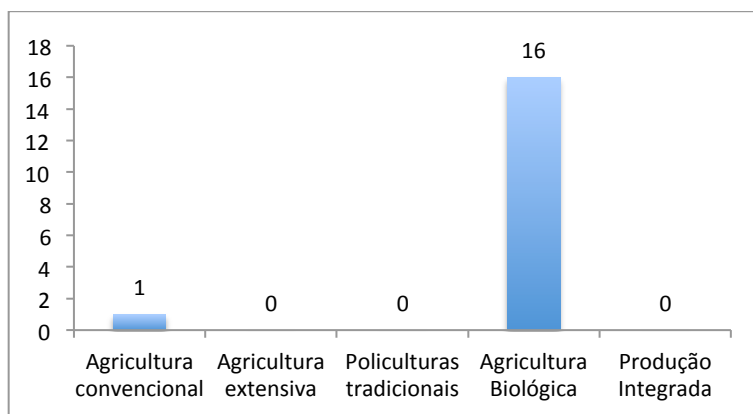


GRÁFICO 41 – Modo de produção usado na exploração

Mais uma vez, e contrariamente àquilo que temos visto nos gráficos dos grupos anteriores, cerca de 94% da amostra produz em modo biológico, algo esperado de um grupo jovem que apresenta elevados níveis de escolaridade e, por conseguinte, melhor informados sobre as diversas técnicas de produção agrícola, bem como mais conscientes daquilo que é melhor, quer para o ambiente, quer para a saúde dos consumidores.

Deixamos agora, em jeito de resumo, as principais notas a reter da análise estatística destas três amostras:

- Com a excepção dos novos e futuros agricultores, os demais têm, na sua grande maioria, mais de 60 anos de idade;
- Enquanto que os novos e futuros agricultores têm, na sua maioria, o ensino superior completo, os demais têm, em grande parte, apenas a 4ª classe ou menos;
- A agricultura convencional é o modo de produção preferencial dos agricultores, exceptuando dos novos e futuros agricultores que optam pela agricultura biológica;
- Apenas 5% dos agricultores profissionais utiliza a exploração para fins que não só a agricultura;
- Os ex-agricultores escoavam a sua produção através das adegas e cooperativas e algumas vendas directas nas suas explorações. Já os agricultores profissionais apostam nos comerciantes e, de igual forma, nas vendas directas aos consumidores que visitam a sua exploração;
- Quando questionados sobre as áreas onde sentiram ou sentem mais dificuldades, os agricultores profissionais apontam a dificuldade em conseguir preços satisfatórios para os produtos, a aquisição de equipamento e em encontrar clientes. Por sua vez, os novos e futuros agricultores apontam a dificuldade que tiveram para conseguir terra e para encontrar clientes, dado que o mercado bio é um pouco diferente do cliente da agricultura convencional;
- Os ex-agricultores que já não produzem nada na terra optam por comprar os hortofrutícolas a agricultores familiares e no comércio tradicional;
- Os ex-agricultores afastaram-se da agricultura devido aos elevados custos da produção e baixos rendimentos obtidos dessa atividade, associados à sua idade e saúde, contudo admitem sentir saudades de trabalhar a terra;
- Os ex-agricultores valorizam os produtos frescos e colhidos no dia, de elevada qualidade e saudáveis e de preferência de origem nacional/regional;
- Uma boa parte dos agricultores profissionais recebem subsídios directos e de apoio à produção agrícola;
- 88% dos produtores profissionais dedicam-se também à produção de vinha e vinho, seguindo-se a horticultura e os cereais;
- Por norma, os agricultores profissionais têm as suas explorações perto de familiares, mantendo por isso um contacto próximo com a comunidade;

- Verificou-se a falta de abertura dos agricultores profissionais aos visitantes de fora da aldeia, bem como a pouca receptividade para ler ou participar em encontros de debate sobre a agricultura;
- São poucos os agricultores profissionais que possuem um plano de negócio para a sua exploração e que o executam;
- Cerca de 82% dos agricultores profissionais mostram vontade de continuar a trabalhar na agricultura e vontade para continuar a aprender coisas novas na matéria;
- Mais de metade dos agricultores profissionais compram no mercado os fertilizantes, pesticidas e rações para animais;
- O rendimento obtido nas explorações produzidas em modo biológico, neste momento, vai até aos 25%, mas esperam, de futuro, obter entre 50% e 75%;

No próximo capítulo, abordaremos cada uma das medidas de revitalização da agricultura implementadas pelo Município de Penafiel.

CAPÍTULO 4

MEDIDAS DE REVITALIZAÇÃO DA AGRICULTURA: O CASO DE PENAFIEL

Escolhemos o Município de Penafiel como caso de estudo devido à proximidade com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área da promoção do desenvolvimento rural.

De facto, e a avaliar pelas diversas notícias nos meios de comunicação social, Penafiel tem sido um promotor da agricultura e as suas ações parecem começar a dar frutos.¹³

O Pelouro do Desenvolvimento Rural foi criado em 2009 pela Câmara Municipal de Penafiel, procurando, segundo declarações, em entrevista, do Presidente Alberto Santos, “*ter um papel importante na criação de políticas de estímulo à atividade agrícola e como entidade capaz de concertar positivamente aqueles com os vários atores*”.

Penafiel tem, assim, o objectivo de desenvolver a agricultura do concelho, desmistificar a profissão do agricultor e incentivar o aumento do número de produtores, bem como da respectiva área de produção e, por isso, têm sido implementadas determinadas ações nesse sentido.



IMAGEM 1 – Recorte do Jornal “Notícias de Penafiel”, de 3/2/2012 – Visita do Dir. Regional a Penafiel

¹³ Veja-se, a título de exemplo, o artigo online no portal Sapo, disponível em <http://noticias.sapo.pt/info/artigo/1170797> (consultado em 1 de Setembro de 2012) e os vídeos disponíveis em <http://videos.sapo.pt/Haf3eLF4uh5VpIpH4d9e> e em <http://www.youtube.com/watch?v=7zddO8b9X8Y>.

Este capítulo procurará, assim, apresentar com algum pormenor essas mesmas ações, acompanhadas de alguns recortes de jornais locais e regionais que retratam as iniciativas municipais em matéria de desenvolvimento agrícola. Será também apresentada a visão que alguns dos responsáveis locais têm no que concerne à agricultura e às políticas que têm vindo a ser implementadas, de forma geral. Procuraremos, assim, perceber se as medidas que têm vindo a ser implementadas têm correspondido ou não aos objectivos pré-definidos, se estão no bom caminho para a revitalização da agricultura do concelho ou se a estratégia terá que ser equacionada e/ou alterada.

1. Criação do Projeto “Semear Penafiel” e do respectivo Regulamento

O Município de Penafiel criou e aprovou nos respectivos órgãos autárquicos um regulamento que abarca todas as medidas de desenvolvimento e promoção da agricultura no concelho.

Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, defende que *“a agricultura é das mais importantes, senão a mais importante, das atividades humanas, porque é através dela que a humanidade se alimenta e sobrevive.”*

Alberto Santos disse também ter noção de que *“nos últimos anos, assistimos a uma desvalorização da agricultura (e pescas) no nosso país, fruto das políticas europeias desincentivadoras e da percepção de que era uma atividade pouco rentável e socialmente pouco reconhecida. Hoje, felizmente, esta percepção começa a inverter-se.”*

O Presidente reconheceu ainda que *“a agricultura não era propriamente uma das áreas prioritárias dos autarcas (...), mas entendo que o poder local pode ter um papel extremamente importante nesta área”*.¹⁴

Este projeto surge, depreende-se, com o objectivo de considerar as potencialidades do município de Penafiel no que toca à aptidão do solo para a produção agrícola, o princípio da multifuncionalidade da agricultura enquanto atividade económica, com impacto importante ao nível social, ambiental e de ocupação do espaço rural e a importância que a valorização desses recursos endógenos, quando bem gerida, tem para a paisagem, cultura e economia local.

Pode ler-se no dito regulamento que:

a realidade atual de abandono das terras com potencial de utilização agrícola compromete um desenvolvimento sustentável e a eficácia de ações de prevenção de riscos e de intervenção em

¹⁴ Em entrevista realizada a 27/8/2012.

situações de emergência, designadamente a ocorrência de incêndios florestais e o retorno à terra poderá ser uma forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de alguns penafidenses e diminuir, assim, a taxa de desemprego local, concedendo um apoio à dinamização da economia local.

Assim sendo e tendo em consideração a responsabilidade que hoje é reconhecida às autarquias locais, sobretudo como parceiros estratégicos na definição de melhores políticas públicas, foi criado um projeto de apoio estratégico ao desenvolvimento agrário local, designado por “Semear Penafiel” e que assenta nos princípios seguintes, como de resto se pode ler no regulamento:

1. A atribuição de apoios por parte do Município de Penafiel a produções agrícolas biológicas, procurando, assim, incentivar a adesão, na área geográfica do município, a estas práticas de produção biológica;
2. O funcionamento de um espaço bio para venda e comercialização de produtos agrícolas biológicos, ou de factores de produção necessários para a produção em modo biológico, e a representação dos produtos “Bio Penafiel” em feiras e iniciativas onde se entenda ser conveniente e do interesse dos seus produtores;
3. Criação de um banco municipal de terras a disponibilizar para jovens desempregados e/ou empreendedores ou famílias carenciadas que pretendam apostar na agricultura;
4. Promoção de iniciativas de apoio estratégico ao desenvolvimento agrário local mediante a realização de parcerias com entidades públicas e/ou privadas;
5. O desenvolvimento de iniciativas junto dos consumidores e retalhistas que visem despertar a sensibilidade para o desenvolvimento da agricultura no concelho e para a necessidade de consumir produtos frescos e locais;
6. Apoio à realização de feiras rurais nas diversas freguesias do concelho que o pretendam fazer, desde que o objectivo seja a venda direta ao público dos produtos colhidos da atividade agrícola.

Este regulamento engloba, como se poderá verificar, todas as iniciativas que descreveremos a seguir com mais pormenor.

2. Apoio à Agricultura Biológica



Englobado no projeto “Semear Penafiel” está o apoio e incentivo à produção agrícola em modo biológico. De acordo com o respectivo regulamento, *“podem beneficiar dos apoios previstos os agricultores que explorem, ou se comprometam a explorar, em modo de produção biológico, uma área mínima de 0,5 hectares”*.

O Município prevê, nesta área, apoio à formação em agricultura biológica, disponibilizando-se a comparticipar em 50% do valor da inscrição.

Está também previsto o pagamento dos custos com o apoio técnico às explorações, na área da agricultura biológica, desde que esse apoio seja previamente indicado ou autorizado pela Câmara Municipal. O apoio à certificação da unidade de produção, a realizar por organismo de controlo e certificação reconhecido, indicado pela Câmara Municipal, está também definido.

A Câmara Municipal de Penafiel comparticipa 100% do custo da certificação, no primeiro ano; 50% do custo da certificação, no segundo ano; e 25% do custo da certificação, no terceiro ano.

O Município de Penafiel prevê também a comparticipação total da certificação no caso de surgir a necessidade de afectar terrenos à formação prática financiada na área da agricultura biológica, terrenos esses que tenham sido cedidos pelo Município à entidade formadora com o objectivo de realizarem a parte prática dessa formação.

Com o objectivo de apoiar o escoamento dos produtos biológicos, o Município criou um espaço bio no centro da cidade, que começou por ser uma feira semanal, como se pode ver na imagem 3.



IMAGEM 2 – Feira de produtos biológicos em Penafiel

Aquando da recolha da informação, aferiu-se que o grupo BioPenafiel tem um local fixo para venda dos seus produtos. Situa-se em pleno centro histórico da cidade, num corredor de acesso ao auditório do Museu Municipal de Penafiel e respectivo parque de estacionamento. Sabe-se que o espaço está aberto de 2ª feira a sábado, das 9h às 13h.



IMAGENS 3 E 4 – Espaço Bio em Penafiel

De acordo com informações prestadas pelos serviços municipais, o grupo está isento de taxas de ocupação do espaço, pelo menos até começar a crescer e a ser autossustentável.

O grupo BioPenafiel está representado na feira de produtos biológicos do parque da cidade do Porto, lugar este assegurado financeiramente pelo Município de Penafiel, como forma de ajudar o escoamento dos produtos biológicos produzidos em Penafiel.

FEIRA SEMANAL DE PRODUTOS BIOLÓGICOS EM PENAFIEL

NOVO ESPAÇO E NOVO HORÁRIO

A feira biológica de Penafiel, "Espaço Bio", está a partir de agora patente em Penafiel num novo espaço e com um horário alargado.

Assim, de segunda a sexta-feira, entre as 9 e as 15 horas, os produtores biológicos participantes, montam as suas "barraquinhas" no corredor de acesso ao auditório do Museu Municipal para vender os seus produtos.

Para António Dias, produtor em modo biológico, "através deste feira vamos proporcionar às pessoas um acesso mais direto e facilitado com os nossos produtos em pleno coração da cidade de Penafiel. Ao mesmo tempo este espaço vai facilitar a vida dos agricultores, pois temos a oportunidade de escoar mais facilmente os nossos produtos. Sem este local para a realização da feira de produtos biológicos tudo se tornaria bem mais difícil. Todo este projeto, aberto a toda a comunidade, é fruto de um esfor-



ço conjunto entre os agricultores e o apoio fundamental da Câmara Municipal de Penafiel".

Para Susana Oliveira, Vereadora com o Pelouro do Desenvolvimento Rural, "esta é a função do Município: não se substituir à sociedade civil, mas sim assumir

o papel de facilitador, de abrir caminho para que, neste caso em concreto, o coração do nosso centro histórico ganhe mais vida, e os nossos produtores biológicos, que têm aumentado consideravelmente, possam ter mais um meio de escoar a sua produção."

IMAGEM 5 – Recorte do Jornal "Imediato", de 17/3/ 2012 - Novo Espaço Bio

De acordo com algumas declarações feitas por alguns dos produtores deste grupo, a ajuda do Município terá sido muito importante para o seu arranque, mas admitem que a principal dificuldade é estarem inseridos num concelho rural, onde muita gente tem a sua horta ou quintal e tendem a confundir o que é “caseiro” com o que é biológico. O grupo reconhece, portanto, a necessidade de se levar a cabo todo um trabalho pedagógico junto das pessoas, para que possam aprender a diferença entre uns e outros produtos.

3. Projeto “Horta na Escola”

Num concelho essencialmente rural, mas onde a agricultura tem perdido valor, à semelhança dos muitos municípios do país, o Município de Penafiel criou o projeto “Horta na Escola” com o objectivo de sensibilizar os mais pequenos para a importância da agricultura, a profissão do agricultor e de todo o trabalho que é preciso fazer até os produtos chegarem aos supermercados.



IMAGEM 6 - Recorte do Jornal “Imediato”, de 9/12/ 2011 – Horta na Escola nasce em Penafiel

Os produtores do grupo BioPenafiel foram convidados a apadrinhar as três escolas do 1º ciclo do ensino básico do centro da cidade e a Câmara Municipal de Penafiel disponibilizou um canteiro para cada turma e um kit de pequenas ferramentas para que pudessem cultivar, plantar, semear e depois colher (ver imagens 8 e 9). A iniciativa foi apresentada ao público em Novembro de 2011 e encerrou no fim do ano lectivo.

ACTUALIDADES

Projecto Horta na Escola começa a dar “frutos”

Isilda Pinto Correia
isilda@noticiasdenafiel.com

O projecto Horta na Escola nasceu no dia 30 de Novembro e tem como objectivo ensinar aos alunos do 1º ciclo como se criam mini hortas biológicas. O objectivo é envolver os alunos no processo, explicar-lhes como nascem os produtos, metê-los a mexer na terra e a comer o que produzem.

O inverno seco e frio atrasou as plantações, mas agora começa a ver-se o resultado do trabalho de meses, os morangueiros já em planta estão protegidos pela palha, que serve de defesa natural contra a geada. Nos pequenos canteiros, cada um pertencente a uma turma podemos ver, para além do morangueiro, funcho, alfavazema, rábano negro, couve roxa, ervilhas e no dia em que visitámos a

plantação estavam a plantar batatas e tinham semeado salsa.

A chegada vimos os alunos a seleccionar algo num monte de “restos” estão a fazer o composto, onde colocam os restos das frutas que comem, as ervas que retiram da horta e vão regando, para fazer um adubo natural, o alimento para o que está plantado.

O balanço está a ser muito positivo, tanto o staff da Quinta de Segade que está responsável pela Horta da Escola P3, como o corpo docente salientam o entusiasmo dos alunos, sempre que têm de vir para a horta, adoram o contacto com a terra, o mexer, o explorar e o aprender algo novo.

Daqui a 15 dias irão a aprender a estacar as ervilhas, até lá têm de ir regando muito bem, pois a falta de chuva também aqui na escola está a ser um problema.



IMAGEM 7 – Recorte do Jornal “Notícias de Penafiel”, de 2/3/2012 – Horta na Escola começa a dar frutos

Os professores e funcionários participaram nas sessões teóricas e práticas dadas pelos produtores biológicos, procurando, segundo os mesmos, integrar estas sessões com o plano curricular de cada uma das disciplinas.

Segundo declarações da Prof. Elisabete Gaspar, Coordenadora da Escola P3 de Penafiel:

este projeto permitiu criar, na escola, uma área verde produtiva pela qual, todos os alunos se sentiram responsáveis; deu oportunidade aos alunos de aprenderem a cultivar plantas utilizadas como alimentos; fortalecer culturas alimentares da região; saber a importância de estar a saborear um alimento saudável e nutritivo; degustar o alimento semeado, cultivado e colhido.

A Coordenadora sublinhou o facto de que a “Horta na Escola” “estimulou os alunos a construírem o seu próprio conhecimento no contexto interdisciplinar e a contextualizar os conteúdos aos problemas da vida urbana.”

Elisabete Gaspar salientou ainda que “estes conhecimentos permitem ser transportados para a vida familiar dos educadores.”



IMAGENS 8 E 9 - Projeto “Horta na Escola”

No fim do ano lectivo, o balanço foi positivo, de acordo com os relatórios enviados pelos respectivos padrinhos à Câmara Municipal de Penafiel e aos quais tivemos acesso.



IMAGEM 10 - Recorte do Jornal “Imediato”, de 6/7/ 2012 – Alunos colhem produtos produzidos

4. Banco Municipal de Terras

A criação do Banco Municipal de Terras teve como objectivo procurar dar resposta aos inúmeros pedidos de ajuda que a Câmara Municipal de Penafiel vai recebendo, por parte de pessoas que querem enveredar e apostar na agricultura, mas que se deparavam logo com esse problema: falta de terrenos e os preços elevados do arrendamento. Neste sentido, a Câmara Municipal de Penafiel procurou encetar contactos com os proprietários de terras supostamente abandonadas ou não cultivadas, envolvendo sempre os Presidentes de Junta de Freguesia, no sentido de os sensibilizar para a importância de manterem viva e verde a paisagem rural do concelho.

PROJETO SOLIDÁRIO JÁ ARRANCOU NAS FREGUESIAS DE BUSTELO E VILA COVA, COM UMA ÁREA TOTAL CEDIDA SUPERIOR A 3,5 HECTARES

Banco de Terras Municipal “oferece” terras para cultivo

O Banco de Terras Municipal já conta com mais de 35 000 m² de terrenos, cujo conceito é ceder a quem mais precisa.

O “Banco de Terras” consiste na celebração de contratos administrativos de cedência de terrenos com proprietários para futura utilização agrícola por terceiros, preferencialmente desempregados e/ou famílias com poucos recursos económicos ou ainda no âmbito da vertente formativa de jovens e adultos, em parcerias a estabelecerem com entidades de formação.

Até ao momento, o Município de Penafiel através de protocolos estabelecidos com as Juntas de freguesia de Bustelo e Vila Cova, obteve uma área total cedida superior a 3,5 hectares (35.000 m²), estando já em cultivo perto de 20 000m².

O Município conta aumentar, a curto prazo, o número de terrenos por via de protocolos a assinar com mais parceiros.

Para Susana Oliveira, Vereadora com o pelouro do desenvolvimento rural da Câmara Municipal de Penafiel, “Penafiel



quer essencialmente contribuir, nestes tempos difíceis, para ajudar os mais desfavorecidos. Este projecto vai claramente ao encontro desse objectivo, uma vez que todos os interessados podem aproveitar estas terras para cultivo próprio, sendo ainda possível apoiar por este via o auto emprego, sendo um passo dado no sentido de tentarmos reduzir

a taxa de desemprego local.”

O Banco de Terras insere-se no âmbito do projeto “Semear Penafiel”, do pelouro do desenvolvimento rural, a par com a “Feirinha Biológica”, a marca “Bio Penafiel” e “Da Nossa Terra”, bem como da “Horta na Escola”, mais direccionada para a sensibilização e formação dos mais jovens.

IMAGEM 11 – Recorte do Jornal “O Penafidense”, de 10/5/2012 – Banco de Terras Municipal “oferece” terras para cultivo

À medida que esses contactos são feitos e sempre que há manifestação de vontade e interesse em cooperar, são assinados protocolos de cedência entre o proprietário e o Município e depois entre este e a pessoa que vai efetivamente explorar a terra que, preferencialmente, deve ser residente em Penafiel.

TERRENOS DISPONÍVEIS PARA CULTIVO “CEDIDOS” A QUEM MAIS NECESSITA

“Banco de Terras” pretende promover o auto emprego

Penafiel tem “Banco de Terras”, que abrange 35 mil metros quadrados de terrenos não utilizados, cedidos a quem mais precisa para agricultura.

O “Banco de Terras” consiste na celebração de contratos administrativos de cedência de terrenos com proprietários para futura utilização agrícola por terceiros, preferencialmente desempregados e/ou famílias com poucos recursos económicos ou ainda no âmbito da vertente formativa de jovens e adultos, em parcerias a estabelecerem com entidades de formação.

Até ao momento, o Município de Penafiel, através de protocolos estabelecidos com as Juntas de freguesia de Bustelo e Vila Cova, obteve uma área total cedida superior a 3,5 hectares (35.000 m²), estando já em cultivo perto de 20 000m².

O Município conta aumentar, a muito, curto prazo, o número de hectares por via de

protocolos a assinar com mais parceiros.

Para Susana Oliveira, Vereadora com o pelouro do desenvolvimento rural da Câmara Municipal de Penafiel, “Penafiel quer essencialmente contribuir, nestes tempos difíceis, para ajudar os mais desfavorecidos. Este projecto vai claramente ao encontro desse objectivo, uma vez que todos os interessados podem aproveitar estas terras para cultivo próprio, sendo ainda possível apoiar por este via o auto emprego, sendo um passo dado no sentido de tentarmos reduzir a taxa de desemprego local.”

O Banco de terras insere-se no âmbito do projeto “Semear Penafiel”, do pelouro do desenvolvimento rural, a par com a “Feirinha Biológica”, a marca “Bio Penafiel” e “Da Nossa Terra”, bem como da “Horta na Escola”, mais direccionada para a sensibilização e formação dos mais jovens.



IMAGEM 12 – Recorte do Jornal “Notícias de Penafiel”, de 11/5/2012 – Banco de Terras pretende promover

auto-emprego

5. Marca “Da Nossa Terra”

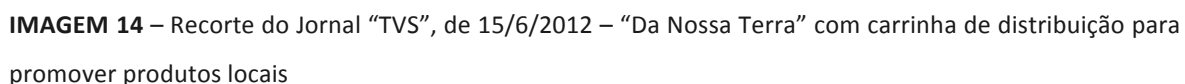


Criada pela CMP, mas cedida e registada pela Cooperativa Agrícola de Penafiel com o objectivo de ser o “chapéu” de tudo o que é produzido em Penafiel, sejam os legumes ou as frutas, os vinhos, os produtos transformados, como são as compotas, o próprio artesanato, etc. Numa primeira fase, deu nome aos hortofrutícolas produzidos pelos agricultores de Penafiel e comercializados pela Cooperativa Agrícola.



IMAGEM 13 – Recorte do Jornal “Notícias de Penafiel”, de 22/3/2012 – Marca “Da Nossa Terra” lança os frescos da região para o mercado local

Apresenta-se, de igual modo, uma das notícias publicadas nos media locais a propósito desta iniciativa.



73

maneira a poderem dar resposta a esta procura com a qual nunca contaram.

Segundo o responsável da Cooperativa Agrícola de Penafiel, sr. Manuel Silva, *“o problema de escoamento dos hortofrutícolas deixa, assim, de ser um problema para os atuais agricultores e deixa de ser um entrave para os novos agricultores.”*¹⁵

6. Loja de produtos locais e regionais “Da Nossa Terra”

Já numa segunda fase, a marca "Da Nossa Terra" passou a dar nome a uma loja de produtos locais e regionais, localizada em pleno centro histórico da cidade de Penafiel. Inaugurada em Maio de 2012, com o apoio da Câmara Municipal de Penafiel, trata-se de um desafio que foi agarrado por um privado que, a par da venda dos seus Docinhos de Penafiel, vende também toda uma variedade de produtos típicos locais e regionais, como sejam as tortas de s. Martinho, os bolinhos de amor, vinhos verdes, queijos, mel, a compota de melão casca de Carvalho, o artesanato, etc. Esta loja passou a dar resposta à procura turística e de toda a comunidade que pode encontrar num só local todo este tipo de produtos.



IMAGENS 15 e 16 – Loja “Da Nossa Terra”

O espaço acaba, assim, por ser mais um posto de venda dos produtos dos agricultores e dos artesãos de Penafiel.

7. Parceria com DRAPN, CooPenafiel, Adega Cooperativa e retalhistas

A palavra-chave de todo o projeto “Semear Penafiel” é, sem dúvida, cooperação.

Depois do envolvimento das entidades públicas e associativas, juntam-se também os retalhistas e dos comerciantes.

¹⁵ Em entrevista a 28/8/2012.



IMAGEM 17 – Produtos hortofrutícolas “Da Nossa Terra” nas mercearias

Também estes comerciantes e retalhistas locais querem vender os hortofrutícolas com a marca “Da Nossa Terra” nas suas bancas. Ganham com isso os produtores e os consumidores.

Ilustra-se a iniciativa com um recorte de jornal na página seguinte. Veja-se a imagem 20.

“Da nossa Terra” em marcha

Mercearias Pedro iniciam comercialização de hortofrutícolas “Da Nossa Terra”.



escoamento dos produtos agrícolas, provavelmente a maior preocupação e angústia de qualquer agricultor, começa a deixar de ser um problema para os produtores de Penafiel, graças ao projecto desenvolvido em parceria pelo Município e pela Cooperativa Agrícola. Com a criação da marca “Da Nossa Terra” e a implementação do projecto de apoio ao escoamento dos produtos, começam a estar criadas as condições para que a agricultura seja uma actividade economicamente viável. O Município de Penafiel, através do Pelouro do Desenvolvimento, e com o envolvimento da

Cooperativa Agrícola e DRAPN, encontra-se a desenvolver uma rede para escoar, numa primeira fase, as frutas e hortícolas produzidas em Penafiel. As mercearias Pedro, em Penafiel, são a partir de amanhã, dia 26 de julho, as primeiras unidades a comercializar hortofrutícolas da marca “Da Nossa Terra”, estando já previstos, a breve prazo, outros mecanismos de apoio à comercialização destes produtos. Para a vereadora Susana Oliveira, “a venda e a promoção de produtos hortofrutícolas “Da Nossa Terra”, por parte das Mercearias Pedro, é uma atitude de louvar, primeiro porque são

pioneiros ao comercializarem esta marca, cujos produtos são oriundos de Penafiel e produzidos em modo integrado (método ecologicamente seguro que preserva o meio ambiente) e que, simultaneamente, nestes tempos difíceis em que vivemos se constituem como um impulso à economia local.” A marca “Da Nossa Terra” dá também nome a uma loja de produtos locais/regionais no centro histórico de Penafiel, onde os penafielenses e quem os visita poderão encontrar os “Docinhos de Penafiel”, artesanato, vinhos verdes, queijos, compotas, mel, as deliciosas tortas de S. Martinho, e muito mais.

IMAGEM 18 – Recorte do Jornal “+Penafiel”, de 25/7/2012 – “Da Nossa Terra” em marcha

Um projeto de parceria que começou por ser entre a CMP, a DRAPN e a Cooperativa, alargou-se recentemente à Adega Cooperativa de Penafiel, à Loja “Da Nossa Terra”, à Confraria do Melão Casca de Carvalho e ao grupo BioPenafiel. De acordo com afirmações do Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Alberto Santos, *“estão todos unidos para defender e promover o melhor que Penafiel tem”*. Exemplo dessa cooperação, segundo o autarca, foi já o stand comum na feira agrícola AGRIVAL, que decorreu entre 18 e 26 de Agosto de 2012.



IMAGEM 19 – Stand Agrival 2012 “Da Nossa Terra”

A própria CoopPenafiel criou a secção de Agricultura Biológica na sua estrutura orgânica para que os produtores biológicos usufruam das mesmas condições que os demais agricultores do concelho e para que a definição de apoios à agricultura no concelho seja o mais integrada possível.

Exemplo dessa união de esforços e vontades inter-institucional será, em breve, a apresentação do site e loja online "www.danossaterra.pt" que apostará, segundo o Presidente da Cooperativa Agrícola de Penafiel, *“muito no comércio electrónico para chegar ao público mais jovem, mas também àquele que quase não tem tempo para vir procurar os produtos de qualidade”*.

Sob o lema *“o melhor de Penafiel num só lugar”*, o Município de Penafiel pretende ser um exemplo no âmbito das políticas locais de desenvolvimento rural.

Em conversa com o Presidente da Câmara Municipal de Penafiel pudemos perceber qual a opinião geral dos parceiros que estão envolvidos neste projeto. Alberto Santos conclui que as medidas têm sido muito positivas e que *“os agricultores envolvidos dizem terem aumentado a produção; a cooperativa assume o seu papel de rótula entre a produção e o mercado; os comerciantes locais aumentam as suas vendas de produtos locais e os consumidores dizem-se satisfeitos com a qualidade e a frescura dos produtos.”*

Alberto Santos referiu ainda que “entre os consumidores, a própria Câmara e Juntas de Freguesia, assim como as Associações do concelho, estão satisfeitos prestam um melhor serviço e mais barato”.¹⁶

Apresentada em pormenor cada uma das medidas, estamos agora em condições de saber se os grupos de agricultores (ex-agricultores, agricultores profissionais e novos/futuros agricultores) conhecem ou não as medidas de revitalização da agricultura que a Câmara Municipal de Penafiel tem implementado no município, através do Pelouro do Desenvolvimento Rural, e qual o grau de importância que lhes atribuem.

Começemos pelos ex-agricultores.

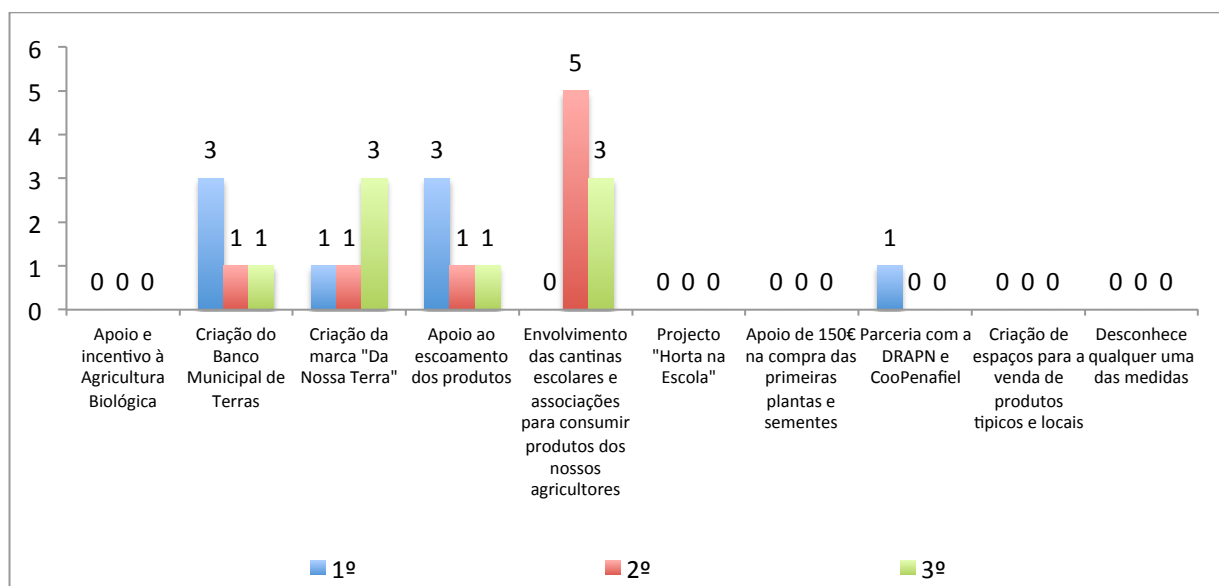


GRÁFICO 42 – Ex-agricultores: ordem de importância dada a três das medidas de revitalização da agricultura levadas a cabo pelo Município de Penafiel.

Os ex-agricultores ordenam, por ordem de maior importância, as medidas abaixo elencadas, havendo por vezes um empate e repetição:

1. Criação do Banco Municipal de Terras | Apoio ao escoamento dos produtos (*empatado*)
2. Envolvimento das cantinas escolares e associações
3. Criação da marca “Da Nossa Terra” | Envolvimento das cantinas escolares e associações (*empatado*)

¹⁶ Em entrevista a 27/8/2012.

A medida “Envolvimento das cantinas escolares e associações” mereceu o 1º e o 3º lugar, transmitindo assim a preocupação dos ex-agricultores no que concerne ao escoamento dos produtos.

Vejamos no gráfico 43 quais as escolhas dos agricultores profissionais.

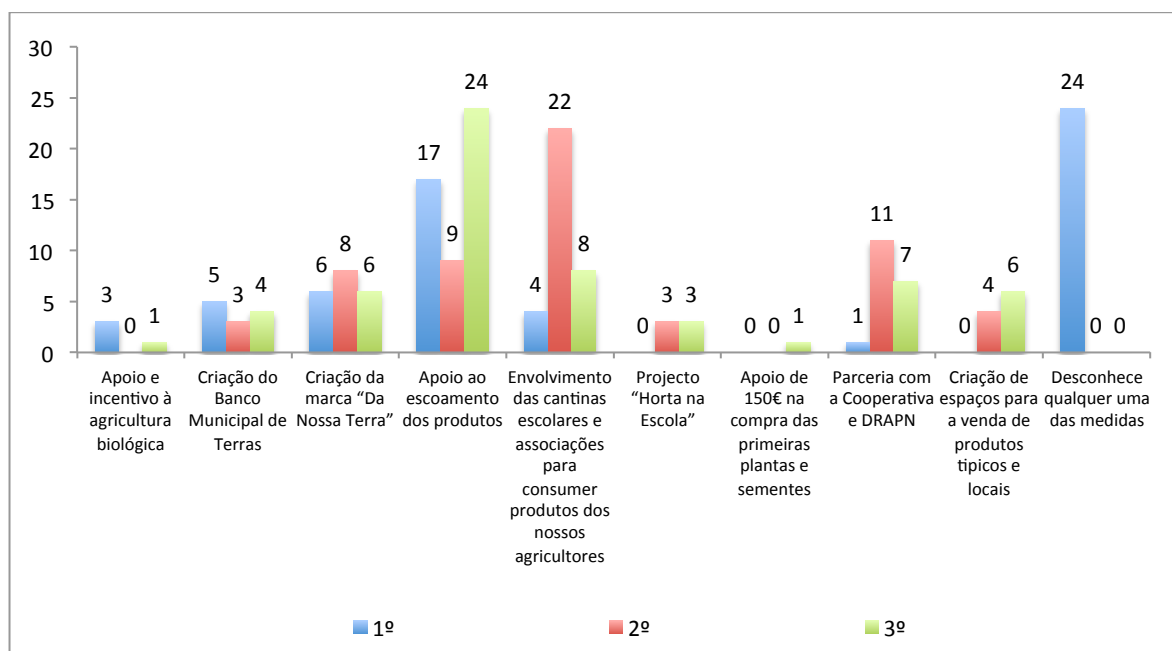


GRÁFICO 43 – Agricultores profissionais: ordem de importância dada a três das medidas de revitalização da agricultura levadas a cabo pelo Município de Penafiel.

Dos dados apresentados, é possível apurar a seguinte ordem de preferência:

1. Apoio ao escoamento dos produtos
2. Envolvimento das cantinas escolares e associações
3. Apoio ao escoamento dos produtos

Apesar da distribuição do grau de importância, ao atentar na medida “Apoio ao escoamento dos produtos”, verifica-se que é aquela que reúne mais consenso, não em termos de ordem de importância, mas sim como sendo sempre uma das três preferidas, dado que 50 dos 60 agricultores a apontam como sendo uma das três mais importantes, independentemente do grau. De facto, o escoamento, como temos vindo a constatar, é algo que preocupa a quem se dedica à atividade agrícola, pois desse depende o rendimento a obter da exploração.

Saliente-se ainda o elevado número de agricultores que desconhece qualquer uma das medidas referidas (40%).

Por fim, no gráfico 44 pode ver-se as preferências dos novos e futuros agricultores.

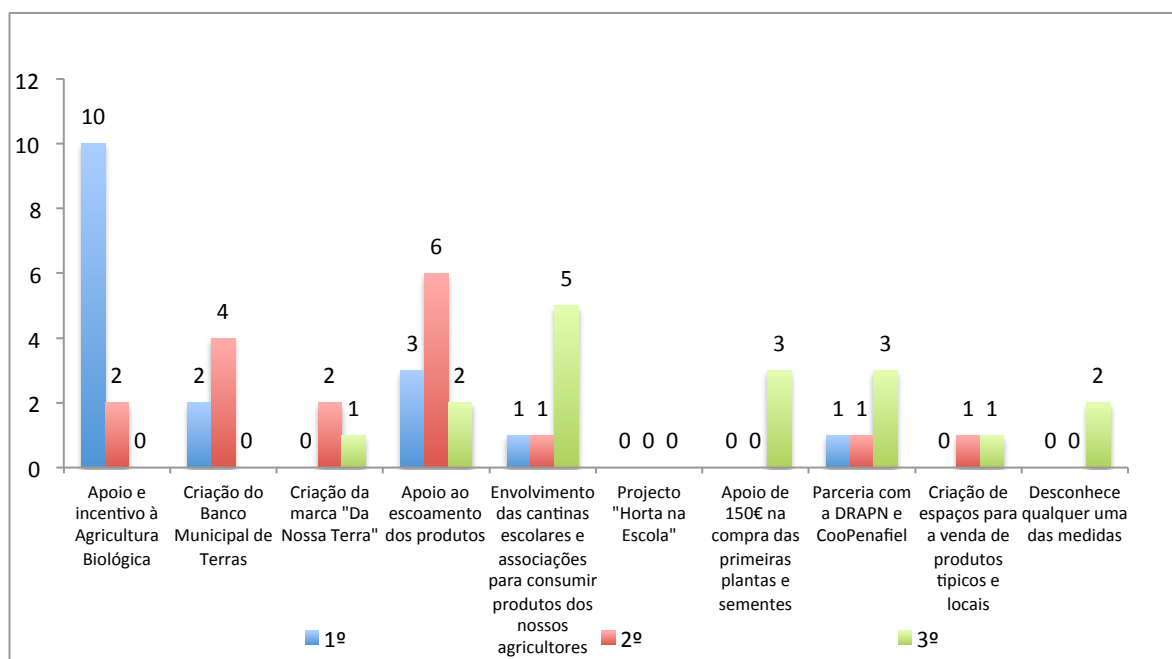


GRÁFICO 44 – Novos e futuros agricultores: grau de importância dada a três das medidas de revitalização da agricultura levadas a cabo pelo Município de Penafiel

Da leitura do gráfico, conclui-se a seguinte ordem de importância das medidas:

1. Apoio e incentivo à agricultura biológica
2. Apoio ao escoamento dos produtos
3. Envolvimento das cantinas escolares e associações

A primeira escolha é natural, dado que a maior parte destes agricultores produzem em modo biológico, por isso é compreensível que atribuam maior importância aos apoios e incentivos a este modo de produção. As seguintes estão relacionadas com o escoamento dos produtos, à semelhança dos grupos anteriores.

Há duas medidas em particular que são destacadas pelos três grupos de agricultores: o apoio ao escoamento dos produtos e o envolvimento das cantinas escolares e associações, ambas directamente relacionadas com o escoamento da produção.

Nos gráficos 45 e 46 dá-se nota de como é que os agricultores dos três grupos tiveram conhecimento das medidas levadas a cabo pelo Município de Penafiel.

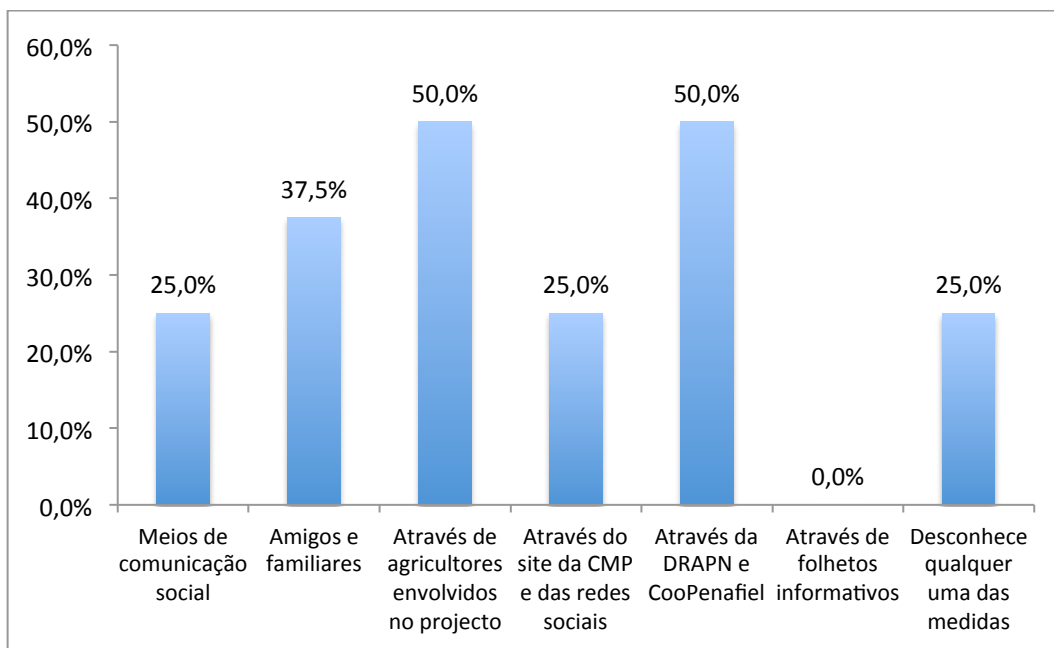


GRÁFICO 45 – Ex-agricultores: meios pelos quais tiveram conhecimento das medidas de revitalização da agricultura

Metade dos ex-agricultores teve conhecimento das medidas através de agricultores já envolvidos no projeto e através das entidades parceiras.

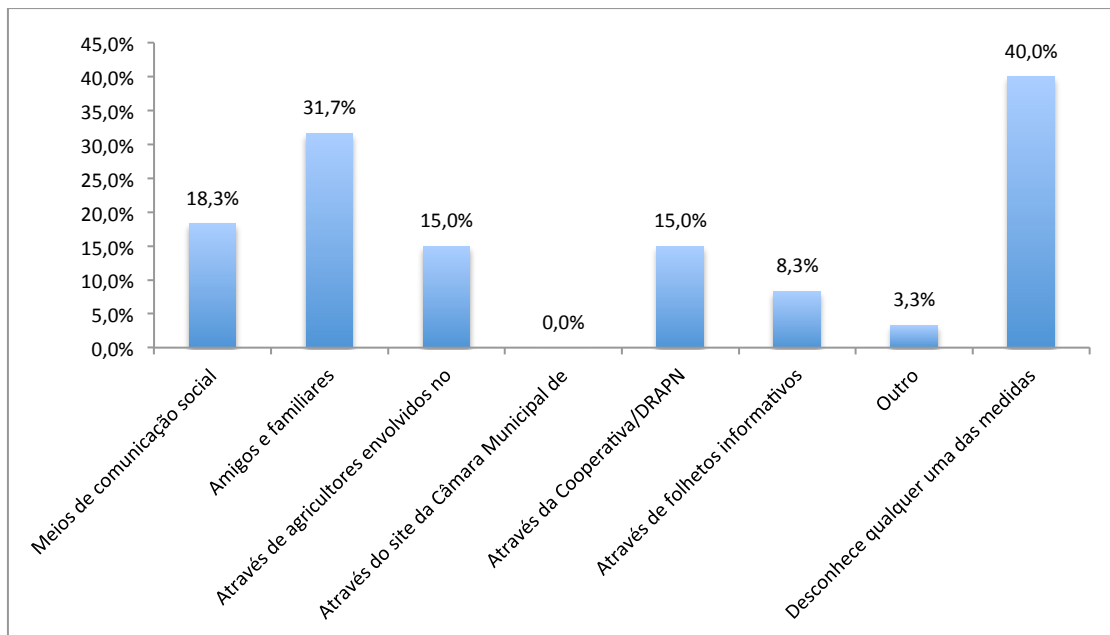


GRÁFICO 46 – Agricultores profissionais: meios pelos quais teve conhecimento das medidas de revitalização da agricultura

Já demos nota da elevada percentagem de agricultores que desconhece as medidas que têm vindo a ser implementadas. Contudo, daqueles que as conhecem, uma parte teve conhecimento através de amigos e familiares.

Por fim, no gráfico 46 podemos ver como os novos e futuros agricultores tomaram contacto com as medidas de apoio à agricultura local.

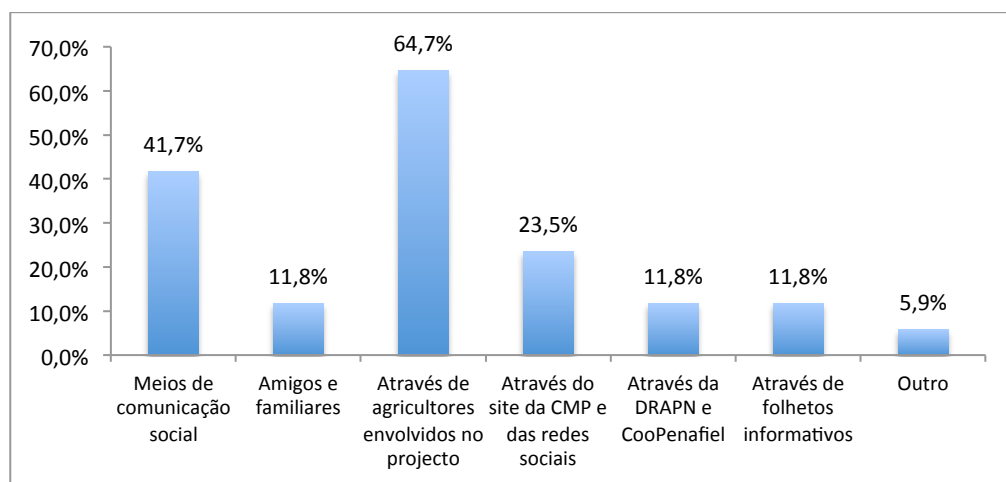


GRÁFICO 47 – Novos e futuros agricultores: meios pelos quais teve conhecimento das medidas de revitalização da agricultura

É possível verificar que a grande parte da amostra teve conhecimento das medidas através dos agricultores já envolvidos no projeto.

Crê-se, portanto, que a melhor publicidade, neste caso, é o passa a palavra, o testemunho de quem já está envolvido, é parte integrante do projeto e o dá a conhecer a outros.

De seguida, daremos nota do conteúdo de algumas entrevistas realizadas com representantes de entidades com responsabilidade em matéria de agricultura na região e concelho de Penafiel.

Começamos pela Câmara Municipal de Penafiel.



Alberto Santos, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel desde 2001.

O Presidente da Câmara Municipal de Penafiel considera a agricultura como sendo *“uma das mais importantes, senão a mais importante, das atividades humanas, porque é através dela que a humanidade se alimenta e sobrevive.”*

Alberto Santos recuou no tempo e admite que *“nos últimos anos, assistimos a uma desvalorização da agricultura (e pescas) no nosso país, fruto das políticas europeias desincentivadoras e da percepção de que era uma atividade pouco rentável e socialmente pouco reconhecida.”* Contudo, confessou que *“hoje, felizmente, esta percepção começa a inverter-se”*.

Quando questionado sobre o papel das autarquias locais na promoção e desenvolvimento da agricultura, Alberto Santos reconhece que *“a agricultura não era propriamente uma das áreas prioritárias dos autarcas, até pelas razões atrás expostas, mas entendo que o poder local pode ter um papel extremamente importante nesta área, sobretudo na criação de políticas de estímulo ao aproveitamento do potencial agrícola dos municípios e como sede de concertação entre os vários atores que participam nesta economia: os produtores, as cooperativas, aos comerciantes e os consumidores”*.

A terminar a conversa, e abordando as políticas nacionais de agricultura, Alberto Santos considera que *“devem ser aproveitados todos os recursos que nos chegam do exterior (UE). É impensável ter de devolver fundos que chegaram ao país para ajudar a agricultura portuguesa.*

Por outro lado, torna-se essencial negociar com os parceiros europeus para nos ajudarem a recuperar o potencial agrícola e pesqueiro de outros tempos. É tempo de se conseguir melhores quotas, melhores preços, melhores preços para a agricultura e não apenas para as dos países mais ricos.”

Segue-se a Delegação Regional de Agricultura do Norte.



José Rocha Fernandes, Delegado Regional de Agricultura da Zona Norte

Em conversa com o Eng.º José Rocha Fernandes, Delegado Regional de Agricultura da Zona Norte, pudemos perceber qual a sua visão sobre a agricultura no país e, em particular, no concelho de Penafiel.

O Delegado Regional considera que, com base na sua análise meramente empírica e salvaguardando-se pelo facto de não ter em sua posse dados estatísticos oficiais dos últimos 3 anos, a tendência para a redução do nº de explorações agrícolas começa a inverter-se, ou seja, a redução que era visível e acentuada entre 1999 e 2009 começa a compor-se.

O Delegado Regional entende que

com o aumento do nº de “novos” agricultores, em particular nos últimos 2 anos, resultante do aumento do desemprego em grande parte das atividades profissionais e da maior visibilidade que tem sido dada à atividade agrícola pelos decisores políticos, através dos órgãos de comunicação social, o nosso meio rural, e em particular a nossa agricultura, está numa fase de transformação.

Estão a surgir produtores agrícolas com níveis de formação académica superiores, interessados no desenvolvimento de uma agricultura mais amiga do ambiente (Modo de Produção Biológica e Produção Integrada) e com melhor organização ao nível da produção e da comercialização.

José Rocha Fernandes aponta ainda que *“a transformação e, principalmente, a comercialização, foram sempre grandes lacunas no desenvolvimento das nossas explorações agrícolas”* e que, por isso, *“o atual Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente na área da competitividade do PRODER, demonstra uma preocupação maior com a transformação e comercialização dos produtos agrícolas.”* Segundo o Delegado Regional, *“a DRAPN, através das Delegações Regionais e das restantes Unidades Orgânicas, tem-se empenhado na divulgação das medidas de política e no aconselhamento dos produtores”* (em entrevista), considerando ainda deveras importante os trabalhos de parceria levados a cabo com as Autarquias Locais, Organizações de Agricultores e com os próprios agricultores, na implementação de projetos de desenvolvimento da agricultura Regional e Local.

José Rocha Fernandes sublinha ainda que *“precisamos de exemplos positivos que contribuam para o crescimento da atividade agrícola, de forma a que possamos substituir muitas das importações por produção própria e, em alguns casos, partir para a exportação.”* (em entrevista)

A terminar a conversa, o Delegado Regional partilhou os seus anseios, nomeadamente, *“que a atividade agrícola em Penafiel se torne mais competitiva, mais dignificada e que estas parcerias possam ser repetidas noutros concelhos.”*

Segue-se a Adega Cooperativa de Penafiel.



Vitorino Ferreira, Presidente da Adega Cooperativa de Penafiel

O Presidente da Adega Cooperativa, Eng.º Vitorino Ferreira, é, podemos dizer, um amante da agricultura e, começou a conversa, desde logo, com uma reflexão sobre esta temática e que passamos a transcrever:

A agricultura portuguesa é caracterizada por uma produtividade, quer por hectare quer por unidade de trabalho, muito baixa e bastante inferior à média europeia. As principais razões para este facto prendem-se com o peso excessivo da mão-de-obra, o baixo nível de investimento, a reduzida dimensão das explorações, a elevada idade dos agricultores e o seu baixo nível de formação e, por fim, o fraco desenvolvimento dos canais de distribuição e das estruturas económicas na maior parte do país.

Depois de contextualizar, no seu âmbito geral, a agricultura portuguesa, o Eng.º Vitorino voltou-se para a agricultura do concelho de Penafiel, referindo que “desde há séculos tem sido uma agricultura de sobrevivência. Com a terra muito dividida, minifúndios, cultivada por caseiros, rendeiros, até há bem pouco tempo, não foi uma atividade capaz de gerar grande riqueza e bem estar para a população em geral. A mão de obra excedentária emigrava ou ia trabalhar para a construção civil.”

O Presidente da Adega Cooperativa explica, pelas suas poucas palavras, a sua visão do estado atual da agricultura em Penafiel, mas também recua umas décadas na história e deixa-nos a seguinte memória que se considera importante aqui partilhar:

De uma utilização de mão de obra intensiva, a partir dos anos 60, do século passado, com a guerra do Ultramar e um forte surto emigratório para a centro da Europa , França, Alemanha, Luxemburgo e outro países dá-se a fuga dos campos e, de uma forma tímida, a mecanização da agricultura e os agricultores que se modernizaram tiveram um período de algum bem estar.

Com a entrada no Mercado Comum e dado as propriedades não terem a dimensão adequada, portanto com baixa produtividade por agricultor, e a descida do preço dos produtos agrícolas, nomeadamente, carne e cereais provenientes de Espanha e outros países da Comunidade Económica Europeia deu-se a falência da maior parte dos produtores de cereais, leite e de bovinos. Ainda foram resistindo alguns produtores de outros produtos alternativos, nomeadamente, os de vinho, kiwis e legumes; e os restantes utilizaram somente a agricultura como fonte de rendimento complementar à sua atividade profissional e ocupacional da esposa e/ou filhos até arranjam emprego. A agricultura, em quatro décadas, passou de maior empregador do concelho para um valor residual.

O Presidente da Adega Cooperativa de Penafiel considera que *“a agricultura de um modo geral está mal”*, apontando como exceção algumas zonas do Ribatejo e do Alentejo. No resto do país, segundo o Eng.º Vitorino, *“a propriedade não tem dimensão para concorrer no mercado global.”* Refletindo sobre esta problemática a nível local, defende que *“Penafiel poderá concorrer somente com produtos diferenciados e de qualidade no mercado global”*.

Quando questionado sobre o que falhou na política agrícola, o Presidente da Adega Cooperativa de Penafiel refere que *“deveria ter sido feita uma reforma agrária com os agricultores”*. O Eng.º Vitorino aponta como eventuais soluções o seguinte: *“legislação adequada a proibir a divisão de terras com aptidão agrícola, sem que haja o respectivo emparcelamento, no caso de heranças, ou compra e venda de propriedades; incentivar o associativismo para que a produção tenha a escala adequada e produção de produtos em função das necessidades do mercado”*.

De facto, alguns destes tópicos foram já alvo de reflexão na parte inicial deste ensaio, onde sublinhamos a importância de combater o “mosaico agro-florestal” do país.

Sobre a PAC, o Eng.º Vitorino Ferreira disse ainda que a mesma *“foi desenhada para os países da Europa Central e do Norte e acabou por incentivar os agricultores portugueses a especializarem-se em produções onde as condições naturais não lhes permitia ser competitivos, proibindo ainda a sua expansão em culturas onde temos vantagens competitivas”*.

A solução para a agricultura local, na opinião de Vitorino Ferreira, é *“apostar em pequenos nichos de mercado, como se está já a fazer com a cultura intensiva em pequenas parcelas e à medida que a produção for aumentando criar novos clientes”*.

A terminar a conversa, o Presidente da Adega Cooperativa de Penafiel espera que os jovens qualificados se motivem a trabalhar na agricultura e que *“comecem a produzir de forma diferente, servindo de motor aos restantes para voltarem ao campo, para uma atividade profissional plena ou como fonte de rendimento complementar, onde a família partilhe o trabalho agrícola de fim de semana ou fim de tarde, trazendo, assim, novos rendimentos ao agregado familiar.”*

Quando questionado sobre as políticas nacionais de agricultura, Vitorino Ferreira diz, sem medo, que *“falta coragem política”*.

Vitorino Ferreira refere que, ao contrário do que muitos pensam, *“não é necessário muito dinheiro... somente algum engenho e arte”*.

O Presidente da Adega Cooperativa partilhou connosco algumas das suas ideias para ajudar ao desenvolvimento da agricultura. Ei-las:

- Estancar de vez a partilha de quintas rentáveis em produção e áreas agrícola;
- Definir, por zonas agrícolas, a área aconselhável para uma propriedade rentável;
- Criar condições legais e agrícolas simples para que seja, sempre que possível, fazer o respectivo emparcelamento;
- Criar nas Regiões Agrícolas do Ministério da Agricultura as chamadas bolsas de terras para vender, emparcelar ou alugar e por onde passariam todas as licenças a efetuar nos negócios das terras agrícolas - um verdadeiro Plano Diretor Agrícola;
- Maior aproximação entre os técnicos do Ministério da Agricultura e o produtor, aconselhando e prevendo as tendências do consumo futuras;
- Incentivar o associativismo nas áreas florestais e agrícolas com medidas simples e pragmáticas;
- Desmistificar a “cultura” de propriedade privada agrícola, criando a “mentalidade” que a terra tem, em primeiro lugar, uma função social e produtiva;
- Preparar a agricultura para as alterações climáticas – preparar o futuro e preservar o ambiente.

Finalmente, a Cooperativa Agrícola de Penafiel.



Manuel Neves Silva, Presidente da Cooperativa Agrícola de Penafiel

Manuel Silva começa por recordar o papel das Cooperativas Agrícolas nos anos pós 25 de Abril, referindo que *“houve muitos incentivos, projetos aprovados, mas faltou o acompanhamento dos mesmos e acabou por ser um erro que ficou muito caro ao país, levando ao descrédito da agricultura”*.

O Presidente da Cooperativa Agrícola de Penafiel considera que *“a agricultura está novamente a ser alvo das atenções, mas anteriormente faltou muita sensibilidade, tanto dos governantes nacionais, como das autarquias locais.”*

Quando questionado sobre o papel da Cooperativa Agrícola, Manuel Silva diz que o seu papel é o de *“ajudar a produzir com técnica para que os agricultores tenham produtos de qualidade e ajudá-los a entrar nos circuitos da comercialização”*.

Quando questionado sobre as políticas nacionais de agricultura, Manuel Silva dá conhecimento da sua mágoa, confessando que *“os governantes só tem marginalizado a agricultura, ouvindo-se muitas vezes proferirem lindas palavras, mas isso não chega, precisamos de ajuda para evoluir”*.

Importa agora meditar sobre o que foi referido ao longo do trabalho e partilhar algumas das reflexões que se consideram mais relevantes, confrontando sempre que possível as preocupações expressas com as medidas implementadas no caso específico de Penafiel.

CAPÍTULO 5

REFLEXÕES FINAIS

Começámos este ensaio apontando problemas que afetam a agricultura em Portugal. São diversos os constrangimentos que impedem que esta atividade prolifere e não seja motivo de atração por parte da camada mais jovem da população, o que traz graves consequências ao mundo rural.

Se, por um lado, são conhecidas as preocupações manifestadas pelos governantes nacionais e locais, temos, por outro lado, as angústias daqueles que mais sofrem com o estado atual da agricultura – os agricultores.

Se, por um lado, os governantes se preocupam com políticas que visam o relançamento da atividade agrícola, que aumentem a produção, que promovam e dinamizem o cooperativismo, que tornem mais equilibrados os rendimentos dos agricultores e que evitem a desertificação das zonas rurais; por outro lado, os agricultores queixam-se de não conseguirem terra disponível para trabalhar, dos elevados custos da produção, das dificuldades que têm em encontrar clientes que escoem os seus produtos a preços satisfatórios e da grande instabilidade financeira ao longo do ano. Um novo paradigma deve, portanto, ser criado e defendido para a agricultura, como bem ilustra parte do resumo de um artigo publicado na *Annual Review of Resource Economics*:

We argue that a new paradigm is needed that recognizes agriculture's multiple functions for development in that emerging context: triggering economic growth, reducing poverty, narrowing income disparities, providing food security, and delivering environmental services. Yet, governments and donors have neglected these functions of agriculture with the result that agriculture growth has been reduced, 75% of world poverty is rural, sectoral income disparities have exploded, food insecurity has returned, and environmental degradation is widespread, compromising sustainability (Byerlee, Janvry and Sadoulet, 2009).

Outros factores são apontados por Arlindo Cunha, como estando na base desta tendência de declínio da agricultura, nomeadamente, “o crescimento fulgurante das grandes superfícies comerciais (...) tendo um efeito devastador nos preços internos; o desmantelamento de grande parte dos circuitos tradicionais do comércio retalhista que se abasteciam na produção mais

próxima; o comércio alimentar passou a ser dominado por cadeias totalmente internacionalizadas, que privilegiavam os produtos importados” (Cunha, p. 63-64, 2004).

Contudo, o autor acredita que *“as novas estruturas comerciais irão separando o trigo do jóio, em cooperação com as organizações de agricultores, e proporcionando crescentemente aos consumidores portugueses a oportunidade de comprarem mais produtos nacionais”* (Cunha, 2004, p. 64)

Os resultados obtidos através dos inquéritos por questionário, já analisados no capítulo 3, permitem-nos confirmar estas preocupações que se estendem, muito possivelmente, a todo o país. É chegada a hora de nos indagarmos sobre o que é que tem sido feito pelos governantes, que têm responsabilidade na matéria, de modo a dar resposta às suas preocupações, bem como às dos agricultores.

A nível nacional conhecem-se, das notícias dos meios de comunicação social, as principais iniciativas que têm vindo a ser lançadas, nomeadamente, as reuniões da PARCA – Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar – para discutir relações entre distribuidores e fornecedores, bem como preços dos produtos. De acordo com afirmações proferidas pela Ministra da Agricultura, Assunção Cristas, *“é uma área onde há várias queixas de parte a parte, com a produção a afirmar que não consegue colocar o produto e a distribuição a reclamar a falta de organização da produção. Por isso, «entendemos que todos a conversar em conjunto podemos ajudar a superar esses problemas”*.¹⁷

Já em Março de 2012, voltaram a reunir no sentido de decidirem que os preços entre a produção e a distribuição dos alimentos passarão a ser públicos. De acordo com a Ministra Assunção Cristas, *“o grande objectivo é desenvolver «uma concorrência mais saudável e garantir uma mais justa repartição do valor ao longo da cadeia alimentar”*.¹⁸ Outra das iniciativas a destacar é a manutenção do IVA nos 13% para o vinho, dado que, segundo Assunção Cristas, *“se trata de um sector estratégico para o crescimento da economia no país que representam 16% da produção agrícola nacional, facturando por ano mil milhões de euros.”*¹⁹

¹⁷ Notícia disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-agricultura-mar-ambiente-e-ordenamento-do-territorio/mantenha-se-atualizado/20111121-mamaot-cadeia-agroalimentar.aspx>. Publicada a 21/11/2011. Consultada em 28/9/2012.

¹⁸ Notícia disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-agricultura-mar-ambiente-e-ordenamento-do-territorio/mantenha-se-atualizado/20120319-mamaot-parca.aspx>. Publicada a 19/3/2012. Consultada a 28/9/2012.

¹⁹ Notícia disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-agricultura-mar-ambiente-e-ordenamento-do-territorio/mantenha-se-atualizado/20111123-mamaot-adega.aspx>. Publicada a 23/11/2011. Consultada a 28/9/2012.

De acordo com a Ministra da Agricultura, *“a manutenção da taxa do IVA nos 13% para o vinho é o sinal do empenho do Governo em querer contribuir para o crescimento económico”*.

No sentido de estimular o aumento das exportações nacionais, foi tornado público pela própria Ministra da Agricultura que *“os serviços do Ministério estão a elaborar um roteiro para a internacionalização e para a afirmação de Portugal, nomeadamente em mercados novos, e estamos a trabalhar muito estritamente com o Ministério dos Negócios Estrangeiros para identificar os casos em que precisamos de trabalhar diplomaticamente para levantar barreiras alfandegárias, facilitando formas de os produtos poderem entrar nesses países”*.²⁰ A notícia destaca ainda o aumento de 10% verificado na exportação de hortofrutícolas nos últimos dois anos. Em Março do corrente ano, o Governo aprovou a legislação que prevê a criação da Bolsa de Terras para fins agrícolas, florestais e silvo pastoris, bem como os respectivos benefícios fiscais, como seja a possibilidade de redução da taxa de IMI. Segundo a Ministra da Agricultura, *“o grande objetivo é aumentar a nossa produção quer na área agrícola, que na área florestal e também de atrair mais gente para a agricultura, nomeadamente jovens”*.²¹

A intenção do Governo é facilitar o acesso à terra. Segundo a Ministra da Agricultura, *“o Ministério da Agricultura vai disponibilizar terras, atualmente na sua posse, para a instalação de agricultores em regime de arrendamento e a prioridade será dada a jovens e também à produção biológica”*.²²

A aposta na modernização do sector leiteiro e o compromisso de aligeirar e tornar mais rápido e simples o PRODER também tem estado na agenda política do Ministério que tutela a agricultura nacional. Várias são as notícias alusivas a essas iniciativas.²³

Também a agricultura biológica cresceu e mereceu a atenção dos governantes nacionais. De acordo com a notícia disponibilizada na página do Ministério, *“a produção de produtos biológicos em Portugal cresceu 60% no último ano, mostrando estar em franco crescimento e sendo um*

²⁰ Notícia disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-agricultura-mar-ambiente-e-ordenamento-do-territorio/mantenha-se-atualizado/20120209-mamaot-exportacao.aspx>. Publicada a 9/2/2012. Consultada a 28/9/2012.

²¹ Notícia disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-agricultura-mar-ambiente-e-ordenamento-do-territorio/mantenha-se-atualizado/20120329-bolsa-terras.aspx>. Publicada a 29/3/2012. Consultada em 28/9/2012.

²² Idem.

²³ Várias notícias disponíveis em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-agricultura-mar-ambiente-e-ordenamento-do-territorio/mantenha-se-atualizado.aspx?p=6>. Consultadas em 28/9/2012.

excelente exemplo do dinamismo da agricultura portuguesa”²⁴. A Ministra Assunção Cristas refere que *“é importante para o consumidor, que se sente seguro ao comprar biológico; é importante para o ambiente, uma vez que as culturas são fertilizadas apenas com compostos orgânicos; é importante para a economia portuguesa que pode aumentar as suas exportações para os maiores e mais exigentes mercados europeus”*.²⁵

Tal como os governantes locais, também a Ministra da Agricultura defende o consumo do que é português, referindo que *“o azeite, o vinho, o peixe, as frutas e os legumes são alimentos muito bons para a nossa saúde e para a saúde do nosso país, que bem precisa de reduzir o défice na balança agroalimentar”*.²⁶ A Ministra assume ainda que *“terá havido um deslumbramento com as coisas que vieram de fora, mas agora os portugueses estão a redescobrir os produtos nacionais”*.²⁷

Diríamos até que a conjuntura nacional que se vive no momento e que tem vindo a agravar-se nos últimos anos, tem obrigado os portugueses a voltarem-se para a terra e para a agricultura e dela procurarem obter rendimentos. O Governo nacional, ao que parece, mostra preocupação com o sector e tem procurado encetar esforços no sentido de dar resposta aos problemas apontados pelos diversos intervenientes.

Isto posto, estamos em condições de voltar a olhar para o caso de estudo de Penafiel que foi apresentado ao longo do trabalho e procurar avaliar se as ações desenvolvidas dão resposta às necessidades sentidas e em que medida se enquadram nas políticas de desenvolvimento agrícola.

De um modo geral, e porque cada uma das ações foi já abordada com o devido pormenor, conclui-se que Penafiel tem procurado dar um contributo significativo à agricultura nacional, através de um projeto integrado e de parceria, onde a palavra cooperação assume especial destaque.

²⁴ Notícia disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-agricultura-mar-ambiente-e-ordenamento-do-territorio/mantenha-se-atualizado/20120410-mamaot-productos-biologicos.aspx>. Publicada a 10/4/2012. Consultada em 28/9/2012.

²⁵ Idem.

²⁶ Notícia disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-agricultura-mar-ambiente-e-ordenamento-do-territorio/mantenha-se-atualizado/20120530-mamaot-dieta-mediterranea.aspx>. Publicada a 30/5/2012. Consultada em 28/9/2012.

²⁷ Idem.

O projeto foi lançado em 2010 e aumentou, desde logo, o número de produtores em modo biológico de dois para cerca de duas dezenas e mais que duplicou a área de produção, contribuindo assim para o significativo aumento de produtores biológicos a nível nacional que, como já foi referido anteriormente, ronda os 60% nos últimos dois anos.

Saliente-se que os novos produtores em modo biológico são, na sua maioria, jovens e com elevado nível de escolaridade, concluindo-se, pois, que a atividade agrícola começa a ser um sector atrativo para os jovens que se deparam com a dificuldade de encontrar emprego. O apoio que o Município de Penafiel disponibilizou nesta especial matéria tem vindo a promover, pode dizer-se, o auto-emprego na agricultura como alternativa. Penafiel procurou desenvolver ações que trabalhassem a sensibilidade dos mais novos nas escolas da cidade que, em grande parte, estão mais afastados do campo e, consequentemente, da agricultura.

Foi criado, assim, o projeto “Horta na Escola”, que proporcionou às crianças um contacto mais próximo com a agricultura e com a profissão do agricultor. No fim do ano lectivo, as crianças colheram cerca de 30Kg de produtos por si cultivados, podendo também aperceber-se do ciclo de produção e da importância do respeito pela sazonalidade dos mesmos produtos.

Penafiel lançou depois, em Maio de 2012, o Banco Municipal de Terras. Esta medida despertou o interesse pela agricultura na comunidade do concelho e fora dele: segundo fontes da Câmara Municipal de Penafiel, a procura de terra tem sido crescente e o Município não tem conseguido satisfazer todos os pedidos, salientando que a maior parte das pessoas que contactam o Município para pedir apoio é de fora de Penafiel, dos quais muitos são jovens licenciados e desempregados. Até ao momento da recolha desta informação, o Município tinha já conseguido arrecadar para o Banco Municipal cerca de 5 hectares (50.000m²), sendo que, desses, ainda restam 2 hectares disponíveis e há previsão de crescimento a curto prazo.

Por sua vez, a criação da marca “Da Nossa Terra”, a avaliar pelos dados abaixo apresentados, promoveu um incremento da venda dos produtos hortofrutícolas.

- Através dos serviços da CooPenafiel foi possível apurar que, de Março a Junho de 2012, esta forneceu às cantinas escolares aderentes cerca de 5 toneladas de hortofrutícolas, num valor aproximado de faturação de 3.380,00€;
- Forneceram às Associações de Desenvolvimento Local aderentes, desde Março até fins de Agosto, cerca de 1200 Kg, num valor aproximado de faturação de 800,00€;
- À cantina municipal terão fornecido cerca de 2 toneladas, num valor aproximado de faturação de 1400,00€.

O projeto nasceu, cresceu e continua a expandir-se. Os retalhistas e comerciantes agarraram o desafio de ter nas suas bancas os hortofrutícolas frescos do dia e da sua terra. Em dois meses, a CooPenafiel vendeu-lhes cerca de 10 toneladas de hortofrutícolas, num valor aproximado de faturação de 6300€.

O novo ano lectivo arrancou em Setembro e são já 22 as instituições que são abastecidas pela CooPenafiel em matéria de hortofrutícolas, escoando em média, por semana, cerca de 4 toneladas de produtos.

Estima-se, de acordo com informações dos serviços da CooPenafiel, que o projeto cresça e se passe de 22 para 60 instituições e se passe a escoar, em média, cerca de 14 toneladas de hortofrutícolas por semana.

A própria loja “Da Nossa Terra” surge também como uma forma de escoar os produtos locais, transformados e artesanais.

Este projeto visa ir de encontro aos anseios dos agricultores que já não acreditavam que as entidades pudessem ter vontade de fazer alguma coisa pela agricultura local; estimula o envolvimento das entidades porque conseguem finalmente exercer as funções para as quais foram criadas e referimo-nos no caso concreto à Cooperativa Agrícola de Penafiel; promove a participação das Juntas de Freguesia e Associações de Desenvolvimento Local que ajudam a potenciar e a dinamizar a economia local, comprando o que é produzido localmente e a preços que satisfazem clientes e produtores; alarga as escolhas dos consumidores que têm ao seu dispor produtos hortícolas frescos e de elevada qualidade.

De facto, é possível aferir que o Município de Penafiel tem procurado dar resposta àquilo que mais preocupa os agricultores: o escoamento dos produtos.

Beneficia com tudo isto a paisagem rural: os campos voltam a estar verdes e cultivados porque há motivos para acreditar que vale a pena investir e apostar na agricultura.

O produtor em Penafiel tem apenas de se preocupar em produzir com qualidade e variedade aquilo que o mercado necessita, seguindo as orientações da Cooperativa Agrícola que se encarrega de fazer essa articulação com os potenciais clientes.

Refira-se, sobretudo, a relação de proximidade e de cumplicidade entre todos os intervenientes neste projeto, havendo partilha de responsabilidades, direitos e deveres para todos, o que faz com que todos se esforcem para tudo correr como o previsto, minimizando o “*free-riding*” (Alves e Moreira, 2004, p. 62).

Ao sentar à mesa todas as entidades com responsabilidade e interesse em matéria de agricultura, o Município de Penafiel estimulou o cooperativismo, incitou a uma maior dinâmica das estruturas, chamando todos ao debate dos problemas e ao encontro das soluções, mas, acima de tudo, procurou defender o seu mundo rural.

Podemos, também, realçar algumas das conclusões que a análise dos resultados obtidos a partir dos inquéritos feitos ao grupo dos novos e futuros agricultores nos sugere, nomeadamente que o perfil do agricultor está a mudar. Pudemos verificar que estamos perante um grupo consideravelmente mais jovem, mais instruído e voltado para modos de produção mais verdes. Aliás, um artigo publicado no Jornal Economia refere isso mesmo e passamos a citar: “os novos agricultores são mais jovens e têm uma formação mais elevada do que os seus antecessores” (Basto, 2012, p. 17). Há, por isso, que acompanhar essa mudança e adaptar a agricultura ao perfil desse novo agricultor, de modo a que se sinta motivado para apostar nessa atividade.

Importa também destacar que se verifica a ausência de informação sobre o desligamento da agricultura, ou seja, não se consegue saber, em tempo útil, as desistências da atividade agrícola e, portanto, há a necessidade de melhorar ou desenvolver os sistemas de informação para acompanhar melhor esta realidade agrícola. Ter informação atualizada e fidedigna é crucial para uma boa gestão pública.

Um outro aspecto que merece a nossa atenção, e que também foi destacado pelo Presidente da Adega Cooperativa de Penafiel, é a fragmentação das parcelas agrícolas, resultante da partilha de heranças. Por norma, essas parcelas acabam por ficar sem escala suficiente para serem cultivadas de forma rentável. Seria, por isso, importante pensar em definir-se regras que previnam este tipo de fragmentação.

Outro dado a realçar é o fraco aproveitamento das potencialidades que o campo e a paisagem rural oferece. Os agricultores não apostam na diversidade e na multifuncionalidade que o mundo rural e as explorações agrícolas têm e que podem potencialmente ser exploradas como fontes de dinamização e de rendimento alternativas. Os agricultores devem, hoje mais do que nunca, ser gestores de explorações agrícolas e procurar extrair delas o máximo de rendimento, mas para isso há que ser criativo e empreendedor. A formação deverá ocupar, assim, um importante lugar na definição das políticas de desenvolvimento agrícola, que permita que os agricultores de hoje e de amanhã estejam habilitados a gerir, na sua plenitude, uma exploração agrícola.

Por fim, e a ter como exemplo a análise de inquéritos distribuídos aos agricultores de Penafiel, conclui-se que das várias medidas apresentadas e que visam dinamizar o sector agrícola nesse Concelho, as mais destacadas pelos inquiridos são, sem qualquer dúvida, aquelas que diretamente procuram dar resposta a uma das grandes preocupações dos agricultores - o escoamento dos produtos – nomeadamente através do envolvimento das escolas, associações e mercearias locais.

Salienta-se, contudo, que é necessário melhorar a forma como é feita a comunicação dessas mesmas medidas de apoio à agricultura e aos agricultores, porque, na maior parte dos casos, a informação não chega aos seus destinatários.

É importante, por isso, definir novos métodos e novas estratégias que permitam chegar mais facilmente ao público alvo, para que este possa ter conhecimento das ajudas disponíveis e poder, assim, usufruir das mesmas.

Posto isto, e apesar das dificuldades existentes aos vários níveis, uma conclusão genérica pode ser retirada: o espaço rural existe e permanece.

Há, portanto, que preservá-lo e usá-lo para o bem de todos: do ambiente, das pessoas, do turismo e da economia local. É a hora de reconstruir a ruralidade, reconhecendo-lhe as suas novas funções, apostando no factor de diferenciação da oferta àqueles que procuram estes espaços, criando marcas territoriais que dão uma identidade ao espaço rural, não esquecendo aquela que foi e deve continuar a ser o enfoque deste estudo: a atividade agrícola. E como dizia Blasco Hugo Fernandes, *“a solução para a crise agrícola portuguesa não está fora do país: tem de ser achada dentro dele, enfrentando e superando factores que, dentro e fora do sector agrícola, bloqueiam o seu desenvolvimento”*. (Fernandes, 1983, p. 71)

Há mais que motivos para convencer os governantes de que muito tem que ser feito para abrir caminho à inversão desta tendência de declínio na agricultura. O caso de Penafiel mostra-nos vários percursos possíveis. É tempo de voltar à terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, André Azevedo; Moreira, José Manuel (2004), *O que é a Escolha Pública? – para uma análise económica da política*. Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.

Arroja, Ricardo (2012), *Mais impostos apenas agravam a recessão e dificultam a recuperação*, artigo publicado no Jornal i de 26 de Setembro de 2012 (Online). Disponível em <http://www.ionline.pt/dinheiro/ricardo-arroja-mais-impostos-apanas-agravam-recessao-dificultam-recuperacao>. (Consult. 27 de Setembro de 2012)

Basto, João (2012), *Agricultura: dois mil empregos já criados*, artigo publicado no Jornal Economia (suplemento do Jornal Expresso nº 2083) de 29 de Setembro de 2012.

Byerlee, Derek; Janvry, Alain de; Sadoulet, Elisabeth (2009), *Agriculture for Development: towards a new paradigm*, Annual Review of Resource Economics, vol. 1, pp. 15-31 (Online). Disponível em <http://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.resource.050708.144239> (Consult. 30 de Setembro de 2012)

Coelho, Pedro Passos (2010), em *Visita à Feira Nacional de Agricultura* de Santarém, em 14.6.2010, vídeo (Online). Disponível em <http://videos.sapo.pt/l6Vc3DLot1YD8T3sS54G> (Consult. 4 de Janeiro de 2012)

Coelho, Pedro Passos (2011), *Pedro Passos defende aposta na agricultura*, visita à Quinta da Azinhada em 27.4.2011, vídeo (Online). Disponível em <http://videos.sapo.pt/TSjIZSrVDI1zk3gRd0fz>. (Consult. 4 de Janeiro de 2012)

Coelho, Pedro Passos (2012), em *Visita à Feira Nacional de Agricultura* de Santarém, em 8.6.2012, vídeo (Online). Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=wMUnNjyXvK0> (Consult. 29 de Agosto de 2012)

Correia, Teresa Pinto (Coord.) (2006), *Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental: Análise das dinâmicas da Ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural; Tipologia de Áreas Rurais*. Évora: Universidade de Évora, Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico.

Cunha, Arlindo (2004), *A Política Agrícola Comum na era da globalização*. Coimbra: Edições Almedina, SA.

Europeia, União, *Síntese da Legislação da UE* (Online). Disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/other/l11089_pt.htm. (Consult. 8 de Setembro de 2012)

Fernandes, Blasco Hugo (1983), *A Política Agrícola Comum e a Agricultura Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa. Coleção Polémica, nº 23.

Ferrão, João (2000), *Relações entre o Mundo Rural e o Mundo urbano: Evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro*. Lisboa: Instituto Universitário – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, nº 33, pp. 45-54.

Girão, J.A. (2000), *A Agricultura portuguesa: em Passeio aleatório ou em regime estacionário?* (Online), artigo disponível em <http://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=A+Agricultura+Portuguesa:+Em+Passeio+Aleatório+ou+em+Regime+Estacionário%3F&ie=UTF-8&oe=UTF-8> (Consult. 29 de Setembro de 2012)

Heitor, António Cláudio (aut.) (2011), *Mosaico agro-florestal*, artigo publicado no nº 83 da revista “Espaço Rural”. Lisboa: CONFAGRI, Set./Out. de 2011.

Martinho, Vítor Pereira, *Reflexões sobre o Desenvolvimento Rural Nacional* (Online). Disponível em http://www.ipv.pt/millennium/19_spec10.htm (Consult. 2 de Janeiro de 2012)

Odivelas.com (2011), *Eleições Legislativas 2011 – Programas, Manifestos e Compromissos Eleitorais* (Online). Disponível em <http://odivelas.com/2011/05/18/eleicoes-legislativas-2011-programas-manifestos-e-compromissos-eleitorais/> (Consult. 4 de Janeiro de 2012)

Pemberton, Simon; Goodwinb, Mark, (2010), *Rethinking the changing structures of rural local government: State power, rural politics and local political strategies?*. Journal of Rural Studies, vol. 26, artigo 23, pp. 272-283, (Online). Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/journal/07430167/26/3>. (Consult. 4 de Janeiro de 2012)

Portugal, Governo de; Agricultura, Ministério, *Mantenha-se atualizado* (Online). Notícias disponíveis em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-agricultura-mar-ambiente-e-ordenamento-do-territorio/mantenha-se-atualizado.aspx> (Consult. 28 de Setembro de 2012)

Ribeiro, Octávio (Dir.) (2011), *Agricultores Portugueses recebem menos 10,7%*, artigo publicado no Jornal Correio da Manhã de 20.12.2011 (Online). Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/ultima-hora/agricultores-portugueses-recebem-menos-107>. (Consult. 4 de Janeiro de 2012)

Sedlmayr, Ambra C. (2011), *Agricultural Marginalisation in Portugal: threats and opportunities for sustainable livelihoods*. PH.D. Thesis in Biological Sciences. England: University of Essex – Department of Biological Sciences.

Silva, Aníbal Cavaco (2011), *Intervenção do Presidente da República na Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas*. Castelo Branco, 10 de Junho de 2011. (Online). Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=54669> (Consult. 4 de Janeiro de 2012)

Silva, Aníbal Cavaco (2011), *Jovens Agricultores*, artigo publicado no Semanário Expresso de 10 de Junho de 2011 (Online). Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=45&idi=54671>. (Consult. 4 de Janeiro de 2012)

Varela, J.A. Santos (2007), *A Agricultura Portuguesa na PAC*. Coimbra: Edições Almedina, SA.

ANEXOS

RIA – Repositório Institucional da Universidade de Aveiro

<http://ria.ua.pt>

Estes anexos só estão disponíveis para consulta através da tese em papel (PAC).

Para consultar a PAC deve dirigir-se ao balcão de atendimento da Mediateca da UA.

Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia
Universidade de Aveiro